

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÉSAR LEANDRO SANTOS GOMES

**“POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ”:
AS REPRESENTAÇÕES DO PROJETO DE RESTRUTURAÇÃO CATÓLICA NO
BISPADO DE DOM ANTÔNIO MANOEL CASTILHO BRANDÃO, ALAGOAS
(1901-1910)**

Maceió
2019

CÉSAR LEANDRO SANTOS GOMES

**“POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ”:
AS REPRESENTAÇÕES DO PROJETO DE RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO
BISPADO DE DOM ANTÔNIO MANOEL CASTILHO BRANDÃO, ALAGOAS
(1901-1910)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História (Linha de pesquisa: História Cultural).

Orientador: Professor Dr. Pedro Lima Vasconcellos

Maceió
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

- G633p Gomes, César Leandro Santos.
“Por mercê de deus e da santa Sé”: as representações do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910) / César Leandro Santos Gomes. – 2019.
158 f.: il.
- Orientador: Pedro Lima Vasconcelos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.
- Bibliografia: f. 138-151.
Anexo: f. 152-158.
1. Brandão, Antônio Manoel Castilho, Bispo de Alagoas, 1849-1910. 2. Igreja Católica – Documentos eclesiais – 1901-1910. 3. Alagoas – História. I. Título.

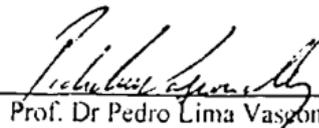
CDU: 981.35:262.12

Folha de Aprovação

CÉSAR LEANDRO SANTOS GOMES

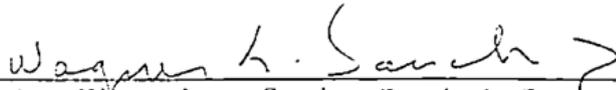
Por mercê de Deus e da Santa Sé: as representações do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 25 de abril de 2019.

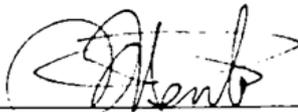


Prof. Dr Pedro Lima Vasconcellos (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez (Examinador Externo)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Prof. Dr. Irinéia Maria Franco Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, a Deus pela oportunidade de ter cursado o ensino superior e agora por conseguido terminar o mestrado. Sou grato, também a minha família, nas pessoas da senhora Margarida Santos Gomes, minha mãe, e do senhor José Cláudio Souza Gomes, meu pai, pelo suporte e confiança. Creio que só cheguei onde cheguei devido aos seus esforços e dedicação.

Aproveito para prestar os devidos agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) pelo reconhecimento acadêmico do estudo e pelo auxílio disponibilizado durante os 24 meses de pesquisa; creio que sem isso eu não teria conseguido concretizar o trabalho de dissertação. Ao Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), por ter disponibilizado o acesso à documentação para a realização da pesquisa, em especial agradeço a Luiza Sahara, amiga e técnica do estabelecimento, que com muita paciência me atendeu durante a fase de catalogação das fontes eclesiásticas, sempre cumprindo os seus deveres com dedicação.

Não posso esquecer dos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH-UFAL), em especial ao professor Pedro Vasconcellos e Irinéia Franco, orientador e co-orientadora, respectivamente, pela paciência, pelos apontamentos ao longo da execução das leituras e do processo de escrita da pesquisa, pelas conversas e ajuda. Sei que muitas destas características acabaram moldando o pesquisador que atualmente sou.

Aos meus amigos, Livia Gomes da Silva, Luana Gomes Araújo, Fernando Barbosa (Jumper), Luciano Duarte, Kliscia Mendes, João Victor Palmeira e entre outros, pelo carinho, o apoio e a confiança, mesmo quando eu não conseguia acreditar nos meus esforços e nos resultados da pesquisa. Aos companheiros da loucura que é o mestrado: Ricardo, Robson, Ângela, Andressa, Mary, Rafael, Oseías, Wellington, Ellen, Luan, obrigado pelos momentos de descontração. Agradeço aos colegas e membros do Laboratório de Estudo Interdisciplinar das Religiões (LIER), cujos debates foram essenciais à elaboração e às reflexões sobre a temática estudada.

À Banca de qualificação, pelas indicações para o desenvolvimento da pesquisa, e a banca de defesa que prontamente se disponibilizou, e pelas orientações que, tenho certeza, vão enriquecer ainda mais a proposta da dissertação, os meus agradecimentos.

E por fim aos meus futuros leitores: espero que estas páginas possam lhes servir de ajuda, entre as religiões e os processos socioculturais coletivos.

GOMES, César Leandro Santos. “**Por mercê de Deus e da Santa Sé**”: as representações do projeto de restauração católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910). Dissertação (Mestrado em História) - Maceió: UFAL, 2019, 162pp.

RESUMO

No dia 2 de julho de 1900, a bula papal *Postremis hisce temporibus*, de Leão XIII, desmembrou o território alagoano da diocese de Pernambuco, permitindo, assim, a constituição do seu próprio bispado. Para a função de primeiro bispo foi nomeado Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, até o momento prelado responsável pela diocese do estado do Pará e herdeiro da formação sacerdotal do Seminário de Olinda, principal agente de difusão do pensamento ultramontano no Nordeste durante a segunda metade do século XIX. A autoridade episcopal, ao assumir a nova jurisdição eclesiástica, deu início a um processo de ordenação de suas bases institucionais, alinhado ao projeto de reestruturação interna pelo qual Igreja Católica estaria passando, o que nas produções acadêmicas recebeu o nome de "romanização", em alusão a centralização sistemática exercida pela Cúria Romana, no final do século XIX e início do XX. Desta forma, a pesquisa tem como propósito estudar os mecanismos relacionados à estruturação católica na diocese de Alagoas, por meio da análise dos acervos documentais do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) e dos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), na conjuntura que corresponde ao governo do primeiro bispo das Alagoas. Por meio deles se consegue observar os discursos e as posições da autoridade eclesiástica em relação a assuntos de caráter administrativo e patrimoniais, enquadramento do clero e monitoramento dos serviços fornecidos pelas confrarias religiosas. Estas ações possibilitam a inserção da diocese de Alagoas em uma conjuntura maior ao compreender que o primeiro prelado buscou articular a sua atuação com as orientações do Concílio Plenário Latino-americano, ocorrido em 1899, e cuja as diretrizes influenciariam a instituição católica a novas mudanças impostas no campo político e social em toda a América Latina, até a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, no início da década de 1960.

Palavras-chave: história de Alagoas – igreja católica – documentação eclesiásticas - Dom Antônio Brandão.

ABSTRACT

On July 2, 1900, the papal bull *Postremis hisce temporibus* of Leo XIII dismembered the Alagoan territory of the diocese of Pernambuco, allowing the formation of its own bishopric. For the first bishop was appointed Antônio Manoel Castilho Brandão, until the time prelate responsible for the diocese of the state of Pará and heir of the priestly formation of the Seminary of Olinda, main agent of diffusion of ultramontane thought in the Northeast during the second half of the XIX century. The episcopal authority, by assuming the new ecclesiastical jurisdiction, began a process of ordering its institutional bases, aligned with the project of internal restructuring that the Catholic Church was going through, which in the academic productions was called "romanization", in allusion to the systematic centralization exercised by the Roman Curia in the late nineteenth and early twentieth centuries. In this way, the research aims to study this mechanisms related to Catholic structure in the diocese of Alagoas, through the analysis of the collections of the Metropolitan Court of Maceió (MCM) and the National Library Digital Periodicals (NLDP) in the conjuncture that corresponds to the government of the first bishop of Alagoas. Through them it's possible observe the discourses and positions of ecclesiastical authority in relation to matters of an administrative and patrimonial character, clerical framework and monitoring of services provided by religious confraternities. These actions make possible the insertion of the diocese of Alagoas in a greater conjuncture to understand that the first prelate sought to articulate its action with the guidelines of the Latin American Plenary Council, which took place in 1899, and whose guidelines would influence the Catholic institution to new imposed changes in the political and social field throughout Latin America, until the Second Vatican Ecumenical Council, in the early 1960s.

Keywords: history of Alagoas - Catholic church - ecclesiastical documentation - Dom Antônio Brandão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A POLÍTICA, A SOCIEDADE E A RELIGIÃO: a conjuntura sociocultural de Alagoas no período da primeira república, final do século XIX e início do XX	17
2.1. Instabilidade, tensões e deposições: o campo político de Alagoas durante os primeiros onze anos da República	17
2.2. As praças, as ferrovias e as religiosidades: a modernização urbana e o campo religioso de Alagoas durante a Primeira República.....	24
2.3. Os acordos em favor da criação do bispado de Alagoas e a Comissão Central do Patrimônio (1896-1901)	33
3. DA CRIAÇÃO DA DIOCESE À REORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA EM ALAGOAS: os “caminhos” do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Brandão (1901 a 1910)	42
3.1. Um Bispo ultramontano em Alagoas? A trajetória de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão.....	46
3.2. A fundação do seminário diocesano Nossa Senhora da Assunção e a formação do corpo eclesial católico em Alagoas (1902 a 1909).....	59
3.3. Em defesa da fé católica: a romanização e as práticas pastorais do primeiro bispado de Alagoas	66
3.3.1. Os colégios confessionais dos irmãos maristas e das irmãs sacramentinas	66
3.3.2. As visitas pastorais (1905 a 1908)	74
3.3.3. A imprensa católica em Alagoas: O jornal <i>A Fé Christã</i> (1902-1907)	77
4. “AO CLERO E FIÉIS DE NOSSA DIOCESE”: o ideal da reorganização do catolicismo nas cartas de Dom Antônio Brandão	89
4.1. A escrita eclesial e as correspondências episcopais em Alagoas	90
4.2. A Carta Pastoral de saudação de Dom Antônio Brandão ao clero e aos fiéis da Diocese de Alagoas, 23 de agosto de 1901	99

4.3. Entre o discurso e a prática: o projeto da reestruturação católica nas cartas de Dom Antônio Brandão	105
4.3.1. "Que os párocos defendam com valor os bens e os direitos de suas Igrejas": Os direcionamentos sobre o patrimônio eclesiástico	108
4.3.2. "Para que vossas almas se conservem puras": a escrita e as práticas de controle religioso no primeiro bispado de Alagoas	117
4.3.3. "O sacerdote zeloso, instruído e virtuoso": a disciplina e a moralização do clero	126
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	152

1. INTRODUÇÃO

O interesse por estudar a temática do processo de reorganização da Igreja Católica no Brasil surgiu ainda na graduação, no ano de 2014. Na época eu era bolsista do projeto de pesquisa "*População e relações de poder na documentação histórica do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, séculos XIX e XX*", realizado por meio da parceria entre o curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), através do incentivo da *Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico Institucional* (BDAI).

A pesquisa relacionada ao BDAI ofereceu a oportunidade aos alunos bolsistas associados a terem acesso ao acervo de documentos eclesiais encontrados no Arquivo da Arquidiocese de Maceió, especialmente as Cartas Pastorais do episcopado brasileiro publicadas entre os anos de 1890 a 1962; ou seja, da promulgação do documento considerado uma resposta das lideranças católicas à separação entre a Igreja e do Estado, por meio do decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, até a abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Durante as leituras das cartas pastorais, notou-se a ocorrência de questões relacionadas às práticas e estratégias¹ institucionais adotadas pela hierarquia da Igreja Católica ao longo de setenta e dois anos do regime republicano, com o objetivo de “recatolicizar” a sociedade. Nas produções especializadas este projeto passou a ser denominado como “Processo de Romanização”.

No entanto, na medida em que as leituras avançaram se observou que as problemáticas que envolvem a caracterização do que pode ser entendido como processo de romanização são bem complexas. De início se percebeu que o termo “romanização” foi introduzido na literatura brasileira por meio da tradução de Rui Barbosa da obra *O papa e o concílio*, escrito pelo teólogo alemão Johan Joseph Ignaz Von Döllinger, com pseudônimo de Janus, no final do século XIX e que possuiria um teor pejorativo. Sua utilização conotaria uma centralização do corpo eclesial católico, segundo as orientações propostas pela Cúria Romana, com a finalidade de aplicar as diretrizes tridentinas, para Janus, na Europa, e para Rui Barbosa, no território brasileiro. Em outras palavras, a “romanização do clero brasileiro” passou a ser compreendida na literatura como uma subordinação ao dogma da infalibilidade papal, instituído durante o Concílio Vaticano I (1869-1870), permitindo ao Papa concentrar a instituição religiosa dentro de seus interesses político-teológicos, amparados pelo modelo eclesial ultramontano.²

¹ VON DÖLLINGER, Johan Joseph Ignaz. **O papa e o Concílio**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877.

² Originário do latim *ultramontanus*, que significa "além das montanhas", especificamente, para além dos Alpes de quem está em França. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa

Durante a década de 1970, o termo passou a ser incorporado nas produções acadêmicas, não mais em sua conotação pejorativa e passou a ser compreendido como a expressão de uma prática religiosa ou uma “reforma” interna do aparelho eclesiástico. Essa reordenação seria resultado dos questionamentos e posicionamentos divergentes do clero católico, atrelado a uma conjuntura externa adotada pela Igreja após o fim do Padroado Régio. Neste caso, a Romanização passa a denominar um movimento de restauração do clero católico e de oposição aos “males da modernidade”. Buscava-se impedir a propagação de conceitos e doutrinas filosóficas contrárias ao catolicismo e de novas formas de credos e religiosidades que ganharam notoriedade durante o período republicano (como o protestantismo e o espiritismo), bem como a limpeza de elementos considerados “místicos” e “supersticiosos” do “catolicismo popular”.

O conceito de “romanização” nos debates contemporâneos passou por uma ressignificação. Contribuições e análises recentes, entre as quais podem ser citadas as de: Sérgio Miceli³, Euclides Marchi⁴, Ivan Aparecido Manoel⁵, Maurício de Aquino⁶ e Edgar da Silva Gomes⁷, destacam a necessidade de considerar a ocorrência de variações regionais da aplicação

um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando elegia-se um papa não italiano (“além dos montes”). O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da “cabeça” da Igreja (o papa), que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende, portanto, o pleno poder papal. Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram as ideias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, devido a frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado. O ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países, mesmo que significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Apareceu como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma, uma recusa do contato com o mundo moderno. Os principais documentos que expressam o pensamento centralizador do papa são as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). Cf. AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral; GEIGER, Paulo. **Dicionário histórico de religiões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 357; MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 46.

³ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

⁴ MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, v.10, n. 18-19, p. 213, jun-dez, 1989.

⁵ MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da História: Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.

⁶ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012.

⁷ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012.

da nova estratégia⁸eclesiástica, frente às transformações sociais acarretadas pela proclamação da república brasileira e, da mesma forma, percebe a reordenação do catolicismo não como um processo, mas como um projeto político de reestruturação do aparelho religioso⁹ católico, inserido em uma dada conjuntura histórica. No contexto analisado pode-se apontar como parte da nova política adotada pelo episcopado a expansão de sua rede diocesana, também definido como processo de estadualização da Igreja Católica ou de “diocesanização”. Este foi o plano de criar em todos os estados brasileiros uma diocese, como uma forma de a instituição eclesiástica delimitar o seu espaço e sua presença hegemônica¹⁰ diante da nova realidade sociopolítica do país.

A criação do Bispado de Alagoas em 1900, com sede na cidade de Maceió, por meio da bula *Postremis hisce Temporibus* do Papa Leão XIII¹¹, pode ser enquadrada na conjuntura desta “reestruturação” do espaço religioso do catolicismo no Brasil. Deve-se lembrar que antes da fundação da sede episcopal as paróquias alagoanas estavam subordinadas à Diocese de Olinda, em Pernambuco. A criação da Diocese de Alagoas e a nomeação de Dom Antônio Castilho Brandão, bispo do Pará entre os anos de 1896 a 1900, para a função de primeiro titular da jurisdição alagoana permitiram à instituição eclesiástica se reorganizar no estado. O bispado de D. Antônio Brandão (1901-1910), pode ser caracterizado pelo esforço do administrador eclesiástico em reestruturar a Igreja em Alagoas.

⁸ A noção de “estratégias” faz referência ao conceito elaborado por Michel de Certeau. No entanto, ressalva-se que o autor, originalmente, relaciona as noções de tática e estratégias a uma abordagem ligada à propaganda de massa. Para a pesquisa aqui desenvolvida irá se compreender a desvinculação da Igreja católica alagoana da Diocese de Pernambuco e, posteriormente, a fundação de sua própria jurisdição eclesiástica como parte de uma “estratégia religiosa” de caráter institucional, expansionista e territorial, ou conforme as palavras do autor: “(...) ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais”. Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** – Vol. 1: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, pp.46, 102.

⁹ A definição de “política” ou projeto político é algo amplo e polissêmico. Para a pesquisa destaca-se as contribuições de Max Weber ao indicar a política como “a participação no poder, luta pela distribuição e legitimidade do poder”. Salienta-se que para o autor a noção de política se encontra ligada às relações entre os Estados ou de grupo inseridos em um Estado. Mas, também, pode ser compreendida como os meios utilizados por uma categoria social para alcançar os seus objetivos. Nesta segunda definição pode-se enquadrar o projeto de reestruturação do catolicismo brasileiro como a utilização de mecanismos pelo episcopado com a intenção assegurar sua predominância religiosa no campo social durante a Primeira República. WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 1999, pp. 98-99.

¹⁰ A definição de hegemonia pode ser entendida como: “o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais”. O termo é retirado dos escritos do filósofo italiano Antonio Gramsci e indica “um tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra”. Cf. FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001, pp. 121-122.

¹¹ QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 165; MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 38.

Logo, a pesquisa tem como proposta inserir o estado de Alagoas nos debates já consolidados sobre o tema do projeto de reestruturação da instituição católica no Brasil, denominado de “romanização”. E verificar por meio das informações obtidas pelas fontes eclesiásticas do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió e dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira o perfil da diocese e do seu primeiro bispo e, assim como, encontrar indicações das representações e práticas¹², pastorais e institucionais, que possam ser relacionadas ao projeto da romanização. A pesquisa tem como pretensão contribuir para a construção da historiografia local sobre as religiões, ao mesmo tempo em que se buscou manter o caminho aberto para novas possibilidades de análises do tema.

Neste trabalho entende-se a História como um processo de transformação social e cultural ao longo do tempo.¹³ Os aspectos culturais que compõem a sociedade passam a abarcar um sistema de símbolos, padrões de comportamentos e signos, produzidos como resultado desse processo de transformação pela ação humana.¹⁴ Essa estrutura de significações passou a reger determinadas esferas da vida do ser humano. Percebe-se o campo religioso como um desdobramento desse arcabouço simbólico no cotidiano da sociedade.¹⁵ A pesquisa se insere dentro do paradigma da História Cultural, mais especificamente a nova história cultural dos finais da década 1970 a início de 1980, marcada por uma abordagem interdisciplinar com diversas áreas do conhecimento.¹⁶ A “*interdisciplinaridade*” tem contribuído para a renovação dos estudos que abarcam as religiões e religiosidades, possibilitando uma melhor compreensão do objeto a ser estudado e das relações entre as práticas socioculturais e os discursos religiosos.

Para facilitar a análise das informações encontradas nas fontes foi proposto um diálogo com as ferramentas de auxílio metodológicas, entre elas o método de análise histórica,

¹² A noção de “prática” envolve todo o espaço de experiências vividas e a cultura, permitindo ao indivíduo pensar essa experiência e criar as formulações e explicações sobre a mesma. Já o conceito de “representação” está associado a maneira os um indivíduo ou grupo ver e compreende a realidade. São as visões mundo e crenças que buscam justificar a ordem social. Segundo Roger Chartier “não existem práticas ou estruturas que não sejam produzidas pelas representações”. Esses conceitos são intrínsecos, já que contribui para a forma como os indivíduos vê e agem no mundo. Cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos avançados** 11(5), 1991, pp. 18; VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Domínios da história**. São Paulo: Campus, 2011, p. 143.

¹³ Parafrazeando Marc Bloch: “(...) A história é a ciência dos homens no tempo”. Para ele historiador não pode anular sua subjetividade, e a verdade não está depositada nos documentos, aliás, todo vestígio pode vir a se tornar um documento, dependendo das perguntas que o historiador coloca, é ele que dá significação ao documento, através da perspectiva da “história-problema”. Cf. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 54.

¹⁴ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1ª ed; 13ª reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008, pp. 9-10.

¹⁵ BURKER, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 79-80.

¹⁶ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 9ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 101.

denominado “paradigma indiciário”, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.¹⁷ Na concepção deste autor o papel da “História”, ou da “Ciência histórica” é o estudo do passado. No entanto, esse elemento de caráter processual seria algo impreciso. É, a partir desse problema que se destaca o papel do historiador como o profissional que tem a função de buscar as redes de relações, de encontrar os vestígios e, por fim, apontar os símbolos e sinais ao possibilitar a apresentação de uma trama sólida capaz de elaborar um vislumbre do processo histórico a ser pesquisado. Sabe-se que os “indícios” históricos têm a função de ajudar ao pesquisador nas formulações e compreensões das representações da sociedade analisada, levando em conta não só as formas de circularidades “mentais” ou ideias, mas também as possíveis continuidades de um discurso ao longo do contexto histórico.

Dessa forma, pode-se propor a compreensão da conjuntura alagoana durante o último decênio do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como assinaladas pela tentativa de adaptação do campo político e social local frente às exigências do novo regime de Poder, ou seja, o Estado republicano. E neste caso, a observação dessas atmosferas constituirá um quadro panorâmico que permitirá entender os “ânimos” da sociedade civil alagoana no momento da criação da sua jurisdição eclesiástica em 1900.

Para compreender a sociedade alagoana na conjuntura proposta utilizou-se como fontes as publicações de pesquisadores, a dizer: livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Debruça-se também sobre um material pertinente, que foram os jornais que circularam durante os anos de 1890 a 1910, e a crônica literária *Traços e troças: crônica vermelha, leitura quente* do autor Pedro Nolasco Maciel¹⁸. A inserção da literatura como fonte historiográfica contribui

¹⁷ Segundo Ginzburg: “Se as pretensões de conhecimento sistemático se mostram cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” cf. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 177.

¹⁸ Escritor, jornalista, filho de Raimundo José de Sant’Ana e Silvina Ferreira Guimarães. Funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos entre 1889 e 1903. Membro da Sociedade Libertadora Alagoana, que lutava pelo fim da escravidão. Sócio do Clube Literário José Bonifácio, do qual foi vice-presidente e, por muitos anos, orador do Montepio dos Artistas Alagoanos. Foi fundador de *O Gutenberg*, tipógrafo do *Diário das Alagoas*, redator dos jornais *Tribuna do Povo*, *Jornal de Notícias*, *Constelação*, *O Popular*, *O Viçosense*. Obras: *A Filha do Barão*, Maceió: Tipografia Mercantil, 1886, reunindo, em volume único, os fragmentos publicados em jornal, em 1885, do primeiro romance de costumes alagoanos, sendo anunciado pelo autor como de estudos românticos; existe uma 2ª edição, Maceió: DAC SENEC, com introdução de Moacir Medeiros de Sant’Ana, intitulada *O Romance e a Novela em Alagoas*, Maceió, 1976; *Traços e Troças - Crônica Vermelha, Leitura Quente* (publicada a 1ª edição sem o nome do autor, em 1899, a 2ª em Maceió: pelo DEC, em 1954, com coordenação e introdução de Moacir Medeiros de Sant’Ana, e a 3ª, ainda do DEC, em 1964, anotada e comentada pelo historiador Félix Lima Júnior); *Estilhaços (Produções Literárias e Sobre Política)*, Maceió, 1887; *Conferência Pública*, Maceió, 1888; *Galeria de Alagoanos Ilustres ou Subsídio à História das Alagoas (Precedido de uma Exposição Sucinta Sobre a Guerra do Paraguai)*, Maceió, 1891; *Indicador Postal (Nomenclatura Cronológica do Estado das Alagoas, Acompanhado de Disposições Regulamentares em Vigor nos Serviços dos Correios)*. Colaborador dos

para reconstituir um cenário que mistura história, ficção e realidade¹⁹, oferecendo um quadro esclarecedor da dinâmica social alagoana nos fins do XIX. Foram importantes, ainda, as fontes encontradas nos fundos eclesiásticos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, em especial: as cartas pastorais, as correspondências episcopais, os livros de provisões, os processos de ordenação vocacional e livros de tomo de paróquias. Por eles pode-se problematizar as informações sobre a forma como o bispo diocesano passou a comandar a estrutura eclesiástica no estado de Alagoas.

É preciso salientar que as mudanças estruturais das instituições religiosas, no seu sentido de reorganização interna, não se encontram afastadas dos processos de transformações socioculturais externos; ou seja, não podem ser analisadas em dissociação da conjuntura histórica da sociedade. Por meio do diálogo entre o contexto externo e interno, elabora-se um quadro representativo que nos permite perceber que na medida em que o campo social se transforma as instituições religiosas tendem a se adaptar aos processos de mudanças ou, em contrapartida, se interiorizar em torno de seus dogmas e crenças como forma de autodefesa. A partir desses indicadores encaminha-se para da problemática da “autocompreensão” da Igreja Católica, como apresentada por João Hauck:

A autocompreensão da Igreja é profundamente influenciada pelo contexto em que ela deve dar o testemunho da mensagem evangélica. Nem sempre as circunstâncias facilitam uma visão clara dos caminhos a seguir. A tendência à inércia é abalada, às vezes, por vozes proféticas que proclamam um retorno às origens.²⁰

Pode-se definir a “autocompreensão” da Instituição eclesiástica como um dos possíveis elementos determinantes de sua práxis social. E, que motivaria a forma como a Igreja se vê, quais os problemas têm que enfrentar no mundo e como ela deve agir. Destaca-se que, esta particularidade, contribui para a elaboração do seu arcabouço ideológico e religioso. Ressalta-se, também, que a autocompreensão (forma de ver) e a “práxis-teológica” (forma de agir) da Igreja Católica tendem a coexistir de forma bidimensional, isto é, no sentido temporal e espiritual.²¹ Em resumo, mesmo quando possui objetivos relacionados às questões “transcendentes”, a Igreja consegue correlacionar os seus “interesses espirituais” aos de

jornais: *A Lâmpada*, *O Momento*, *A Tribuna*, neste último com a seção "A Lâpis". cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. vol. 2, Brasília: Senado Federal, 2005, p.209.

¹⁹ ALMEIDA, Luiz Sávio (org.). **Traços e troças**: Literatura e mudanças sociais em Alagoas. Estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.

²⁰ HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13.

²¹ MAINWARING, Scott. Igreja e política: anotações teóricas. In: **Revista Síntese**, v. 10, nº 27, 1983, p. 26.

determinadas categorias sociopolíticas, como um mecanismo com a capacidade de abranger a sua “influência” diante das classes sociais.

A partir destas características, a Igreja Católica pode ser tomada como uma instituição sociológica concreta, marcada por interesses e que se entende como detentora dos bens espirituais, morais e dos meios de salvação do ser humano. Nesse aspecto, suas práticas, discursos e arcabouços ideológicos passam a ser entendidas a partir de uma dada conjuntura histórica e social.²² Como salientou Elza Soffiatti:

(...) Sendo assim podemos considerar que o autoentendimento da Igreja é influenciado pelas mudanças culturais e conduzem a uma nova perspectiva mais diversa, que por sua vez constrói uma nova história fruto das mudanças das estruturas político-sociais, da transição para a sociedade industrial burocrática que atingiu a sociedade laica e a eclesiástica, atingindo inclusive o próprio historiador que, característica e intrinsecamente é filho desse tempo e carrega em sua análise interpretativa e em sua narrativa, seus valores e sua visão de mundo.²³

Desta forma, pretende-se compreender as relações entre a sociedade e o campo religioso por meio de um viés dialético, levando em consideração que as mudanças sociais interferem na forma como as instituições religiosas buscam se organizar e dialogar com este mundo em transformação. Ao longo da pesquisa procurou -se analisar o problema a partir de duas possibilidades de hipótese: (1) que a criação da diocese de Alagoas, para além do sentido de benefícios ligados ao campo eclesiástico e educacional, também estaria ligado a busca por instabilidade política, ao se perceber que ocorrência de disputas e conflitos oligárquicos locais desde a instalação do regime republicano, em 15 de novembro de 1889; (2) por outro lado, sabendo que Dom Antônio Brandão, primeiro bispo da jurisdição alagoana, esteve presente nos debates do Concílio Plenário Latino-americano, em 1899, defende-se que ao mesmo tentou adaptar e inserir as orientações conciliares ao longo do seu governo episcopal. Para se comprovar estes pressupostos, se propôs uma análise tanto do contexto geral do Estado alagoano no período estudado, como uma observação organização interna da Instituição Católica pós criação do bispado.

Sendo assim, dedicou-se a primeira secção, com o título *A política, a sociedade e a religião: a conjuntura sociocultural de Alagoas nas duas primeiras décadas do período republicano, final do século XIX e início do XX*, para apresentar o contexto que antecedeu a

²² ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 12.

²³ SOFFIATTI, Elza Silva Cardoso. A teoria da autocompreensão da Igreja. In: *Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades*. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, vol. 3, nº.9, jan/2011, p.4.

criação do bispado de Alagoas. Por meio da observação dos jornais publicados na época se buscou compreender o cenário político, social, urbano e religioso durante o início do período republicano, destacando os acordos e mobilizações em favor da fundação da diocese alagoana. Posteriormente, na segunda secção, intitulada como: *Da criação da Diocese à reorganização eclesiástica em Alagoas: os 'caminhos' do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Brandão (1901 a 1910)*, partirá da observação da formação sacerdotal e trajetória na hierarquia eclesiástica do primeiro bispo de Alagoas. Abordar-se-á também a relação entre as práticas institucionais como: criação do seminário diocesano, colégios confessionais com as práticas pastorais, visitas e o uso da imprensa como parte dos mecanismos articulados a política da romanização e possíveis indicações das aproximações do primeiro Bispo de Alagoas com o projeto de reorganização do catolicismo brasileiro.

Por fim, na terceira secção, com o título: *Ao clero e fiéis de nossa diocese: O ideal da reorganização do catolicismo nas cartas de Dom Antônio Brandão*; buscou analisar em fontes manuscritas assinadas pelo bispo diocesano, como por exemplo: a carta pastoral de saudação aos seus diocesanos, as correspondências oficiais do bispado e os despachos dos livros de provisão, por meio de um diálogo com o conceito de “prática da cultura escrita”²⁴. Auxiliando na compreensão de textos oriundos de documentos manuscritos, como cartas, ofícios, atas e circulares, e de sua observação enquanto discursos que pretendem reproduzir ou justificar os arcabouços ideológicos eclesiásticos. Dessa forma, o texto passa a ser entendido como uma representação visão de mundo e do pensamento ultramontano que influenciou as posições do episcopado durante o período da Primeira República, de 1889 a 1930.

O uso da chamada “análise de conteúdo”, definida por Laurence Bardin como “o meio metodológico de extração, classificação e comparação entre as informações e significados de diferentes meios de comunicação”²⁵, torna-se pertinente ao se compararem as informações a serem obtidas pela documentação, com o propósito de verificar as possíveis formas de adaptação do projeto de reestruturação do catolicismo em Alagoas. Por meio destas abordagens se conseguiu comprovar durante o trato com as fontes que Dom Antônio Brandão na medida em que buscava dialogar e estabelecer alianças com as forças oligárquicas locais também se esforça para tentar organizar e estruturar a instituição eclesiástica católica internamente.

²⁴ Nos estudos históricos o uso da Cultura escrita se concentra nas análises das correspondências e cartas, pessoais e coletivas, de personalidades anônimas e conhecidas, como um meio de compreender uma conjuntura específica. cf. GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

²⁵ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 36.

2. A POLÍTICA, A SOCIEDADE E A RELIGIÃO: a conjuntura sociocultural de Alagoas no período da primeira república, final do século XIX e início do XX

Essa secção tem por objetivo apresentar a conjuntura urbana, política e religiosa de Alagoas entre os finais do século XIX e início do XX. Almeja-se examinar tanto na literatura historiográfica, como nos jornais da época, a atmosfera da sociedade alagoana durante o período que constitui o alvorecer do Estado republicano.

Para facilitar a elaboração da proposta de debate o texto encontra-se dividido em três momentos. Primeiramente, se debruçará sobre a conjuntura política alagoana, a fim de destacar os principais aspectos observados na historiografia e nos jornais locais publicados entre os finais do século XIX e inícios do XX. O objetivo por meio deste exercício de análise contextual é perceber a recepção do regime republicano no estado. Em seguida, a discussão se deslocará para a verificação das mudanças ocorridas no âmbito social em Alagoas, no período proposto, assinalando as transformações urbanas e as bases econômicas em desenvolvimento na região. Ainda, neste momento, se propõe a realização de uma esquematização do campo religioso alagoano, com o intuito de ressaltar as principais formas de manifestações religiosas, cujas menções podem ser encontradas nas páginas dos jornais publicados na época. E, por fim, apresentará o processo da realização dos acordos políticos e das mobilizações coletivas, incluindo a criação da Comissão Central do Patrimônio que atuaram em favor do projeto de criação de uma jurisdição eclesiástica em solo alagoano, entre os anos de 1896 a 1901.

O diálogo entre os campos políticos, socioculturais e religiosos possibilitou a realização de uma investigação da realidade histórica afim de entender os antecedentes processuais da criação da Diocese de Alagoas e, conseqüentemente, a percepção dos possíveis indícios que auxiliem a compreender a dinâmica do processo de reorganização burocrática e eclesiástica desempenhado pelo bispo diocesano no Estado.

2.1. Instabilidade, tensões e deposições: o campo político de Alagoas durante os primeiros onze anos da República

Ao se estudar o período republicano em Alagoas parece haver um consenso por parte dos autores sobre a transição do Império para a República. A maioria das produções destacam que o processo transcorreu de forma “pacífica”, em comparação com outras localidades, como o Rio de Janeiro, centro das efervescências e tensões políticas nacionais. Verificando a ocorrência de tensões sociais pós-implementação ao novo regime político como um dos

resultados da falta de consolidação ou identificação do “republicanismo” entre os intelectuais do estado.²⁶ O trecho a seguir reflete um pouco sobre a realidade social, mencionando a repercussão do pensamento republicano entre a sua população, no final do período imperial:

Embora tenha sido a terra natal das duas figuras mais eminentes do novo regime que sucedeu à Monarquia - Deodoro, o proclamador, e Floriano o consolidador da República - não se configurou em Alagoas um movimento republicano que exprimisse uma força social significativa. Houve, é verdade, alguma pregação antimonarquista - o surgimento da imprensa e clubes republicanos, com adeptos inclusive no interior, e até pronunciamentos insólitos como de um sócio do Instituto Arqueológico -, mas não ultrapassou um pequeno círculo da "inteligência". Tudo isso sem maior empolgação da sociedade.²⁷

Segundo Felix de Lima Junior, em Alagoas não se registrou grande entusiasmo pelas ideias republicanas.²⁸ O movimento republicano na província alagoana se iniciou com a publicação do jornal *A República*, no ano de 1872.²⁹ No entanto, a inexistência de um plano político e a ocorrência de divergências internas, levaram a articulação do movimento gradualmente ao declínio. Após a abolição da escravatura pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, ocorreu a fundação de apenas um clube republicano na capital da Província de Alagoas, Maceió. E, posteriormente, três outros foram criados também nas freguesias de Pão de Açúcar, Penedo e Palmeira dos Índios. Na capital da província, inclusive, contabilizavam-se cerca de dezoito indivíduos autodenominados “republicanos”.³⁰ No entanto, parece que essas ideias não conseguiram se expandir suficientemente e ganhar forças entre as classes sociais mais abastadas.

Esta característica pode ser explicada ora pelo desconhecimento ou, até mesmo, pelo desinteresse dos intelectuais locais acerca do republicanismo. Outra causa que pode ser associada é a distância entre Maceió e Rio de Janeiro, sede do Império, como razão de possíveis problemas relacionados ao atraso de informações. Para se ter uma noção, em 15 de novembro de 1889, no exato momento que o Marechal Deodoro destituía o Imperador Dom Pedro II e

²⁶ O republicanismo passou a ser difundido no território brasileiro após a publicação do Manifesto Republicano de 1870. Este constou com a adesão de membros das ordens maçônicas, segundo Alexandre Mansur Barata, desiludidos com o Estado Imperial. Contudo, para Alagoas fica-se aberto a possibilidade de haver relações entre a propaganda republicana e a maçônica. cf. BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano. In: **Locus, Revista de História**, v.1, nº1, Juiz de Fora, pp. 125-141, 1995.

²⁷ TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009, p.55.

²⁸ LIMA JUNIOR, Félix. **Maceió de outrora**: Obra póstuma. Maceió: EDUFAL, 2001. V. 2, p. 121.

²⁹ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015, p. 238.

³⁰ Entre podem ser citados alguns nomes significativos: Guido Duarte (1842 - 1893), Stanislau Wanderlei (1830 - 1898); Eusébio Francisco de Andrade (1866 - 1928); Ricardo Brennand Monteiro (1867 - 1904); Francisco da Silva Domingues (1847-1918); Pedro Nolasco Maciel (1861-1909).

proclamava a república do Brasil, em Alagoas membros das classes privilegiadas encontravam-se no Clube Fênix Alagoano, que na era época localizado próximo ao bairro do Jaraguá, em comemoração à posse do Dr. Pedro Ribeiro Moreira ao cargo de Presidente da Província. Por ironia do destino, ou azar, Moreira Ribeiro foi o último representante do Império no agora Estado de Alagoas. Conforme Félix Lima Junior, “as primeiras impressões sentidas em Alagoas com notícias da queda da Monarquia foram as resultantes de uma grande estupefação e de um grande pânico. A Província contava senão com meia dúzia de sonhadores republicanos”.³¹

As notícias sobre os recentes acontecimentos na Corte começaram a chegar por telegramas a partir da madrugada do dia 16 de novembro daquele mesmo ano. E quando se confirmou a nova situação do país as notícias passaram ser recebidas com certo assombro pela população. Após os esclarecimentos, Pedro Ribeiro Moreira entregou o cargo de administrador provincial que havia assumido a menos de quarenta e oito horas e embarcou na primeira nau em destino ao Rio de Janeiro, no dia 17 de novembro de 1889.

Cinco dias após a proclamação da República pelos militares liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o jornal *O Orbe* publicou uma edição especial relatando à população todos os fatos relacionados à nova realidade política do país. Por meio de suas páginas observam-se as repercussões da instalação do governo republicano: a renúncia de Pedro Ribeiro Moreira ocasionou a composição de uma junta provisória com a intenção de atuar na esfera executiva do estado até a nomeação do próximo governador. Tudo isso em decorrência da mudança do cenário nacional como se pode ver pelo o trecho a seguir:

PROCLAMAÇÃO

Governo Provisório

Telegrama aos cidadãos: O povo, o exército, armada nacional, em perfeita comunhão, com os sentimentos de nossos concidadãos residentes provinciais, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo e, como resultado imediato desta resolução nacional de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir a ordem pública, liberdade e direitos dos cidadãos.³²

A mencionada junta administrativa foi composta por um triunvirato: Aureliano Augusto de Azevedo Pedra, militar, major do 26º batalhão de Maceió; o também major Ricardo Brennand Monteiro e pelo senhor Manuel Ribeiro Barreto de Meneses. As indicações dos nomes que compuseram a junta foram celebradas pelos poucos grupos republicanos locais, entre eles o clube Centro Popular Republicano Maceioense, que, segundo as informações do *O*

³¹ LIMA JUNIOR, Félix. **Maceió de outrora**: Obra póstuma. Maceió: EDUFAL, 2001. V. 2, p.126.

³² **O ORBE**, Maceió, 20 de novembro de 1889.

Orbe, realizaram um cortejo público, desde a casa do seu presidente, o Dr. Manoel Menezes, na noite de sábado do dia 16 de novembro, acompanhados com a banda marcial do corpo de polícia e filarmônica artística, em uma passeata em direção ao vigésimo sexto batalhão, para parabenizar os “dignos cidadãos nomeados”.³³

O triunvirato permaneceu no comando do governo do estado durante os quatro dias subsequentes, até a data de 21 de novembro, sendo substituído pelo governador provisório Tibúrcio Valeriano de Araújo.³⁴ O novo governador não chegou a desfrutar por muito tempo do posto político e acabou sendo substituído pelo general Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro, o proclamador da República. Esta nomeação não impediu que prosseguisse o processo de instabilidade e tensão política envolvendo o cargo de administrador do Estado.

QUADRO 1: LISTA DE GOVERNADORES DE ALAGOAS DURANTE OS ANOS DE 1889 A 1912			
Nº	NOMES	Início do Mandato	Fim do Mandato.
1	Aureliano Augusto de Azevedo Pedra Manuel Ribeiro Barretos de Meneses Ricardo Brenand Monteiro	18 de novembro de 1889	21 de novembro de 1889
2	Tibúrcio Valério de Araújo	21 de novembro de 1889	2 de dezembro de 1889
3	Pedro Paulino da Fonseca	2 de dezembro de 1889	18 de dezembro de 1890
4	Manuel de Araújo Góis	18 de dezembro de 1890	12 de junho de 1891
5	Pedro Paulino da Fonseca	12 de junho de 1891	14 de junho de 1891
6	Manuel de Araújo Góis	14 de junho de 1891	23 de novembro de 1891
7	José Correia Teles Manuel Ribeiro Barreto de Meneses Jacinto de Assunção Pais de Mendonça Carlos Jorge Calheiros de Lima	23 de novembro de 1891	28 de novembro de 1891
8	Manuel Gomes Ribeiro	28 de novembro de 1891	24 de abril de 1892
9	Gabino Besouro	24 de abril de 1892	16 de junho de 1894
10	Manuel Sampaio Marques José Tavares da Costa Francisco Soares Palmeira	16 de junho de 1894	17 de julho de 1894
11	Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins	17 de julho de 1894	17 de outubro de 1894
12	Manuel Gomes Ribeiro	17 de outubro de 1894	14 de janeiro de 1896
13	José Vieira Peixoto	14 de janeiro de 1896	12 de junho de 1897
14	Manuel José Duarte	12 de junho de 1897	12 de junho de 1899
15	Francisco Manuel dos Santos Pacheco	12 de junho de 1899	12 de junho de 1900
16	Euclides Vieira Malta	12 de junho de 1900	12 de junho de 1903
17	Joaquim Paulo Vieira Malta	12 de junho de 1903	12 de junho de 1906
18	Euclides Vieira Malta	12 de junho de 1906	3 de junho de 1909
19	José Miguel de Vasconcelos	3 de junho de 1909	12 de junho de 1909
20	Macário das Chagas Rocha Lessa	12 de junho de 1909	12 de junho de 1912
21	Clodoaldo da Fonseca	12 de junho de 1912	12 de junho de 1915

Fonte: COSTA, 1983 [1923], pp. 161-168; CARVALHO, 2015, pp. 228-247.

³³ O *ORBE*, Maceió, 20 de novembro de 1889.

³⁴ CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015, p. 228.

A tabela apresentada resume a situação do cargo executivo de Alagoas durante o período estudado. Nela podem ser conferidos o começo e o fim dos mandatos de governadores entre os anos 1889 a 1915. Fica evidente que dos vinte e um mandatos que compõem a listagem, treze não chegaram a completar a quantidade de tempo estabelecida, que era de 3 (três) anos. O curto período de 10 (dez) anos que vai do início da administração Pedro Paulino da Fonseca, em 2 de dezembro de 1889, até o fim do mandato de Manuel José Duarte, em 12 de junho de 1899, foi marcado por deposições, vacâncias, afastamentos, renúncias e duas juntas provisórias administrativas. Apenas com a posse de Euclides Malta, em 12 de junho de 1900, a administração política do Estado veio a “estabilizar-se”, pelo menos por um tempo.

Nascido em Mata Grande, no dia 16 de junho de setembro de 1861, Euclides Vieira Malta foi um magistrado e herdeiro de família tradicional e influente. Sua vida política iniciou-se muito cedo. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife em 1886. Exerceu a advocacia e ocupou o cargo de promotor público em Atalaia, Coruripe e Penedo. Segundo o antropólogo, Ulisses Rafael:

Euclides Malta inicia o seu mandato como governador no dia 12 (doze) de junho de 1900, mas o seu ingresso na política se deu precocemente e por uma via bem comum na época, sobre tudo para quem procedia de família de proprietários rurais como ele. Trata-se daquele modelo que ficou conhecido como a "praga do bacharelismo" o qual já fora atestado por Sérgio Buarque de Holanda, autor que, com rara precisão, cunha essa expressão. Segundo ele, tal processo tem início, ainda, nos primórdios do período imperial e coincide com a ascensão dos centros urbanos sem detrimento da autonomia da velha lavoura. Entre seus protagonistas encontrava-se uma casta de fazendeiros escravocratas e seus filhos educados nas profissões liberais, os quais continuam no monopólio da autoridade apesar de todas as transformações que se verificam no âmbito da política e da economia nacional, ou seja, a sociedade com fortes domínios agrário e rural, às voltas com a urbanização, do Império, sobretudo depois da chegada da família real e de uma série de leis antiescravagistas que despontam no país.³⁵

A presença profissional dos “bacharéis” no cenário político está intrinsecamente articulada ao espaço simbólico e das organizações, além da produção de bens de serviços. E também está relacionado – principalmente – à produção e reprodução de significados na vida cotidiana.³⁶ Na prática a preferência pelo bacharelismo teve como resultado na formação da

³⁵ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012, pp. 76-77.

³⁶ CRUZ, Breno de Paula Andrade; MARTINS, Paulo Emílio Matos. O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo Raízes do Brasil e Sobrados e mucambos. In: **Cad. EBAPE.BR** vol.4 no.3 Rio de Janeiro Oct. 2006, p. 2.

nossa mentalidade a supervalorização de certos símbolos, entre eles os prestígios relacionados às “carreiras e ofícios liberais”, expressos, por exemplo, no título de “doutor”.³⁷

Dessa forma, é possível enquadrar Euclides Malta nessas características ao considerar a sua ascensão, quase meteórica, na carreira política. Suas relações com esse campo proeminente da sociedade começaram desde cedo. Uma das possíveis preocupações de Malta, aparentemente, foi o desenvolvimento de redes de influências com os membros das forças políticas locais. Para se ter uma ideia, ele se casou com Maria Gomes Ribeiro, filha de Manuel Gomes Ribeiro, o Barão de Traipú.³⁸

Ao constituir relações com um dos indivíduos que acabariam se tornando a principal representação das forças oligárquicas durante os dez primeiros anos da república, a vida política de Euclides Malta passou, a prosperar no campo da política. Entre os anos de 1890 a 1891, exerceu a função de deputado estadual por Alagoas; de 7 de janeiro de 1895 a 7 de janeiro de 1897; foi prefeito de Penedo. E, deputado federal entre os períodos de 1892-1893 e 1897-1899.

O auge de sua atuação política foi entre os anos 1900-1903 e de 1906-1909, quando exerceu o cargo de governador do estado. Enquanto esteve à frente do governo de Alagoas, Euclides soube como utilizar sua influência perante as elites políticas locais, com o objetivo de minar possíveis adversários, além de tirar proveito de suas relações com o governo federal, por meio da “Política dos Governadores” imposta pelo presidente Campos Salles (1898-1902), que consistia em um apoio mútuo entre o dirigente do país e as forças políticas regionais.³⁹ Na historiografia alagoana, a “Era Malta” passou a ser associada ao período em que Euclides Malta e seu irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta⁴⁰, se revezaram no comando do poder executivo do estado.

Na primeira República, a força econômica, e social dos proprietários de terra, traduzida em efetivo oligárquico, impôs uma ampla teia de submissão e dependência que envolveria o eleitor, o coronel, o partido e o Estado. O modo de agir do mando oligárquico era claro: controle dos órgãos municipais, prática clientelista, nepotista, e patrimonialista, garroteando com violência e

³⁷ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012, p. 77; HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 157.

³⁸ CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015, p. 244.

³⁹ A "política dos Estados" ou ainda "Pacto oligárquico" foi um sistema político não oficial, idealizado e colocado em prática pelo presidente Campos Sales (1898 – 1902), por meio do qual, a troca de favores políticos entre o presidente da república e os governadores dos estados levava o primeiro não interferi nas questões estaduais; em troca, os governadores davam apoio político ao executivo federal. cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: Da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 114; FAUSTO, Boris (dir.) **O Brasil republicano, v.8**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 54.

⁴⁰ Joaquim Malta exerceu um mandato como governador entre os anos de 1903 e 1906. Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2v, p. 215.

fraude eleitoral qualquer tentativa de oposição. A administração de Euclides Malta e de sua oligarquia foi a mais longa etapa de governo exercida por um homem e sua família na história alagoana. Por doze anos, ele comandou de forma indiscutível a política local⁴¹.

Portanto, a política maltina fortaleceu as suas relações de poder com diversos setores da sociedade. A longa era da “dinastia maltina” chegou ao fim no ano de 1912, quando Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino da Fonseca, e sobrinho de Deodoro da Fonseca e Hermes da Fonseca, foi eleito ao posto de chefe executivo do estado. Uma das influências do declínio da era maltina foi a campanha de difamação realizada pelos aliados de seu adversário ao cargo de chefe executivo do estado e do partido Republicano Democrata, opositores de Euclides Malta. Entre os boatos que circulavam na época havia relatos das relações entre o ex-governador e os cultos das religiões de matriz africana. Como repercussão, no dia 12 de fevereiro de 1912 a Liga dos Republicanos Combatentes, associação civil vinculada aos opositores dos Maltas, e populares liderados pelo tenente reformado do exército, veterano da guerra de Canudos, Manoel Luiz da Paz, invadiram e destruíram terreiros localizados nos bairros de Bebedouro e Levada, perseguindo os seus adeptos. Nas produções historiográficas este acontecimento passou a ser conhecido como: o “quebra de Xangô”, o “Dia do Quebra”, o “Quebra de 1912”. E como consequência proporcionou o surgimento de uma manifestação religiosa intimidada, denominada “Xangô Rezado Baixo”, uma modalidade de culto praticada em segredo, alimentada pelo medo, sem o uso de atabaques, e animada apenas por palmas.⁴²

Todavia, segundo afirmam autores como Douglas Apratto, Felix de Lima Junior e Craveiro Costa, este último contemporâneo do processo político em questão, apesar dos momentos de tensões e atritos políticos a denominada “era maltina” pode ser associada ao sinônimo de progresso para o estado. O primeiro decênio do século XX marca em Alagoas a ocorrência de significativos avanços tecnológicos, do crescimento populacional, repercutindo no processo de urbanização, e no desenvolvimento dos setores industriais e ferroviários.

⁴¹ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015, p. 244.

⁴² Cf. RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012.

2.2.As praças, as ferrovias e as religiosidades: a modernização urbana e o campo religioso de Alagoas durante a Primeira República

Os anos correspondentes às duas décadas iniciais do período republicano, de certa maneira, marcaram o território alagoano com uma série de transformações que vão além do campo político mencionados anteriormente. Muitas dessas mudanças, em diferentes esferas da sociedade, tiveram início ainda na segunda metade do século XIX. Porém grande parte delas só veio a eclodir no começo do século XX.

Por exemplo, entre os anos de 1881 e 1884, foram criadas duas linhas ferroviárias: a de Piranhas-Jatobá, no alto sertão, um grande investimento federal na época de 115 km que integrava a rota fluvial, ligando o trecho médio ao baixo São Francisco, contornando a cachoeira de Paulo Afonso.⁴³ A segunda ferrovia criada foi a Maceió-Imperatriz (União dos Palmares), conectando os vales do Mundaú e do Paraíba diretamente com Maceió. A criação das linhas ferroviárias possibilitou o desenvolvimento do setor econômico relacionado à cana-de-açúcar, ampliando as possibilidades de locomoção da produção e fortalecendo o papel do porto do Jaraguá.⁴⁴

Registra-se também durante o final da segunda metade do século XIX a chegada das primeiras fábricas têxteis e a sua consolidação durante o início dos 1900. Outra transformação no setor industrial foi a substituição gradual dos antigos engenhos a vapor, surgidos em 1852, pelas usinas de açúcar. Menciona-se que a primeira usina fundada em Alagoas foi a “Brasileiro”, localizada no município de Atalaia, no ano de 1892, pelo francês Barão Du Saint Siége Félix Eugène Wandesmet, considerada a segunda do Nordeste e uma das maiores do Brasil em sua época.⁴⁵

A produção da cana-de-açúcar constitui-se na matéria-prima da economia alagoana nesse período. Apesar de existirem outros setores de produção, como o algodão, a pecuária e uma economia de subsistência em constante progresso, eles nunca obterem forças suficientes para desbancar a produção açucareira. Essa característica se reflete, inclusive, na esfera política, ao se observar que a oligarquia rural no território alagoano é composta por donos de terra

⁴³ COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió/AL: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 245; TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2ª ed.- Curitiba: HD Livros, 1996, p. 105.

⁴⁴ TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Cármen Lúcia. **Caminhos do Açúcar**: Engenhos e casas-grandes das Alagoas. 2ª ed. - Maceió: Sebrae, 2010, p. 66; MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do Trabalho, apóstolos do socialismo**: Os tipógrafos e a construção de uma identidade de classes em Maceió (1895/1905). Dissertação (Mestrado em História) – Recife: UFPE, 2004, p.51.

⁴⁵ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015, p. 57.

ligados ao açúcar, donos de engenhos, de fartas propriedades de terra dedicadas à produção da cana, donos de usinas. Como afirmou Cícero Péricles de Carvalho:

(...) as relações sociais e políticas desenvolvidas ao longo dos quatro séculos pela oligarquia açucareira continuavam travando o desenvolvimento de Alagoas [...] O açúcar criou uma elite exclusivista que deixou em esquecimento a província e seu povo. O açúcar deu a casa-grande, mas também deu a senzala. Na Alagoas republicana, o predomínio no campo econômico e político continuavam nas mãos dos senhores de engenhos, e fazendeiros, que marcavam a fisionomia estadual.⁴⁶

No quesito populacional, segundo o censo de 1900⁴⁷, o estado de Alagoas contava com aproximadamente 649.273 habitantes, correspondendo a um aumento de 137.833 (21%) dos habitantes em comparação dos 511.440 habitantes recenseados em 1890. A população do estado encontrava-se distribuída em trinta e quatro municípios. Sua capital, Maceió, na época concentrava 36.427 habitantes, correspondendo aproximadamente a 5% da população total do território alagoano.

Os altos índices populacionais existentes em Maceió teriam outros motivos além dos convencionais, como, por exemplo, o fato de ser capital do estado, o que transformaria a cidade em um dos epicentros econômicos e industriais da região. Segundo Tenório, os anos iniciais do regime republicano foram marcados pelo êxodo rural.⁴⁸ Para o autor, os novos rumos tomados pelo setor canavieiro, com o surgimento dos complexos industriais das usinas, não conseguiram trazer soluções para velhos problemas; em contrapartida, os agravou. As populações oriundas do sertão, assim como milhares de famílias da zona da mata açucareira, por causa das intensas adversidades da vida, desemprego, secas, optavam em se deslocar para outras regiões industrialmente beneficiadas, acreditando, dessa maneira, que teriam mais oportunidades. Também têm que se considerar as repercussões do processo de pós-abolição que proporcionou aglomeração da população de ex-escravos em terminadas localidades da capital. Tal fato acabou por refletir no crescimento desenfreado da população urbana, o que contribuiu para o aparecimento de bairros e zonas populares.

Ainda ponderando sobre a relação entre o processo de industrialização e o crescimento populacional na Maceió da Primeira República e como estes episódios repercutiram na forma de reorganização de categorias sociais, vale recordar, conforme afirma Osvaldo Maciel que essa conjuntura assinala o surgimento da classe operária em Alagoas, formada por trabalhadores dos

⁴⁶ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015, p. 249.

⁴⁷ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. p. 3. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>.

⁴⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 48.

setores têxteis e das usinas. Para o autor, esse momento representa uma articulação de uma proeminente classe proletária alagoana, associada ao início da difusão de ideais socialistas. No ano de 1869 surge a Associação de Tipografia, considerada a primeira forma representativa de organização operária ligada aos trabalhadores gráficos, ou seja, os tipógrafos.⁴⁹

O mapa urbano do período constituía-se de Maceió, como a capital administrativa do estado, Viçosa, União dos Palmares, Porto Calvo e Penedo, nas margens do Rio São Francisco, como seus significativos epicentros políticos e econômicos. Em um século, de 1800 a 1900, Maceió possuía quatro bairros: Maceió, Jaraguá e Levada, que ficavam na parte baixa da cidade, além do Alto da Jacutinga.⁵⁰ Na direção norte tinha-se também Mangabeiras, considerado como periferia, e os povoados de Ipioca, Mirim, Garça Torta e Riacho Doce. Ao Sul, encontravam-se o povoado de Pontal e o Trapiche da Barra, Mutange, Bom Parto e Bebedouro.

Menciona-se o possível impacto da influência dos ideais da *Belle Époque* no Estado. No começo do ano de 1900, durante o governo de Euclides Malta se iniciou um processo de modernização urbana na capital.⁵¹ Segundo alguns autores, traços dessa modernização já teriam aparecido no último decênio dos anos de 1800. Em 1897, se inaugurou o serviço de iluminação elétrica pública, uma grande novidade da época. Antes disso, a cidade, como na maioria das localidades do país, utilizava-se da luz de candeeiros à base de azeite, querosene e gás para iluminar as noites da cidade.⁵² Segundo Craveiro Costa e Torquato Cabral (2016, p. 257), durante o mandato de Malta ocorreram reivindicações populares por melhoramento no serviço de iluminação pública, expressas nas páginas dos principais jornais de circulação do período.

O período também é marcado pelo que o historiador Douglas Apratto Tenório (2009, p. 24) denomina “a descoberta das ruas.” Iniciam-se as construções de praças e prédios, busca-se o melhoramento de avenidas e demais vias públicas. Há a inauguração do Palácio do Governo, localizado na Praça dos Martírios, no centro da capital, cuja construção se iniciou no ano de 1893, e do Teatro Deodoro, que acabou se tornando um dos principais pontos de entretenimento utilizados pelas classes sociais mais abastadas.

⁴⁹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do Trabalho, apóstolos do socialismo**: Os tipógrafos e a construção de uma identidade de classes em Maceió (1895/1905). Dissertação (Mestrado em História) - UFPE: Recife/PE, 2004.

⁵⁰ Corresponde atualmente ao início do bairro do Farol visto a partir da praia.

⁵¹ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012, pp. 96-97.

⁵² Maceió foi considerada umas das primeiras capitais a terem recebido o benefício da eletricidade no Brasil. cf. COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió/AL: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 257.

No sentido arquitetônico, percebem-se traços da existência da *Art Nouveau*, estilo europeu predominante nas artes, decorações e ornamentos de prédios e casas, caracterizados como algo moderno, em contraposição à presença do colonialismo dos velhos casarões, vistos como “antiquados”. Outra característica foi o esforço pela implantação das políticas sanitaristas de Osvaldo Cruz já aplicadas na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, em Alagoas transcorreram de uma forma um pouco mais lenta e sem complicações em comparação com a capital da República, por meio da fiscalização e controle dos possíveis focos de epidemias⁵³, embelezamento e arborização das ruas.⁵⁴

Em paralelo aos aspectos apontados anteriormente, menciona-se, ainda, a organização do campo religioso⁵⁵ alagoano no contexto proposto para estudo. Ressalta-se que o espaço conferido às expressões religiosas é assinalado pela complexidade das relações sociais onde elas se encontram. É nítida a experiência de um campo religioso diversificado, marcado por conflitos por hegemonia. Portanto, o fato de existir diversas práticas de contato com o sagrado não quer dizer que o diálogo interreligioso entre elas ocorreram de maneira harmoniosa. Pelo contrário, o que mais se evidencia é a ocorrência de conflitos e tensões pela conquista de espaço do sagrado e interesses diante da sociedade.

Inicialmente, tem-se o catolicismo, definido como a expressão religiosa majoritária no território alagoano. A Igreja Católica, entre os últimos anos do século XIX e o princípio do XX, possuía aproximadamente 34 paróquias espalhadas por todo o estado.⁵⁶ Até 1900 a estrutura eclesiástica alagoana ainda se encontrava hierarquicamente sob a cobertura da Diocese de Pernambuco. Os acordos para a criação de uma jurisdição eclesiástica em Alagoas estavam em curso, como será analisado posteriormente. Sobre a predominância e os privilégios atribuídos à religião católica, diz Ulisses Rafael:

O catolicismo era, em Alagoas, a religião por excelência. As constituições brasileiras, desde a época do Império, admitiam a liberdade de qualquer culto religioso, mas foi o catolicismo que sempre gozou de maior prestígio, a ponto

⁵³ **Mensagem dirigida pelo bacharel Euclides Vieira Malta ao Congresso Alagoano por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de abril de 1902.** Maceió: Tribuna, 1902, pp. 4-6.

⁵⁴ **GUTENBERG**, Maceió, 30 de março de 1905.

⁵⁵ Para Pierre Bourdieu, o "Campo" pode ser compreendido como um espaço social simbólico, mais ou menos restrito, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações. Esse espaço simbólico seria marcado por lutas dos seus agentes com a intenção de determinar, validar, legitimar formas de representações, por meio da utilização do "Poder Simbólico". A partir desse princípio, entende-se o "Campo Religioso" como um espaço marcado por tensões e conflitos simbólicos e hegemônicos. Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 179.

⁵⁶ COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió/AL: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 269; MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 38.

de outras vertentes religiosas existentes, como o espiritismo, as religiões evangélicas e os cultos afro-brasileiros terem sido colocados sob constante vigilância.⁵⁷

Durante o período Imperial, a Instituição Católica desfrutava do privilégio de ser a religião oficial do Estado. E dessa forma, a procura pela a vigilância das outras formas de expressões religiosas pelos poderes constituídos encontram-se relacionadas a concepção que atribui à Igreja Católica a posição de instituição mantedora da ordem social, transmissora de dogmas e preceitos morais. Tais preceitos acabaram por permanecer e a influenciar as instâncias jurídicas do Estado republicano, a ponto de que qualquer aglomeração anormal de indivíduos fosse vista como suspeita de baderna. Além do que a instituição religiosa se autodefinia como detentora dos bens de salvação dos seres humanos.

Para se ter uma exemplificação do lugar de privilégio do catolicismo, pode-se verificar os jornais de 1891, durante o clímax do processo de instalação da República com o movimento de 15 de novembro de 1889, quando ocorreu a promulgação da constituição Federal. Nela, o regime republicano reforçou os atos desencadeados a partir do decreto de 07 de janeiro de 1890, que deu fim ao padroado régio e separou a Igreja do Estado. Seguindo os “manifestos” realizados por variados setores católicos naquela conjuntura, a edição de 24 de abril de 1891 do jornal alagoano *Cruzeiro do Norte* transcreveu uma coluna do periódico *Leituras Religiosas* (Bahia), em que o colunista declara:

Efetivamente, a religião católica foi deixada na mesma esteira com as seitas e superstições mais absurdas: a santidade do casamento, o fundamento da família, foi gravemente abalada com a instituição do casamento civil e o não reconhecimento do casamento católico; o cemitério foi profanado, tirando-se-lhe o caráter religioso; o caráter sacerdotal foi violado pela imposição tácita do serviço militar; o ensino público foi preventivamente secularizado; o culto público foi privado de todo auxílio dos cofres públicos; enfim, para tudo dizer numa palavra, desconheceu-se inteiramente e foi posto à margem o grande princípio da união dos dois poderes para sobre sua ruína ser levantado o funesto e fatal sistema do ateísmo social.⁵⁸

Por meio da leitura do artigo pode-se verificar o reforço às críticas das principais repercussões da instalação do estado republicano, especificamente, relacionado à esfera religiosa. Aspectos como o nivelamento e a comparação da igreja católica as outras manifestações de crença, ou seja, perca da sua posição como religião oficial do Estado, a instituição ao casamento civil, a secularização de cemitérios e hospitais, a imposição do serviço

⁵⁷ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012, pp. 105-106.

⁵⁸ **CRUZEIRO DO NORTE**, Maceió, 24 de abril de 1891, p. 2.

militar para sacerdotes e a laicidade do ensino público, foram elementos bastante criticados por setores do catolicismo, o que na verdade representaria a influência e inserção dos ideais de centralização proposta pela Cúria Romana no discurso do episcopado brasileiro.

Todavia, outras expressões religiosas se encontravam lutando por espaço simbólico frente a esse novo modelo social em constantes mudanças, inclusive em Alagoas, pode-se mencionar as religiões de matriz africana. Por muito tempo, os ritos e celebrações em honra das divindades ancestrais por elas cultuadas eram, segundo o discurso clerical dominante, associados a superstições, e em muitos casos chegaram a ser criminalizados, relacionados à baderna. Após a proclamação da república a nova legislação abriu brechas para a organização institucional de outros credos, além do catolicismo.⁵⁹

No entanto, na prática, a situação era bem diferente. As religiões de matriz africana continuaram a ser constantemente vigiadas e criminalizadas. Consta no art. 157 do Código Criminal de 1890, na parte que corresponde aos “crimes contra a saúde pública”, a proibição da prática do espiritismo, da magia e dos seus sortilégios, sob pena de prisão de um a seis meses e pesadas multas.⁶⁰ Fica evidente a associação dos cultos africanos ao curandeirismo, aos sortilégios e, em muitos casos, à superstição. E, ao mesmo tempo, demarca-se o lugar privilegiado do catolicismo em meio a um regime político que se autodenominava “laico”.

Ao se observar os jornais alagoanos, entre os finais do século XIX e início do XX, nota-se referências a cultos com a denominação de “xangôs” (*changôs*) ou como “Dança de Santa Bárbara”; ou ainda a menção de negros nas páginas policiais, relacionados “a badernas”, a batuques, a “crimes contra a ordem pública”.⁶¹ Também se pode indicar a menções de festejos e manifestações culturais associados aos cultos africanos, como por exemplo, a “sambas”, “maracatus” e “coco de rodas”. Aonde, muitas vezes, os redatores dos jornais solicitam o comparecimento das autoridades policiais com o objetivo de controlar as suas realizações,⁶² vistas como formas de “divertimentos contrários a civilização”.⁶³

⁵⁹ BRASIL. Lei nº 173, de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição. In: **Coleção de Leis do Brasil - 1893**, Vol. 1, part. I, Rio de Janeiro, p. 45. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>> acessado em: 15 de março de 2018.

⁶⁰ **Código Penal**. Decreto nº 847, de 11/10/1890, art. 157.

⁶¹ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012, p.177.

⁶² GUTENBERG, Maceió, 29 de janeiro de 1907.

⁶³ O PÃO D'ASSUCAR, Pão de Açúcar, 25 de novembro de 1877

Em outras notícias encontravam-se a associação dos cultos africanos à prática de curandeirismo⁶⁴, à magia e à feitiçaria. Esse tipo de correlação possui a finalidade de descaracterizar os cultos africanos como religião, lançando-a na categoria de superstição ou crenças populares e indicam um óbvio caráter depreciativo. Segundo Irinéia Franco⁶⁵, a respeito do espaço urbano de Maceió, há o surgimento de determinadas localidades que anteriormente foram redutos ou esconderijos de escravos foragidos e quilombos, a saber, os bairros do Jaraguá, Poço, Levada e Bebedouro, posteriormente acabaram por transformar-se em regiões com forte presença de cultos africanos.

Para além do discurso que buscava criminalizar as religiões de origem africana apontava-se também a demonização de suas práticas rituais por congregações evangélicas e pela Igreja Católica. Em muitas situações práticas e ritos relacionados aos cultos afrodescendentes foram enquadrados, como “*fetichismo*”. Em Alagoas a constituição dos cultos africanos (xangôs) durante o processo pós-abolição, apesar das tentativas de controle e repressão por partes das classes dominantes, está relacionada à busca por uma identidade e cultura “afro-alagoana”, que ecoam até os dias de hoje.⁶⁶

Partindo-se dessas breves observações, cita-se uma passagem da obra *Traços e troças: crônica vermelha, leitura quente*, cuja autoria é atribuída ao jornalista e cronista Pedro Nolasco Maciel que, e por meio de seus escritos nos apresenta uma possível caracterização do espaço urbano da cidade de Maceió, mesclando realidade e ficção:

D. Maria anunciou um passeio inesperadamente à povoação do Pontal da Barra. Não convidou ninguém e até proibiu a notícia dessa projetada digressão.

No dia convencionado partiu ela, às 9 da manhã, acompanhada de Zulmira e do Pacau, mercador de peixes sem que ninguém soubesse explicar para onde ia tão original caravana.

O Pacau é conhecido feiticeiro, e dizemos crentes de suas mandingas que quatro palavras desgraçam qualquer indivíduo. Quando, porém, o negócio cheira, o tal feiticeiro não age sozinho, porque, diz ele, é preciso a intervenção de Santo Amaro e não serve a qualquer Santo Amaro aí à toa, é necessário que o negócio fique a cargo do Santo Amaro da sinhá Aninha Cesária, do Pontal do Barra.

Esta Sra. Aninha Cesária tem feito milagres admiráveis. Devido aos seus esforços, muita gente que era pobre possui hoje centenas de contos, outros que

⁶⁴ Tem que se destacar que em duas situações encontradas nos jornais observou-se a informação da prisão pelo inspetor de higiene pública e saúde de dois indivíduos acusados pelo crime de curandeirismo no Alto da Jacutinga, *Fidelis Ferreira de Oliveira* e *Thomé Santiago da Costa*, descrito como um “*criolo*”. Também se verificou na cidade de São José da Laje a prisão de um dito curandeiro conhecido como *Umbelino*, cujo apelido era “*Brioco*”. Cf. GUTENBERG, Maceió, 9 de maio de 1896, 1 de julho de 1896 e 5 de abril de 1899.

⁶⁵ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **A caverna do diabo e outras histórias**: Ensaios de História Social das Religiões (Alagoas, séculos XIX e XX). Maceió: EDUFAL, 2016, pp. 79-80.

⁶⁶ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **A caverna do diabo e outras histórias**: Ensaios de História Social das Religiões (Alagoas, séculos XIX e XX). Maceió: EDUFAL, 2016, p.109.

eram leprosos ficaram bons. Moços distintos deram para beber, porque lá foram seus inimigos, inimigas inclusive, e mandaram ela carregar a mão no pobre diabo; tem que se dado quebras, incêndios e desastres que só ela é a causadora. Também em compensação, muitos cegos ficaram com vistas, muitos mudos têm falado.⁶⁷

O curto trecho mencionado relata o momento em que uma personagem do romance de Nolasco, Dona Maria, mãe de Zulmira, se dirige ao Trapiche da Barra subitamente à procura de dois “feiticeiros”, Pacau e Aninha Cesária. Esta passagem traz a caracterização do contingente das religiões de matrizes africana, ao esboçar como eram vistas suas práticas rituais no cotidiano coletivo da cidade de Maceió. O fragmento extraído da obra literária indica algumas localidades urbanas considerados redutos das manifestações religiosas de origem africana. Outro ponto de vista é a ocorrência da mescla entre catolicismo e Xangô africano, demarcando a questão da aculturação e reapropriação dos símbolos católicos pela religião africana. A leitura desta passagem destacado da obra de Nolasco sugere uma forma alternativa de obtenção sobrenatural de certos benefícios por parte dos seus solicitantes, ou ainda, a sua utilização como instrumento de malefícios aos inimigos.

Outra expressão religiosa a ser indicada é o protestantismo. A presença de protestantes no território alagoano pode ser registrada desde o século XVII, com a ocorrência da invasão e domínio holandês na região nordeste.⁶⁸ Já durante a primeira metade do século XIX, com o advento da “abertura dos portos às nações amigas”, um acordo político entre a Corte portuguesa, instalada no Brasil em 1808, e a Inglaterra, houve a possibilidade da vinda de diplomatas ingleses. Muitos deles professavam o anglicanismo, religião institucionalizada pelo rei Henrique VIII, no século XVI. Em Maceió, os ingleses adeptos do anglicanismo constituíram uma comunidade no bairro de Jaraguá. Segundo José Fernando de Maya Pedrosa, uma planta antiga da localidade apresentava a existência de um “cemitério dos ingleses” entre o Bairro de Jaraguá e o Centro,⁶⁹ possivelmente na rua do Conselheiro Saraiva, antigo Aterro, que nos dias atuais passou a ser conhecida pelo nome de Avenida da Paz.⁷⁰

Entre o final do século XIX e o primeiro decênio do XX registram os jornais a presença de missionários protestantes nas cidades de Maceió e Penedo, especificamente das congregações Batista e Presbiteriana. No ano de 1884, duas edições do periódico *O Orbe*, entre

⁶⁷ ALMEIDA, Luiz Sávio(org.). **Traços e troças: Literatura e mudanças sociais em Alagoas. Estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel.** Maceió: EDUFAL, 2011, p.234.

⁶⁸ QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da Igreja nas Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2015, p.152.

⁶⁹ PEDROSA, José Fernando Maya. **História do velho Jaraguá.** Maceió: EDUFAL, 1998, pp. 37-39 apud QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2015, p.153.

⁷⁰ O LABARUM, Maceió - 29 de outubro de 1875.

os dias 9 e 19 de novembro mencionam a chegada de Antônio Teixeira de Albuquerque, missionário e pastor batista, a Maceió.⁷¹ As notícias relacionadas a ele o descrevem como apóstata e herege. As motivações para as acusações tinham a ver com o fato deste alagoano, natural da freguesia de Maceió, ser um ex-sacerdote e vigário da mesma freguesia, convertido à religião protestante no ano de 1874, após participar das reuniões celebradas pelo missionário presbiteriano John Rockwell Smith. Conforme afirma Álvaro Queiroz⁷², ele foi o responsável pela fundação da primeira igreja batista em solo alagoano, em 17 de maio de 1885.

Já em Penedo, entre os anos de 1903 e 1906, temos edições do jornal católico *A Fé Christã* que fazem referência a Salomão Luiz Ginsburg, missionário de origem polonesa, associado a congregação batista e a Sociedade Bíblica Americana. No ano de 1902 ele fundou a primeira igreja batista da região penedense.⁷³ Inclusive na edição do *A Fé Christã* de 09/04/1904 consta um artigo extenso redigido visivelmente com o intuito de desmoralizar o pastor protestante frente à população. Em contrapartida, outro periódico, *O Evolucionista*, novamente na cidade de Maceió, traz uma espécie de divulgação dos horários das celebrações religiosas da Igreja Presbiteriana na edição de 06/01/1906.

Os conflitos no campo religioso entre o catolicismo e os grupos protestantes nos jornais serão debatidos posteriormente. No entanto, a extensão da complexidade da atmosfera pluralista religiosa em Alagoas pode ser notada em um pequeno fragmento do semanário da cidade de Penedo referido anteriormente, *A Fé Christã*, na edição de 18/01/1902, nela o seu colunista, que assina com as iniciais "F.V." critica a presença de protestantes no território da cidade.

(...) Todas as cidades e quase todas as vilas e povoações estão infestadas desses verdadeiros micróbios morais, que vão viciando e carcomendo o organismo religioso do país. Aqui, no Penedo, já fizeram acampamento os filhos do apóstata Lutero, o fundador da tal seita. Mas, confiamos, não tardarão a levantá-lo, pois o Catolicismo tem raízes profundas no coração dos penedenses, que sabem respeitar as crenças religiosas que herdaram dos seus antepassados e não trocam pelas doutrinas subversivas de outra religião a doutrina pura e consoladora da religião - Católica Apostólica Romana.⁷⁴

Uma forma expressão recente que nos finais do século XIX pode ser observada o princípio de sua organização é o Espiritismo. Fundada pelo francês Allan Kardec, é uma religião marcada por um caráter assistencialista, que por volta dos finais da década de 1880 passou a ganhar adeptos em solo brasileiro. Nos anos posteriores, durante o desenrolar da conjuntura de

⁷¹ **O ORBE**. Maceió, 9 de novembro de 1884; **O ORBE**, Maceió, 19 de novembro de 1884.

⁷² QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 152.

⁷³ São respectivamente as edições de 23/05/1903, a de 9/04/1904, 9/06/1906.

⁷⁴ **A FÉ CHRISTÃ**. Penedo: 18 de janeiro de 1902.

implantação do Estado republicano, teria iniciado sua expansão na capital de Alagoas. Nos jornais publicados no início do século XX, podem-se encontrar relatos da presença desse credo; inclusive seus adeptos chegaram a publicar um jornal, intitulado *Lumen*, no ano de 1908.⁷⁵ No entanto, infelizmente, não se conseguiu encontrar mais exemplares do periódico.

Em meio a todas essas confluências nos campos políticos, sociais e religiosos, no final do século XIX foram iniciados os diálogos entre o governo estadual e a Nunciatura Apostólica, órgão diplomata que tem por função representar a Cúria Romana em solo brasileiro, em favor da criação da Diocese em Alagoas. No entanto, o percurso entre esses acordos e a constituição da jurisdição eclesiástica é marcado por divergência e articulações entre as esferas legislativas, as classes privilegiadas e os intelectuais, para a criação de uma campanha para obter os fundos patrimoniais e financeiros necessários para a instalação do bispado.

2.3. Os acordos em favor da criação do bispado de Alagoas e a Comissão Central do Patrimônio (1896-1901)

A publicação do decreto 119-A, assinado pelo Governo Provisório Republicano, que estabeleceu a separação entre os poderes espirituais e poderes temporais, teve como efeito a gradual aproximação entre a instituição católica no Brasil e a Cúria Romana. Isso ocorreu como consequência do fim do sistema do padroado régio, o qual conferia ao imperador o status de Grão-Mestre da Ordem de Cristo⁷⁶ e atribuía ao Estado a tarefa de fornecer meios para a subsistência da Igreja Católica. Esse elemento refletiu na forma como eram exercidos os diálogos entre a hierarquia católica no Brasil e a cúria romana. Se antes o imperador desempenhava a função de “intermediário” entre o episcopado brasileiro e a Santa Sé, após a separação entre a Igreja e o Estado os diálogos entre a hierarquia católica do Brasil e a cúria romana foram facilitados e passaram a ser feitos de forma mais direta.⁷⁷

Contudo, apesar de constar na legislação republicana o “distanciamento” entre a religião e a política, na prática não haveria empecilhos para a instituição católica manter as relações de

⁷⁵ Vanessa Elisa da Silva Correia indica a ocorrência da publicação de jornais ligados à causa espírita: *O Spirita Alagoano* (1900), *Sciência* (1901), *Lumen* (1908) e, posteriormente, *A Luz* (1919) cf. CORREIA, Vanessa Elisa da Silva. **Espiritismo em Maceió: Conflitos e oposições no estabelecimento e divulgação da doutrina espírita, 1899-1913**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História Licenciatura). UFAL: Maceió, 2014, p. 38.).

⁷⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015, p. 49.

⁷⁷ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 32; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 66.

interesse e continuar contando com as instâncias executivas do Estado, com a intenção de dar cabo da implantação da reordenação de suas bases institucionais. Destaca-se também o papel da Nunciatura Apostólica, que tem por finalidade atuar nas funções diplomáticas entre o Brasil e o Vaticano, e cujo trabalho se assemelha ao de uma embaixada. Outra função atribuída à Nunciatura é intermediar a comunicação entre episcopado brasileiro e as normatizações propostas pela Cúria Romana. Durante o Império o órgão se manteve como coadjuvante nas relações entre a administração civil imperial e a Santa Sé, apenas atuando quando fosse realmente necessária, ou seja, em questão acerca do estabelecimento de concordatas, nomeação de bispos, solicitação do envio de membros de ordens religiosas.

Um exemplo dessa afirmação pode ser conferido durante o desenrolar dos diálogos para a criação das dioceses. Pelas leis promulgadas pelo regime republicano, o Estado (governo) não poderia arcar com as despesas financeiras relativas à fundação de novos bispados.⁷⁸ Assim como a Santa Sé afirmava não possuir condições econômicas para bancar a constituição de tais jurisdições. Para tentar minimizar esse impasse foi adotado um modelo tático: a formação das Comissões ou Juntas Centrais para aquisição do patrimônio dos bispados.⁷⁹ Os papéis específicos dessas comissões de patrimônio podem ser caracterizados na seguinte forma, conforme as reflexões de Mauricio de Aquino:

A criação de uma nova diocese implicava em movimentações da comissão pró-diocese para levantar o montante exigido por Roma, na época, estimado em torno de duzentos contos de réis, além de prédios para a futura catedral e o palácio episcopal. Essas comissões geralmente eram presididas pelo pároco da futura catedral ou cidade candidata a sediar a nova circunscrição eclesiástica. O pároco geralmente convidava as pessoas mais poderosas, política e economicamente, para compor a comissão, antecipando assim possíveis doações e articulações políticas. Para os líderes locais ou para os que pretendiam ascender a tal condição, a participação nessas comissões e o desfecho favorável poderiam resultar em maior prestígio social.⁸⁰

A partir dessas considerações podem-se encaminhar as reflexões sobre a organização da “Comissão Central do Patrimônio em Alagoas”. Nos jornais do final do século XIX constam informações das mobilizações desse grupo entre os anos de 1898 até 1901, quando, por fim, o bispo diocesano veio tomar posse da jurisdição eclesiástica. A comissão alagoana contaria com

⁷⁸ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 128.

⁷⁹ SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia**: por um catolicismo romano (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2016, p. 68.

⁸⁰ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 128.

a participação de políticos, intelectuais, membros de classes privilegiadas, clero e populares. Salienta-se que os diálogos e acordos entre o governo e a Nunciatura Apostólica, visando o estabelecimento e a criação do bispado em solo alagoano,⁸¹ conforme as informações que constam nos periódicos consultados, tiveram início em 1896, estendendo-se até 1898. Consta também a ocorrência de debates na câmara legislativa do estado sobre a validade, ou não, da contribuição do poder estadual ao patrimônio da futura diocese.⁸²

Segundo Márcio Nunes, os acordos para a validação do projeto de criação do bispado de Alagoas foram marcados por tensões institucionais entre o setor executivo do estado e a nunciatura, onde se percebe a predominância de conflitos de interesses relacionados à formação do patrimônio e à localização da sede do futuro bispado alagoano.⁸³ Outra forma de tensão apontada pelo autor é a de ordem política. Nesse ponto, deve-se levar em conta que a participação de indivíduos imbricados na esfera política nos debates acerca da instalação do bispado pode estar associada com a busca de prestígio e reconhecimento frente às demais classes sociais.⁸⁴

Aliás, as alianças entre grupos eclesiais e políticos constituem uma demonstração de poder e influência.⁸⁵ Subsequentemente, as mobilizações para aquisição do bispado acirraram os atritos entre as categorias políticas internas a Alagoas, especificamente, no setor legislativo da unidade federativa; e em algumas situações, por causa da contribuição do governador na campanha de arrecadação em favor da futura diocese. Não é difícil notar a existência de uma teia de relações de poder, interesses políticos e eclesiais envolvidos na criação da jurisdição eclesial alagoana. No geral, parece que as notícias sobre a criação de novos bispados no território brasileiro geravam esperanças de que também Alagoas viesse a

⁸¹ É bom destacar que houve uma tentativa de criação de um bispado em Alagoas ainda na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1819. Seu autor foi o Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, e segundo o seu projeto a sede diocesana seria a cidade de Alagoas do Sul, hoje Marechal Deodoro. Mas, devido à conjuntura política da época, o projeto não teve continuidade. Cf. NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 27; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 160.

⁸² GUTENBERG, Maceió, 22 de abril de 1896.

⁸³ O autor aponta que três cidades alagoanas: Maceió, Alagoas e Penedo, utilizaram argumentos relacionados à respectiva importância histórica, econômica e religiosa para defender cada qual o “por que” deveria ser escolhida como sede apostólica do futuro bispado de Alagoas. Cf. NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 75.

⁸⁴ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2007, p. 100; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 57-58.

⁸⁵ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2007, p. 101.

ganhar o seu próprio bispado. Essas expectativas aparecem nas páginas do jornal *Gutenberg* de ano de 1896:

Ha poucos dias a imprensa desta cidade, transcrevendo do Apostolo, gazeta religiosa que se publica na capital federal, deu-nos a notícia da criação do futuro bispado no estado Espírito Santo e em um dos últimos números das Leituras Religiosas, desta cidade, noticiou que pessoas de influência no estado de Alagoas tratam também de ali criar um bispado.

Como brasileiros católicos e progressistas alegra-nos esta notícia, e desejamos que o mesmo fizesse aos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe é e Santa Catarina, estabelecendo desta forma a completa autonomia em todos os ramos da administração religiosa entre os estados.

Acresce que essas criações [ilegível] incalculáveis[?] vantagens para os mesmos estados, com fundações de seminários e escolas anexas para a difusão do ensino em todas as classes sociais, principalmente nos mencionados estados, onde são deficientes as instituições de ensino secundário, e bem assim a fiscalização no próprio clero por uma autoridade superior.⁸⁶

A matéria eufórica do *Gutenberg* também assinala o ponto de partida para o começo dos acordos entre o governo estadual e a Nunciatura Apostólica para a implantação do bispado de Alagoas. No mês seguinte, na edição do dia 24 de maio⁸⁷, os rumores são confirmados. Descobre-se que o Sr. Francisco Coelho Duarte Badaró, político mineiro e embaixador do Brasil em Roma, foi um dos responsáveis por dar cabo ao processo de criação de novas circunscrições eclesiásticas no território brasileiro.

Nota-se, ainda, nos textos dos jornais a existência de determinadas elaborações discursivas com o intuito de defender o projeto de fundação da jurisdição eclesiástica, conforme as palavras dos redatores do *Gutenberg*: (1) A criação da diocese representaria grande sonho da população alagoana; (2). Em destaque a possibilidade dos benefícios ligados à melhoria do sistema educacional que o estado poderia usufruir com a criação do bispado. No entanto, um quesito interessante nessa questão encontra-se ligado à pergunta: “Quem seria o grupo social que concebia como proveitosa a presença de um bispado em Alagoas?”

A edição do *Gutenberg* de 09/06/1896 anuncia que aos 28 de maio foi entregue ao governador, o Barão de Traipú, um projeto endereçado à câmara legislativa e assinado pelo deputado Francisco Izidoro. Intitulado como “Projeto nº 37”, sua proposta era a de autorizar o governador para que fossem cedidos lotes de terra da Trindade, em Porto de Pedras, com o intuito de serem anexadas como parte do patrimônio do futuro Bispado. O projeto foi enviado à votação, e conforme a observação em edições posteriores do periódico, as sessões para a implantação do projeto foram marcadas por tensos argumentos entre os legisladores:

⁸⁶ GUTENBERG, Maceió, 22 de abril de 1896.

⁸⁷ GUTENBERG, Maceió, 24 de maio de 1896.

PROJETO37 - PATRIMÔNIO PARA UM BISPADO.

O Snr. Fausto de Barros que vota contra o projeto, não pela ideia da criação de um bispado e sim porque o Estado não pode dar terras para a manutenção dele, desde que a Igreja está separada do Estado cabe aos católicos colisarem-se[sic] para a criação de um Bispado. Faz ainda largas considerações.

Ora o Sr. Francisco Izidoro sustentando a necessidade da formação de um patrimônio para a criação do bispado e demonstra grandes vantagens para a mocidade e para a religião com a realização desta instituição eclesiástica, e diz que os Estados do Espírito Santo e Paraná acabam não só de doarem terras, prédios como verbas nos orçamentos das criações dos seus bispados.

Ora ainda a favor do projeto o senhor Wanderley de Mendonça e Fausto de Barros contra a concessão e sustenta que é católico romano, porém, vê que não pode a Câmara dar as terras da Trindade que não lhes pertence e que são do Estado. O projeto é aprovado e passa a 3ª discussão.⁸⁸

Os direcionamentos dessas tensões foram apresentados aos leitores nas edições posteriores do *Gutenberg*. Nelas se ressalta as contraposições do Sr. Fausto de Barros, que considera a doação das faixas de terra pelo governo ao patrimônio do bispado um ato inconstitucional, já que o Estado republicano é laico⁸⁹, e por outro lado, as defesas constantes dos deputados Francisco Izidoro e Wanderley de Mendonça⁹⁰, ao apontarem que a presença do bispado será favorável à sociedade alagoana, pois trará “benefícios tanto eclesiásticos, como sociais com a possibilidade de criação de escolas católicas e do seminário diocesano e que ambos trarão contribuições intelectuais relevantes ao Estado”.⁹¹ O debates continuaram vigorosos e os ânimos dos representantes legislativos do estado se encontravam alterados. Ao iniciar a terceira sessão de votação cada lado, se preocupou em defender seu ponto de vista. E apesar dos fortes argumentos dos seus opositores, no fim o projeto foi aprovado pela maioria dos deputados e encaminhado ao governador para ser assinado e promulgado como “lei nº 139” de 15 de junho de 1896:

GOVERNO DO ESTADO

Administração do Exm^o. Sr. Barão de Traipu.

Lei nº 139 de 15 de junho de 1896.

Institui um patrimônio para o Bispado que vai ser criado neste Estado.

Barão de Traipu, Governador do Estado de Alagoas

Faço saber, o Congresso decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Artigo 1º Fica o Governo do Estado autorizado a conceder as terras de Trindade no Município de Porto de Pedras, ou outras mais convenientes, para servirem de patrimônio ao Bispado desde mesmo Estado, no caso de ser ele criado.

⁸⁸ GUTENBERG, Maceió, 2 de junho de 1896.

⁸⁹ GUTENBERG, Maceió, 6 de junho de 1896.

⁹⁰ Destaca-se que ao deputado José de Barros Wanderley de Mendonça era o proprietário do prédio que veio tornar-se o Palácio Episcopal, localizado frente à Estação Ferroviária de Maceió. Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2v., p. 274.

⁹¹ GUTENBERG, Maceió, 23 de julho de 1896.

Artigo 2º Revogam-se as leis e disposições em contrário do Negócio do Interior assim a faça executar [sic].
Palácio do Governo em Maceió, 15 de junho de 1896, 8º da república.⁹²

Quase dezenove meses após a publicação da Lei estadual nº 139, no dia 23 de janeiro de 1898, inicia-se campanha de arrecadação em favor do patrimônio do Bispado,⁹³ que passou a ser conhecida como a “Comissão Central do Patrimônio do Bispado”. Ela se constituiu por uma junta composta pelos: padre e professor José Vieira Marques (presidente), o jornalista Eusébio de Andrade (vice-presidente)⁹⁴, o professor Joaquim Inácio Loureiro (1º secretário), o cônego Otavio Costa (2º secretário), Hugo Jobim (3º secretário), e o cônego Manoel Antônio da Silva Lessa, pároco de Maceió, (tesoureiro). A sua formação traz um significado pertinente: a mobilização de grupos sociais, economicamente abastados e populares, articulados aos interesses da Igreja Católica. Sobre a composição e o papel da referida comissão Fernando Medeiros afirma:

(...)Desde o ano de 1898 fora formada uma comissão, encarregada da constituição do patrimônio através de arrecadação de donativos, que encontrava em suas fileiras as representações da alta intelectualidade alagoana, vinculada à forma tradicional de poder no séc. XIX. Criada em 23 de janeiro de 1898, comissão funcionou durante três anos, sendo dissolvida em 22 de setembro de 1901, quando já então assumira a diocese o primeiro bispo de Alagoas, por serem considerados seus servidos finalizados. A comissão teria conseguido arrecadar, segundo as informações acerca do patrimônio da Diocese, a quantia de 33.034\$286, entregue ao novo bispo sob a forma de cadernetas. Do governo do estado de Alagoas, que tinha como governador à época Euclides Vieira Malta, a diocese teria recebido, para a constituição do patrimônio, cem contos de réis em apólices estaduais.⁹⁵

Intelectuais, membros de famílias tradicionais, políticos, jornalistas, classes populares e o clero, são as categorias sociais ativas e participantes dos trabalhos da comissão. Conforme indica a passagem anterior da obra de Fernando Medeiros, os membros participantes dela tinham como principal motivação a arrecadação dos recursos financeiros necessários para serem investidos na aquisição das posses do futuro bispado. Para se obter o montante de que o

⁹² GUTENBERG, Maceió, 19 de junho de 1896.

⁹³ NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 98; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 162; MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. 1ª. ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 39.

⁹⁴ Eusébio Francisco de Andrade, além de jornalista, foi deputado estadual. Dirigiu o jornal Gutenberg entre os anos de 1895 e 1899. Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Brasília: Senado Federal, v.2, pp. 74-75.

⁹⁵ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007, p.40.

projeto necessidades foram realizadas quermesses e eventos beneficentes. Um exemplo foi a realização de um espetáculo que ocorreu no dia 16 de julho de 1899, organizado pela “Companhia da Novidade”, uma trupe teatral cujo empresário era o senhor Eugene Profillet. O evento contou, ainda, com a apresentação do professor José Ovídio, ao que tudo indica, seria um “mágico-ilusionista”.⁹⁶ O espetáculo foi organizada pelos membros da comissão, segundo informações o espetáculo faturou o montante de 209\$700 que, por sua vez, foi repassado ao tesoureiro da campanha em favor da arrecadação do patrimônio a criação futura diocese.⁹⁷

De acordo com a política institucional de restauração da Igreja Católica, visando a ampliação da sua rede diocesana no território brasileiro, as fundações de comissões, juntas ou comitês de Patrimônio possuíam a finalidade de adquirirem os bens econômicos e materiais das novas dioceses parece ter sido algo predominante.⁹⁸ E o fato da maioria dos seus membros estarem relacionados com estamentos sociais abastados torna a sua organização um elemento relevante de ponderação. O principal motivo é a presença de formas de relações de poder e articulações entre o clero, intelectuais, políticos e burguesia urbana e rural.

Percebe-se, dessa forma, a continuidade da mentalidade hegemônica que destaca a predominância da Igreja Católica no interior da sociedade, o que acaba por compor uma relação de mão dupla: a instituição religiosa católica reafirma os seus preceitos e dogmas, seus arcabouços simbólicos, sua relevância como detentora dos bens espirituais da sociedade,⁹⁹ além de conseguir apoio dos leigos e fiéis para o desenvolvimento de suas estratégias pastorais futuras. Por outro lado, ocorre o uso da religião católica por membros das categorias políticas com a intenção de adquirir reconhecimento e angariar votos em possíveis eleições futuras. Nesse ponto, as articulações com o catolicismo consistem no uso do discurso religioso como ferramenta de apaziguamento de conflitos e tensões sociais, legitimando a ordem constituída.¹⁰⁰

Porém, apesar de um segmento necessitar do outro, isso não impede que eventuais divergências entre os interesses envolvidos levasse o clero e as forças políticas a expressar as

⁹⁶ GUTENBERG, Maceió, 14 de julho de 1899; ORBE, Maceió, 12 de julho de 1899.

⁹⁷ GUTENBERG, Maceió, 27 de julho de 1899.

⁹⁸ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 128; GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p. 130; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 68-69; MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 60.

⁹⁹ MARCHI, Euclides. Religião e Igreja: a consolidação do poder institucional. In: **Revista História: Questões e Debates**, APAH – Associação Paranaense de História, Ano 14, n. 26/27, jan.-dez, 1997, p. 181.

¹⁰⁰ A legitimação, segundo Peter Berger, é uma "objetivação dos sentidos" produtora de novos significados e capaz de tornar plausíveis as posições institucionalizadas, embasadas em uma visão de mundo dominante. BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria da sociologia da religião**. São Paulo: Paulus, 1985, p. 41.

suas discordâncias. Sobre esse ponto, menciona-se um episódio durante os trâmites burocráticos para a instalação do bispado, no qual se notam as tensões entre o governo estadual e a Nunciatura Apostólica brasileira:

Sendo a criação do Bispado de Alagoas uma forte aspiração do povo alagoano, logo que foi promulgada a lei de 9 de junho do ano passado (1898) que providenciou sobre a instituição do patrimônio do bispado e cedeu um do próprio estado para servir provisoriamente de palácio episcopal, dirigi-me ao Internúncio Apostólico do Rio de Janeiro, Monsenhor José Macchi, no sentido de ser solicitada ao Santo Padre a bula de criação da nova diocese.

O Internúncio declarou-me que estando a Santa Sé no propósito de não mais nas dignidades da Igreja a situação idêntica àquela em que se acham os bispos do Amazonas, Goiás, Espírito Santo e Petrópolis que os saldos de recursos se viam quase na necessidade de mendigar, julgava a condição essencial de 150 contos ou pelo menos de 110, e a cessão definitiva do prédio estadual com as acomodações e decências necessárias à residência do prelado.

Fiz ver ao Internúncio que o Estado, em satisfação aos desejos do povo não podia presentemente ir além do que estava designado na lei, isto é ceder temporariamente o prédio estadual e assegurar ao bispo para sua subsistência a quantia anual de 6 contos, procedente dos juros das apólices cuja emissão fora autorizada

Dei-lhe o conhecimento das subscrições paróquias que se estavam promovendo e cujo produto teria de elevar necessariamente o patrimônio do bispado, pois a importância recolhida à Caixa Econômica até 31 de dezembro último já atingia com os respectivos juros a soma de 13:796\$280.

Ao próprio bispo competia, como ainda ponderei ir dando incremento ao patrimônio.

Respondeu-me, então o Internúncio em data de 12 de setembro 1898, que tendo de ir brevemente à Roma no gozo de uma licença ao Santo Padre uma exposição de tudo e oportunamente e comunicaria o resultado.

Até o presente, porém, nenhuma solução me deu ainda aquele representante da Santa Sé.¹⁰¹

Durante a Primeira República a nunciatura tornou-se a principal porta-voz oficial da Santa Sé no território brasileiro, transformando-se em um órgão de articulação entre os encaminhamentos pontifícios e a nova política eclesiástica relativa ao episcopado brasileiro.¹⁰² Dialogar com os poderes estaduais, solicitar as suas colaborações para a fundação de novos bispados ao longo do território nacional, foram os principais traços da sua participação na política eclesiástica da romanização.¹⁰³

¹⁰¹ Mensagem dirigida ao congresso alagoano pelo Dr. Manoel José Duarte, governador do Estado, por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 15 de abril de 1899. Maceió: Tribuna, 1899, pp. 3-4.

¹⁰² AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 74.

¹⁰³ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder**: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p.181.

Num trecho da fala do governador de Alagoas, Manoel José Duarte, mencionada acima, e que fora dirigida à Assembleia Legislativa do Estado, são indicadas as trocas de correspondência entre o chefe político alagoano e o Internúncio, representante da Cúria Romana na Nunciatura, monsenhor José Macchi. Segundo as palavras do governador, parece que ocorreu entre o poder legislativo do estado e o representante da Cúria Romana, o Internúncio, um desentendimento acerca das propriedades patrimoniais do futuro bispado. Não se sabe o fim que tiveram as conversas; no entanto, durante o mandato de Euclides Malta, o governador dirige um comunicado à câmara de deputados afirmando que recebeu da nunciatura um telegrama confirmando a transferência de D. Antônio Brandão de bispo do Pará a bispo de Alagoas.¹⁰⁴ O que faz pensar que a discussão já estava encerrada.

Em meio a esse quadro político, urbano e religioso, marcado por repercussões e tensões em diversas instâncias da vida social alagoana, no dia 2 de julho de 1900 foi fundada a sua diocese, desmembrando-se da sede apostólica de Pernambuco. A capital do estado foi escolhida para sediar a nova jurisdição eclesiástica. E ocorre a nomeação de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão para a função de primeiro bispo alagoano, ele que até então era dirigente da diocese do Pará.

Portanto, com a edificação do bispado em Alagoas se cumpriria a primeira das exigências da política da reestruturação católica. E com a nomeação e posse do bispo junto à nova jurisdição será preciso adaptar as bases burocráticas e eclesiásticas da igreja católica em Alagoas diante desta nova realidade: a unidade federativa possui uma diocese. Para isso será preciso, em curto prazo, criar o seminário diocesano, a fim de se moldar um corpo eclesiástico capaz de servir como propagador e defensor do catolicismo na conjuntura da realidade republicana, conforme o modelo de formação clerical ultramontana do Seminário Diocesano de Olinda, onde recebeu as ordens religiosas. Como primeiro bispo de Alagoas caberá a Dom Antônio Brandão estruturar a nova jurisdição eclesiástica e moldar os aparatos necessários para fortalecer as bases hegemônicas da instituição religiosa diante da sociedade.

¹⁰⁴ Mensagem dirigida pelo bacharel Euclides Vieira Malta ao Congresso Alagoano por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 15 de abril de 1901. Maceió: Tribuna, 1901, p.3.

3. DA CRIAÇÃO DA DIOCESE À REORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA EM ALAGOAS: os “caminhos” do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Brandão (1901 a 1910)

Esta segunda secção busca alcançar dois objetivos. O primeiro deles é analisar o processo de organização da diocese de Alagoas criada em 1900, dentro do qual se destacará a trajetória de D. Antônio Castilho Brandão como o primeiro responsável por ela. Em seguida, considerando a diocese já criada, pretende-se observar e analisar os elementos da atuação do primeiro bispo alagoano que possam ser correlacionados com a política institucional da “romanização” da Igreja Católica.

A verificação dos “indícios” do projeto romanizador no território alagoano será feita a partir de duas perspectivas. De início, se partirá do que pode ser entendida como reorganização institucional - a criação das bases de sustentação do bispado, ou seja, a criação do seminário com intuito de formatar um modelo específico de clero, nesse caso, segundo os moldes ultramontanos. Logo após se debruçará sobre as *práticas pastorais* do novo bispado. Evidenciar o diálogo entre as práticas institucionais e pastorais torna-se necessário para se perceber como o novo projeto eclesiástico adaptou-se à realidade do estado de Alagoas.

Ressalta-se que as pesquisas que buscam analisar o desenvolvimento da nova política eclesiástica da Igreja Católica no território nordestino constituem-se em um campo ainda em aberto. Ao se fazer um breve mapeamento dos estudos já realizados a respeito da temática, consegue-se observar a coerência, direta ou indireta, entre as produções científicas que analisam as posições políticas e as práticas religiosas da Instituição eclesiástica católica durante o período republicano, o que influenciou muitos autores a estudarem o problema do processo de “romanização”.

Durante a leitura percebem-se os seguintes aspectos. Na região Nordeste, ou na localidade geográfica que posteriormente recebeu esse tipo de nomenclatura¹⁰⁵, a difusão da política da romanização da Igreja Católica se deu a partir de dois meios: primeiro a reordenação das bases estruturais das dioceses já existentes, como por exemplo, em Salvador, Pernambuco, Ceará e Maranhão.¹⁰⁶ E ainda um elemento já mencionado, ou seja, a política de expansão de

¹⁰⁵ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3ª ed. – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁰⁶ Sobre esse ponto conferir seguintes pesquisas que abordam a reestruturação católica nas antigas jurisdições nordestinas: RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922**. Dissertação (Mestrado em História) – Recife: UFPE, 2003; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016; SILVA, Severino Vicente da. "A diocese de Olinda e Recife: Formação conservadora". In: **Entre o tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado em História) – Recife - UFPE, 2003, pp.88-139; REIS,

suas redes diocesanas ao longo do território. As fundações dessas novas dioceses estavam articuladas às estratégias do episcopado brasileiro e ao projeto centralizador abarcado pela Cúria Romana.¹⁰⁷

O sociólogo Sergio Miceli¹⁰⁸ destaca que essa tática pode estar relacionada à tentativa do episcopado de “barrar” potenciais focos de cismas e conflitos envolvendo a religiosidade popular¹⁰⁹ ou, como é definido por Riolando Azzi¹¹⁰, o “catolicismo rústico”. Entre os anos de 1889 e 1930, ocorreram pelo menos duas mobilizações sociais no Nordeste brasileiro tendo o catolicismo popular o como seu principal propulsor e que acabaram por ganhar grande repercussão; esses foram: o Juazeiro, no Ceará, que teve como principal líder religioso e político o padre Cícero Romão; e no sertão da Bahia ocorreu o surgimento da comunidade de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro.

Esses elementos trazem várias possibilidades de reflexão sobre os conflitos que envolviam o catolicismo dito “oficial”, que tinha como representantes setores do clero comprometidos com a política centralizadora da instituição eclesiástica, aliados aos missionários das ordens religiosas europeias, e expoentes do catolicismo popular praticado pelos estamentos sociais mais humildes da população.¹¹¹

Ainda sobre a problemática da propagação da “política ultramontana” no território nordestino, percebe-se pela leitura das produções acadêmicas sobre o tema a possibilidade de

Edilberto Cavalcante. Diocese do Ceará como vitrine da Romanização (1853 - 1912). In: **Kairós** – Revista Acadêmica da Prainha, Ano I Nº 1-2 janeiro/dezembro 2004.

¹⁰⁷ ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 33; MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p.150.

¹⁰⁸ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 59.

¹⁰⁹ O debate sobre essa problemática é muito extenso nas produções brasileiras. Por "religiosidade popular" entendem-se as práticas religiosas que se contrapõem ao que é denominado “religião oficial”. A religiosidade popular é caracterizada pela simplificação dos cultos, dogmas e doutrinas que marcam a religião oficial estabelecida. Relativo ao catolicismo, os cultos aos santos, as romarias, procissões são alguns dos elementos devocionais enquadrados no "catolicismo popular". Para a hierarquia católica, influenciada pelo pensamento ultramontano estes aspectos das práticas devocionais soavam heterodoxas, como erros quanto à concepção dos dogmas da instituição eclesiástica, e deveriam ser combatidas. Ressalte-se que uma das formas de controlar o catolicismo popular utilizada pela instituição eclesiástica foi a introdução de novas formas de devoção. No entanto, por conta da resistência de grande da população o clero passou a controlar e centralizar as práticas ditas “populares”. Cf. AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008, pp.73-74; HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX**. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 112-113; OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Vozes, Petrópolis 1985, p.113.

¹¹⁰ AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 90.

¹¹¹ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p. 152; OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Vozes, Petrópolis 1985, pp. 253-254.

variações enquanto à aplicação do projeto institucional de acordo com cada região¹¹², seja no campo das “práticas-discursivas”¹¹³, seja na forma de atuação dos respectivos bispos em suas dioceses. Podem-se citar dois exemplos desta característica: a criação dos bispados do Ceará (1854) e da Paraíba (1892).

A Diocese do Ceará passou a ser organizada a partir do desmembramento do território pertencente à diocese de Pernambuco, por meio da bula *Pro animarum salute*, assinada pelo papa Pio IX em 1854. Para o cargo de primeiro bispo diocesano foi indicado Dom Luiz Antônio dos Santos, que, após tomar posse de suas funções, se empenhou em reorganizar a recém-criada jurisdição eclesiástica.¹¹⁴ Seu principal ato foi a criação do seminário diocesano, para a preparação do corpo eclesiástico e combater o “relaxamento” doutrinal e moral do clero.

O seminário diocesano da Prainha foi fundado em 1864, e desde a sua inauguração esteve sob a responsabilidade da congregação dos lazaristas. E, junto com o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda, em Pernambuco, após as reformas desempenhadas por D. Manuel do Rego Medeiros em 1866, tornou-se umas principais instituições de ensino e agente de difusão do pensamento ultramontano junto ao clero.¹¹⁵

Outro exemplo é a criação da diocese da Paraíba, instituída por meio da Bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, do papa Leão XIII, em 26 de abril de 1892, já no período republicano e na mesma conjuntura da criação das dioceses de Manaus, Niterói e Paraná.¹¹⁶ Seu primeiro bispo foi D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935). O período de quarenta e um anos de atuação pastoral de D. Adauto à frente da circunscrição paraibana é marcado pela tentativa de controle e doutrinação do clero, tensões envolvendo o Estado, bem como críticas à

¹¹² MARIN, Jéri Roberto. História e Historiografia da Romanização: Reflexões Provisórias. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, nº. 30, 2001, pp. 151-152.

¹¹³ As práticas discursivas são compreendidas como discursos, falas, investidas ideologicamente na medida em que são formuladas, incorporando significações que possam contribuir para a manutenção da ordem social estabelecida ou para sua contestação. O uso dessa concepção nesse trabalho servirá de ferramenta para a observação do arcabouço mental e discursivo da Igreja Católica nesse cenário específico alagoano do início do século XX. Cf. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. - São Paulo: Loyola, 1999, pp. 48-49; FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001, p.121.

¹¹⁴ REIS, Edilberto Cavalcante. Diocese do Ceará como vitrine da Romanização (1853 - 1912). In: **Kairós** – Revista Acadêmica da Prainha, Ano I Nº 1-2, janeiro/dezembro 2004, p. 30; COSTA, Luiz Moreira Filho da. **A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864 – 1912)**. Dissertação (Mestrado em História Social, Cultura e Poder) – Fortaleza: UFC, 2004, pp. 30-31.

¹¹⁵ VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 2007, pp. 141-143.

¹¹⁶ DIAS, Roberto Barros. **"Deus e a Pátria": Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)**. Dissertação (Mestrado em História Regional) - João Pessoa: UFPB, 2008, p. 97; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: A implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910)**. João Pessoa: EDUFPB, 2016, p. 66; SOUZA, José Pereira Junior de. **Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba Republicana: Relações políticas e religiosas (1890 - 1930)**. Tese (Doutorado em História) - Recife: UFPE, 2015, p. 77.

maçonaria, ao ateísmo, ao liberalismo, ao protestantismo e à industrialização em suas cartas pastorais.¹¹⁷ Seus posicionamentos intransigentes ocasionaram atritos com o então governador João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878–1930) por causa da intervenção do bispo nas atividades políticas da região.¹¹⁸

As experiências dos estabelecimentos dos bispados do Ceará e da Paraíba, apesar de corresponderem a momentos históricos diferentes (um fundado na metade do século XIX, durante o Segundo Reinado; o outro estabelecido durante nos primórdios da República), servem de ilustrações para o modelo de reorganização que a “elite eclesiástica” buscou aplicar ao catolicismo brasileiro. Conforme afirma o professor Ivan Aparecido Manuel:

Em uma definição bastante esquemática, entende-se por catolicismo romanizado ou ultramontano aquele catolicismo praticado entre 1800 a 1960, nos pontificados de Pio VII a Pio XII, informado por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujo eixo de sustentação se apoia em: 1) reforço do tradicional magistério, incluindo-se a retomada do tomismo como única filosofia válida para o cristão e aceitável para a Igreja; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se, para isso, a infalibilidade Papal, no Concílio Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado, submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) adoção do medievalismo como paradigma de organização social, política e econômica. O objetivo dessa política era, de imediato, preservar a instituição em face das ameaças do mundo e, a médio e longo prazo, recristianizar a sociedade, de modo a recolocar a Igreja como centro do equilíbrio mundial.¹¹⁹

Dessa maneira, ao se compararem os estudos que abarcam a “romanização” no Nordeste, verificam-se as contribuições para a compreensão da difusão do projeto católico nas regiões contempladas pelas pesquisas. Ao se confrontarem as formas de implementação da política ultramontana nas respectivas dioceses, tem-se a possibilidade de perceber as diferenças e dificuldades de cada bispado dentro de sua realidade geográfica e social e quais ferramentas foram utilizadas para dar conta delas. Por outro lado, verifica-se a ocorrência de um *roteiro* ou um plano burocrático de ação por parte dos bispos, e até mesmo um *método de atuação*.

Essas características refletiram na forma como as jurisdições eclesiásticas passaram a ser organizadas e podem indicar os problemas enfrentados por seus pastores apostólicos para

¹¹⁷ DIAS, Roberto Barros. "**Deus e a Pátria**": Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História Regional) - João Pessoa: UFPB, 2008, p. 117; SOUZA, José Pereira Junior de. **Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba Republicana**: Relações políticas e religiosas (1890 - 1930). Tese (Doutorado em História) - Recife: UFPE, 2015, p. 74.

¹¹⁸ SOUZA, José Pereira Junior de. **Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba Republicana**: Relações políticas e religiosas (1890 - 1930). Tese (Doutorado em História) - Recife: UFPE, 2015. pp. 215-216.

¹¹⁹ MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da História**: Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960). Maringá: EDUEM, 2004, p. 45.

consolidarem as suas dioceses. Estes elementos serão analisados a seguir, e têm como foco específico o estudo da criação do bispado de Alagoas.

3.1. Um Bispo ultramontano em Alagoas? A trajetória de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão

Natural do município de Mata Grande, Antônio Manoel Castilho Brandão nasceu no dia 14 de agosto de 1849, filho de Antônio Manoel de Castilho Brandão, um militar, e da senhora Maria Bárbara de Castilho Brandão, uma dona de casa. Pertencia a uma família aparentemente humilde. Seus pais tiveram dificuldade para criar Antônio e seus outros sete irmãos.¹²⁰

Seus avôs paternos, Anacleto Brandão e Maria Francisca Brandão, se responsabilizaram pela a sua educação, tornando-se seus "pais adotivos", passando a residir no atual município de Pão de Açúcar. O pároco da região na época era Matias José Sant'Ana Brandão, seu tio paterno e padrinho, considerado como o responsável por incentivar o sobrinho a depois de terminar os estudos primários em Pão de Açúcar seguir para Penedo, com a intenção de estudar humanidades no colégio coordenado pelo Dr. José Prospero Jeová da Silva Carotá.¹²¹

As produções biográficas sobre o futuro bispo de Alagoas o descrevem como um sacerdote forjado em uma época conturbada das relações entre a Igreja Católica e os poderes temporais, representados pelo Império. Ressalta-se que até o final do século XIX, apesar da emancipação política e territorial que Alagoas ganhou após a chamada “Revolução de 1817”, burocraticamente, o clero que atuava na província ainda se encontrava sob a jurisdição do bispado de Pernambuco.¹²²

Os jovens provincianos que almejavam aventurar-se na vida eclesiástica possuíam o seminário de Olinda como um dos principais trajetos. Este seminário possui importância para a história pernambucana, alagoana e brasileira por sua dupla representação e, ao mesmo tempo, controversa, por dispor de uma faceta “revolucionária” durante o período de sua fundação;

¹²⁰ Os nomes de seus irmãos seriam: José, Ronalsa, Agostinho, Otávio, Maria da Glória, Maria da Conceição e Maria Pastora. VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão**: Primeiro bispo de Alagoas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 4.

¹²¹ Dr. José Prospero Jeová da Silva Carotá foi um jurista, intelectual, redator-chefe do jornal *Timbre de Alagoas*, órgão ligado ao Partido Republicano; inclusive foi um dos membros fundadores do ciclo republicano em Alagoas. Ocupou cargos legislativos provinciais de 1852 a 53 e 56 a 57. Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005. 1v., p. 334.

¹²² MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 38; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 165.

mas, no futuro, tornou-se uma instituição difusora de ideias “conservadoras” e um dos redutos do pensamento ultramontano.

O estabelecimento de formação religiosa foi inaugurado no ano de 1800, durante o bispado de Dom Azevedo Coutinho. O sacerdote estudou na Universidade de Coimbra, Portugal. Nesta época, os centros educacionais portugueses viviam as repercussões das reformas postas em prática pelo primeiro-ministro do reino português, Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal – durante os anos de 1750 a 1777, influenciadas pelo “espírito iluminista”.¹²³

D. Azevedo Coutinho tentou inserir na formação dos alunos do Seminário de Olinda uma pouco da “instrução humanista” recebida por ele na Universidade de Coimbra. Conforme a afirmação de Márcio Nunes, o currículo acadêmico dos seminaristas era amplamente diversificado:

O Seminário de Olinda foi cognominado de “a nova universidade de Coimbra”. As disciplinas eram as mais diversas, podendo-se[*sic*] ser citadas como integrantes da grade curricular: Física, História Natural, Geografia, Lógica, Francês, Cronologia, Matemáticas, Metafísica, Ética, História Sagrada, Teologia Dogmática, História Eclesiástica, Teologia Moral, Filosofia Universal, Retórica e Poética, Língua Grega, Gramática Latina, Canto Chão[*sic*], Primeiras Letras, Desenho. Assuntos sobre economia e política contemporânea possuíam seu espaço no amplo cabedal formativo.¹²⁴

Os sacerdotes formados eram instruídos, ao assumirem uma paróquia, para que pudessem reconhecer e identificar os possíveis elementos de produções agrícolas e comerciais da região por meio da elaboração de registro de terras cultiváveis.¹²⁵ O clero também tinha por função periodicamente apresentar os censos com as quantidades de fogos (habitantes aptos para as eleições) e detinha o controle sobre as listagens e certidões com os números de batismo, casamento e óbito das freguesias.¹²⁶ No entanto, a influência de uma “educação racionalista e humanista”, ao mesmo tempo em que buscou inserir o clero tanto no cotidiano social como no

¹²³ ALVES, Gilberto Luiz. O seminário de Olinda. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIRA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 61-62.

¹²⁴ NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 126.

¹²⁵ ALVES, Gilberto Luiz. O seminário de Olinda. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIRA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 68-69; NUNES, NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, pp. 125-126.

¹²⁶ ALVES, Gilberto Luiz. O seminário de Olinda. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIRA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 68-69.

aparelho burocrático do Estado, incentivou uma concepção de mundo crítica, o que explicaria o envolvimento dos sacerdotes formados no referido seminário em motins e rebeliões de contestação social, entre elas a “Revolução de 1817”, que ficou conhecida também com o nome de “Revolução dos Padres”¹²⁷, a Confederação do Equador (1824) e a “Revolução Praieira” (1848).

Foi a este seminário, que o jovem Antônio Brandão foi encaminhado para dar início a sua formação eclesiástica, em 1868. Tinha nessa época 18 anos. Mons. Cícero Teixeira de Vasconcelos, no ano de 1949, ao proferir um discurso durante a comemoração do centenário do seu nascimento, descreve o cenário daquela instituição de estudos no momento da entrada desse último rumo à vida sacerdotal, da seguinte maneira:

A "escola de heróis", como já se chamou ao Seminário - que, sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, o ínclito Dom Azevedo Coutinho fundou na suave colina olindense, iria oferecer-lhe, como reconhecimento a sua privilegiada posição topográfica propiciava, o ambiente necessário para sua séria formação intelectual e para o caldeamento de inabaláveis virtudes sacerdotais.

Mas, se o Seminário de Olinda já podia proporcionar apreciável cultura humanística e eclesiástica e se os alunos de sincera vocação bem se poderiam consagrar ao trabalho interior em que se elaboram os apóstolos, o verdadeiro educador, a plasmar com o seu exemplo o espírito sacerdotal, e porque não o dizer desde já? O espírito episcopal de Dom Antônio, foi esse "*homem de combate e homem de coração*" como Jorge de Lima chamou a figura gigantesca - de bispo e de mártir, de Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira.

Não poderia o jovem levita ignorar o ambiente que asfixiava o santuário, sobre o qual abatia a mão sacrílega do poder temporal, uma aberrante deturpação do legítimo sentido do sistema de união entre os dois poderes.¹²⁸

Por quase três séculos a Igreja Católica se encontrou vinculada aos poderes temporais (Estado) por meio da prerrogativa do padroado régio, permanecendo, assim, durante todo o período colonial e Império. Já foi apontado que durante a segunda metade do século XIX começa a inserção do “pensamento ultramontano” em solo brasileiro.¹²⁹ O movimento de difusão deste ideal pode ser entendido por meio da presença de dois “agentes” de propagação desse modelo eclesiástico. Primeiro foram os missionários estrangeiros, envolvidos com o que pesquisadores da Igreja Católica denominam “Missões Populares”¹³⁰, tendo como seus

¹²⁷ VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 2007, p.37.

¹²⁸ VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão**: Primeiro bispo de Alagoas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 6.

¹²⁹ CODI, Cassiano. **O Tradicionalismo na República Velha**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1984, p.40.

¹³⁰ HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX**. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 209.

principais representantes as ordens dos frades capuchinhos, a Congregação da Missão (os lazaristas) e a Companhia de Jesus (os jesuítas).¹³¹

Já a segunda forma de “atores” de difusão deste pensamento no Brasil foram os jovens sacerdotes recém-ordenados que tiveram a sua formação entre os seminários europeus na segunda metade do século XIX, período marcado pelos efervescentes conflitos entre católicos e maçons, especialmente na França e em Roma.¹³² Ao voltarem para o Brasil, agora consagrados como sacerdotes, esses jovens membros do clero trouxeram consigo os ideais defendidos pelo catolicismo ultramontano.¹³³ Muitos desses sacerdotes, ao longo do Segundo Reinado, vieram a ser nomeados e a ocupar cargos episcopais, como por exemplo: Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana (1844-1875), Dom Romualdo Seixas, arcebispo da Bahia (1827-1860); Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo (1851-1861); eles tentaram iniciar uma efetiva reforma institucional do catolicismo.¹³⁴

A partir dessa ocorrência teve início o que é denominado “reforma ultramontana”, com a criação de seminários, a instalação de um discurso moralizador do clero, no reforço de aspectos doutrinários e no controle de práticas relacionadas ao catolicismo popular. Em suma, inicia-se uma tentativa de tornar o catolicismo no Brasil “mais romano” e “menos ibérico”. No entanto, setores da burocracia civil não viam com bons olhos essa tentativa de “reorganização” da hierarquia católica, e sua aproximação com a Cúria Romana. Entre os descontentes encontravam-se, inclusive, membros do clero, influenciados pelo pensamento revolucionário francês, distribuídos pela burocracia imperial e ocupando cargos públicos.¹³⁵

Os atritos entre a administração civil e os eclesiásticos desencadearam diversos conflitos, ao longo da segunda metade do século XIX. De um lado, tinha-se o clero ultramontano defendendo os seus interesses, entre eles a tentativa de aplicar as diretrizes pontifícias na instituição eclesiástica; em particular, a de exercer um controle mais efetivo sobre as irmandades religiosas.¹³⁶ No outro lado a burocracia imperial, marcada por fortes traços do

¹³¹ SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: Uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 50.

¹³² SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 164; VIEIRA, David. **Gueiros. O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: EDUB, 1980 (Coleção Temas Brasileiros), p. 33.

¹³³ VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do Catolicismo no Brasil (1889-1945): Vol.2**. Aparecida: Santuário, 2016, p. 118.

¹³⁴ BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p.40.

¹³⁵ CARVALHO, José Murilo. **A construção da Ordem: A elite política imperial**. Teatro das Sombras: A política imperial. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.187.

¹³⁶ HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX**. 4ª Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 184-185.

regalismo português.¹³⁷ Essa busca de controlar e submeter o clero à sua legislação e máquina burocrática acabou repercutindo em inevitáveis tensões.

Na diocese pernambucana, ano de 1866, houve a nomeação e posse de Dom Manuel do Rego Medeiros, sucessor de Dom João da Purificação Marques Perdigão, falecido em 1864. Ao assumir a função de “pastor apostólico” da diocese de Pernambuco (que, como já foi visto, incluía o território da província de Alagoas), ele se empenhou em dar início à reforma burocrática no que diz respeito à estrutura diocesana, seguindo o exemplo de seus companheiros de episcopado em outras localidades do território brasileiro. A principal reverberação dessa proposta de reestruturação foi a intervenção do bispo no corpo docente do seminário de Olinda.

Após assumir a direção da diocese de Pernambuco um dos primeiros atos de Dom Manuel Medeiros foi afastar os padres envolvidos com a política regalista,¹³⁸ alterando o corpo docente do seminário, substituindo os antigos professores por padres integrantes da Companhia de Jesus. Essas mudanças geraram uma instabilidade em seu episcopado, ocasionando um conflito entre o prelado e seus sucessores com a burocracia civil, aliada ao clero regalista. As efervescências políticas e sociais geradas nessa situação repercutiram oito anos depois com a eclosão da “Questão Religiosa”¹³⁹, que acabou se tornando um dos motivos que levaram à queda da monarquia imperial:

O sucessor de Dom Perdigão em Olinda foi o cearense Dom Manuel do Rego de Medeiros (1830-1866), e a partir de sua posse a reforma eclesial recobriria aquela diocese. Ex-aluno do Seminário São Suplicio, ele fixara depois residência em Roma, onde tinha doutorado em direito civil e canônico, recebendo o grau de doutor pela *Sapientia* de Roma. Relutara ante a nomeação episcopal, mas devido às insistências do Papa Pio IX, acabou aceitando-a, sendo sagrado em 12-11-1865. Um mês depois embarcou para o Brasil, tomando posse em Olinda no dia 21 de janeiro no ano seguinte (1866). (...) quando ainda se encontrava na Santa Sé, obteve da Companhia de Jesus que alguns dos seus sacerdotes da província de Roma viessem para Pernambuco. Os padres chegaram aos 17-2-1866, e, isso lhe permitiu intervir com mãos de

¹³⁷ AZZI, Rioldo. **O altar unido ao trono: Um projeto conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 151; SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: Uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 83.

¹³⁸ Por modelo eclesiástico regalista, ou regalismo, entende-se a postura de setores do clero que defendiam uma Igreja Católica nacional, independente de Roma, fortemente controlada e ligada à burocracia do Estado. Era considerada uma contraoposição ao ultramontanismo católico. Segundo Ítalo Santirocchi, o objetivo do regalismo era diminuir o poder da Igreja, limitando a autoridade do pontífice nos negócios temporais conexos com os espirituais ou negando a plenitude do poder dos papas nos assuntos eclesiásticos de cada nação, alegando que essa plenitude de poder lesava os direitos episcopais. Com efeito, diminuída a autoridade do Sumo Pontífice, seria mais fácil submeter os superiores eclesiásticos existentes dentro do território. O alvo a atingir era sempre a supremacia do poder espiritual, que o poder temporal queria controlar. Cf. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015, p. 52.

¹³⁹ Para entender melhor conferir a obra VIEIRA, David. Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: EDUB, 1980. Nela o pesquisador traz uma análise sobre os antecedentes e implicações de tão acontecimento.

ferro no seminário diocesano (a "nova Coimbra"), demitindo todos os professores maçons e jansenistas, e substituindo-os com os regulares há poucos desembarcados. Também por iniciativa sua, doze seminaristas foram enviados ao Colégio Pio Latino, estando entre eles dois destinados a se tornar bispos de renome: Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e Francisco do Rego Maia.¹⁴⁰

Ainda segundo Vasconcelos e Nunes, Antônio Brandão, como estudante do seminário diocesano, vivenciou o clima de tensão entre o episcopado de Pernambuco e a burocracia imperial.¹⁴¹ O ano de 1868 corresponde ao momento de transição entre a antiga estrutura pedagógica do seminário e as novas diretrizes estabelecidas por Dom Manuel Rego. Salienta-se que, neste período, a diocese de Pernambuco encontrava-se sob a direção de Dom Frei Francisco Cardoso Ayres, que deu continuidade às reformas do seu antecessor, falecido durante a realização de uma visita pastoral no de 1866 na província de Alagoas. Quatro anos mais tarde, em 1871, Dom Frei Vital Gonçalves de Oliveira substituiu Dom Francisco Ayres que também tinha vindo a falecer durante uma viagem, agora em direção a Roma, para participar do Concílio Vaticano I. No ano seguinte os conflitos entre a administração imperial e o bispado de Pernambuco atingiram o seu ápice.

Em 1872, D. Vital, movido pelo espírito reformador e ultramontano, decidiu aplicar as diretrizes da encíclica *Quanta cura* (1864) e do seu anexo, o famoso *Syllabus Errorum*, que não tinham recebido o *placet* (aprovação) do imperador D. Pedro II para serem publicados no Brasil. Seu posicionamento o levou a interditar as irmandades religiosas e a afastar os membros das irmandades e do clero acusados de compactuarem com as ideias maçônicas. Esta situação acirrou os ânimos e culminou com a prisão do bispo diocesano em 1873.

Os ecos da querela entre o bispo de Pernambuco e o poder temporal repercutiram em outras localidades. No Pará, o bispo Antônio Macedo da Costa saiu em amparo ao companheiro de episcopado, defendendo o seu posicionamento de “cruzada” contra a maçonaria. Segundo Karla Denise Martins¹⁴², Dom Antônio Macedo havia assumido a diocese paraense no ano de 1861, e desde então vinha travando embates com as forças políticas locais e a maçonaria por meio da utilização de jornais. A postura do bispo do Pará em relação ao desenrolar dos atritos ocorridos na diocese de Pernambuco terminou, também, ocasionando a sua prisão.

¹⁴⁰ VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 2007, pp. 141, 143.

¹⁴¹ VASCONCELOS, Mons. Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão: Primeiro bispo de Alagoas**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 7; NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió: EDUFAL, 2013, pp. 31-32.

¹⁴² MARTINS, Karla Denise. **O Sol e Lua em tempos de eclipse: A reforma católica e as questões políticas na província do Grão-Pará (1863-1878)**. Dissertação (Mestrado em História) - Campinas: UNICAMP, 2001, p. 87.

Foi meio a essa atmosfera conflituosa que se deu a preparação para o sacerdócio de Antônio Brandão. No dia 29 de junho de 1873, Dom Vital de Oliveira lhe conferiu o subdiaconato, uma das ordens menores recebidas pelos candidatos ao sacerdócio antes das ordens maiores, como estabelecido na época pelo rito latino da Igreja Católica. E, pelo motivo da prisão de Dom Vital, Antônio acabou recebendo as ordens sacerdotais pelas mãos do bispo do Ceará, Dom Luiz Antônio do Santos, em 30 de maio de 1874.¹⁴³

Após sua ordenação como sacerdote Antônio Brandão ascendeu rapidamente na estrutura hierárquica católica. Em 1875 tornou-se pároco de Floresta, em Pernambuco. Em seguida, foi transferido para a paróquia de Sant'Ana do Ipanema, em 1879; e, por fim, tornou-se vigário da freguesia de Alagoas (hoje Marechal Deodoro), no ano de 1880. Foi nomeado vigário geral e forâneo, tornando-se representante do bispo diocesano no território alagoano.

Desde o período que vai da ordenação de Antônio Brandão até o momento em que assumiu a função de vigário geral, transcorrem-se cerca de quatorze anos de atuação eclesiástica na província de Alagoas. Em 7 de setembro de 1894, ele foi nomeado bispo do Grão-Pará pelo papa Leão XIII, sucedendo a Dom Jerônimo Tomé da Silva, transferido para a Arquidiocese Primaz da Bahia. Enquanto bispo da diocese paraense, Dom Antônio Brandão soube atuar em questões relacionadas à reorganização do seminário diocesano local. Segundo Marcio Nunes, quando assumiu a diocese de Belém do Pará, ela se encontrava em dificuldades econômicas e carências pastorais. Mesmo assim rapidamente fez que alguns estabelecimentos fossem edificadas com o intuito de suprir as necessidades do bispado.¹⁴⁴ O bispo também soube utilizar sua influência entre as forças políticas da região, principalmente no que diz respeito à atuação da Igreja Católica entre as povoações indígenas habitantes do território que compunha a jurisdição eclesiástica.

Uma exemplificação dessa situação pode ser conferida nas páginas do jornal *O Pará* de 5 de março de 1898, onde se relata a intervenção do bispo junto ao poder legislativo para acertar as providências sobre o projeto de catequese desenvolvido por missionários da ordem dominicana na povoação de Conceição do Araguaia. O bispo solicita auxílio ao Estado, por

¹⁴³ VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão: Primeiro bispo de Alagoas.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 8; NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brazil (1889-1910).** Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 138.

¹⁴⁴ NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese.** Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 40.

meio da criação de duas escolas, uma direcionada aos meninos e outra às meninas, assim como o envio de providências financeiras para a área da pecuária.¹⁴⁵

Como se pode ver a nomeação de D. Antônio Brandão à diocese do Pará não foi mera coincidência, tão pouco um acontecimento isolado. Com o fim do sistema imposto pelo Padroado Régio, que ocasionou a separação entre a Igreja e Estado, o episcopado se empenhou em centralizar a Igreja Católica brasileira nas diretrizes da Cúria Romana. Desta forma, o Papa possuía autoridade para nomear os bispos que bem queria. Lembrando que o projeto eclesiástico ultramontano encontrou na conjuntura pós-proclamação da república um momento oportuno para pôr em prática o processo de reestruturação iniciado na segunda metade do século XIX, e para que essa nova política adotada pela “elite eclesiástica” triunfasse, seria necessário dar preferência à nomeação de sacerdotes que estivessem articulados com o pensamento e “espírito romanizado”:

A constituição de 1891, ao ser promulgada não confirmou as suspeitas do jacobinismo republicano-positivista. Questões, como a de “mão-morta” (impostos atribuídos aos bens eclesiásticos), foram sendo questionadas pelo catolicismo até que ela fosse anulada por leis sucessivas durante a Primeira República. Era hora, então, além de colocar o bispo certo no lugar certo, expandir a instituição no território nacional, desejo do catolicismo durante todo o Império, engavetado pelo governo e, que agora poderia ser executado, já que dependia apenas do esforço político do próprio catolicismo. E isso foi realizado a contento durante a Primeira República.¹⁴⁶

Dom Antônio possuía as especificações necessárias para assumir a sua posição como membro do episcopado brasileiro: teve sua formação sacerdotal no seminário de Olinda, à época um dos epicentros de difusão do pensamento ultramontano no território brasileiro, como já foi dito. Além disso, como membro do episcopado brasileiro, procurava manter relações cordiais com as elites políticas regionais. Aponte-se ainda que o futuro primeiro bispo de Alagoas participou da comitiva do episcopado brasileiro que viajou à Roma para participar do Concílio Plenário Latino-americano, em 1899:

Enquanto Bispo de Belém, Dom Antônio Brandão participou dos trabalhos do Concílio Plenário Latino Americano, celebrado em Roma em 1899. Ao retornar do mencionado Concílio, foi um grande entusiasta do seu cumprimento. Para a Diocese de Belém do Pará, Dom Antônio trouxe os Padres Agostinianos Recoletos e as Religiosas Filhas de Santa Ana.¹⁴⁷

¹⁴⁵ O PARÁ. Belém, 5 de março de 1898.

¹⁴⁶ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, pp. 88-89.

¹⁴⁷ NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 40.

Convocado por meio da Carta Encíclica *Cum diaturnum*, pelo então papa Leão XIII, em 25 de dezembro de 1898, e realizado em Roma de 28 de maio até 9 de junho de 1899, a conferência conciliar objetivou estabelecer os planos de atuação necessários, na concepção da Cúria Romana, para a América-Latina diante da nova realidade social e das dificuldades vividas pelo catolicismo em localidades específicas no continente. Participaram do sínodo 13 arcebispos e 40 bispos, correspondendo à metade do episcopado latino-americano.¹⁴⁸

A documentação oriunda dos debates conciliares foi promulgada por Leão XIII no ano seguinte à realização do evento conciliar, ou seja, em 1º de janeiro de 1900, por meio da carta apostólica *Iesus Christi Ecclesiam*. As atas e os decretos do Concílio Plenário são compostos em 998 artigos, distribuídos em dezesseis sessões. Acerca do conteúdo das “Atas e Decretos” constam tópicos, como, por exemplo, aqueles referentes à relação entre a Igreja e o Estado (art. 01-96). O discurso conciliar ressalta a concepção da Igreja Católica como “Sociedade Perfeita”, ou seja, compreende a instituição eclesiástica católica como uma esfera hierarquicamente infalível e incontestável, que existe em contraposição à deficiência da sociedade civil (art. 52).

Há de se salientar um fato, mesmo que de forma resumida: no contexto em questão a instituição católica encontrava-se sob a influência da redescoberta do pensamento de São Tomás de Aquino¹⁴⁹, mais especificamente pela concepção da existência de dois poderes, um temporal para reger o mundo terreno, e um religioso para gerir os bens espirituais, morais e éticos. Os bispos conciliares e, em consequência, o episcopado brasileiro, passam a defender a concepção de “sociedade perfeita” como principal meio de defesa argumentativa. É a partir dessa concepção que se propõe uma “relação harmônica” entre o poder temporal e o espiritual. Euclides Marchi resume muito bem a autocompreensão da Igreja Católica neste momento:

(...) Nessa proposta estava inserida a questão do poder, especialmente no que diz respeito à sua dualidade: Poder eclesiástico e poder civil, ou seja, Estado e Igreja. A distinção está nos fins que ambos se propõem, pois enquanto o Estado busca um fim natural que se realiza na terra, com a promoção da ordem, da paz e da prosperidade, a Igreja busca um fim sobrenatural, cuja realização, embora preparada aqui na terra, somente ocorrerá, plenamente, no céu. Na sua autocompreensão ela considera que recebeu o mandamento de Jesus Cristo, o que a faz depositária das verdades eternas e a investiu do tríplice poder: legislativo, judiciário e penal exercido sem nenhuma dependência ou limites pelo Papa, pelos Bispos e pela Igreja, que, no exercício de conduzir os homens ao fim eterno, não devem a mínima submissão ao Estado. Contudo, se no exercício de seu fim, reclama do Estado plena autonomia e liberdade de ação, proclama também a independência da

¹⁴⁸ ARANEDA, Carlos Salinas. El Concilio Plenario de América Latina y su proyección en La codificación del derecho canónico de 1917. In: **Revista Española de Derecho Canónico**, vol. 70, nº 175, Salamanca, 2013, p.161.

¹⁴⁹ VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.85.

sociedade civil órbita de suas atribuições temporais, recomendando, expressamente, a submissão aos poderes constituídos.¹⁵⁰

Outro ponto dos debates está relacionado à *liberdade religiosa*, compreendida nas falas conciliares como consequência nefasta do processo de modernização da sociedade. São ainda mencionadas as principais ameaças e apostasias enfrentadas pela Igreja Católica no continente latino-americano, ou seja: o ateísmo (art. 99), o materialismo (art. 100), o protestantismo (art. 110), o naturalismo (art. 103) e o liberalismo (art. 104). Há também a menção a debates relacionados à educação católica, e os níveis de influência do catolicismo dentro do sistema educacional (primeiras letras, ensino secundarista e ensino superior). E, por fim, há uma série de artigos que abordam a questão da formação clerical, a escolha do corpo sacerdotal e o reforço da doutrina católica.

Para Carlos Araneda, os debates registrados na documentação do Concílio Plenário Latino-americano serviram de base para a elaboração em 1917, do Código de Direito Canônico, elaborado durante o pontificado de Pio X (1903-1914), mas promulgado somente no período do governo de Bento XV (1914-1922).¹⁵¹ Para o Brasil, o sínodo latino-americano embasou as atividades e posturas da Igreja Católica até meados do século XX, inclusive inspirando a publicação da Carta Pastoral Coletiva de 1915, assinada pelos bispos que compunham as províncias eclesiásticas meridionais.¹⁵²

Um ano após a realização do concílio plenário, em 2 de julho de 1900, por meio da promulgação da bula *Postremis hisce Temporibus* do Papa Leão XIII, foi criada a diocese de Alagoas, com sede na cidade de Maceió.¹⁵³ Com a confirmação da fundação da nova jurisdição eclesiástica iniciaram-se os rumores acerca de quem assumiria o bispado. Pouco tempo

¹⁵⁰ MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, v.10, n. 18-19, p. 213, jun-dez, 1989, p. 226.

¹⁵¹ ARANEDA, Carlos Salinas. El Concilio Plenario de América Latina y su proyección en la codificación del derecho canónico de 1917. In: **Revista Española de Derecho Canónico**, vol. 70, nº 175, Salamanca, 2013, p.162.

¹⁵² Uma província eclesiástica é um conjunto de dioceses sujeitas simbolicamente a um arcebispo. Esse, por sua vez, é o bispo de Sé determinado ou aprovado pelo pontífice romano. Ele tem o título de arcebispo, e os outros bispos da província são seus sufragâneos. No Brasil, no contexto em questão, o território eclesiástico estava dividido em duas províncias principais: a meridional (criada em 1892), com sede no Rio de Janeiro; e a setentrional (criada em 1676), com sede em Salvador. Cf. ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: Um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

¹⁵³ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. 1ª. ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p.38; NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 46; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p.165.

depois¹⁵⁴ foi confirmado que Dom Antônio Brandão tinha sido nomeado bispo de Alagoas.¹⁵⁵ Sua posse ocorreu no dia 21 de agosto de 1901, quase um ano após a criação do bispado.

Cabe agora refletir sobre as possíveis razões para nomeação de D. Antônio Brandão para a condição de primeiro bispo de Alagoas. Sua indicação pode estar ligada ao seu conhecimento prévio sobre as forças políticas oligárquicas, por causa do longo período em que atuou como Vigário Geral na cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro), ou ainda por ser um nativo, e certamente por causa da sua proximidade com o projeto da Cúria Romana.

Entretanto a mais: no momento em que tiveram início as conversas e acordos para instalação do bispado alagoano, especialmente com a criação da Comissão Central do Patrimônio da diocese, Dom Antônio Brandão, ainda atuando na jurisdição eclesiástica do Pará, solidarizou-se com os seus conterrâneos, dando-lhes todo o apoio necessário.¹⁵⁶ Os periódicos do dia da posse do novo bispo relatam o alvoroço que a vinda de D. Antônio Brandão teria causado na cidade de Maceió, como pode ser averiguado na passagem a seguir, encontrada no jornal *A Tribuna*, publicado dois dias após a celebração da posse do bispado de Alagoas:

Desembarque

Às 07h:30min. da manhã do dia 21 do corrente mês fundeava na ancoradeira do Jaraguá o paquete São Salvador, a cujo bordo vinha o exm^o sr. Bispo Diocesano.

Seguiu logo o 1^o escaler em que ia a vista de saúde do porto

Logo após o 2^o escaler da Comissão de honra para recepção do exmo. e reverendíssimo Dom Antônio, sendo acompanhando de outros escaleres e lanchas embandeirais, puxadas por dois rebocadores.

Às 6h:30min da manhã partiram da Catedral todas as Confrarias da Capital acompanhadas pelo clero e povo, procedidos da banda marcial de 33^o batalhão, os quais se enfileiraram desde o Camarim do porto do desembarque até a matriz do Jaraguá.

A multidão ali era espessa e compacta.

Na ponta se achavam as bandas de música da polícia, do 33^o e da filarmônica Minerva.

Às 9h:30min teve lugar o desembarque vindo na ponta o escaler da alfândega que trazia o exmo. bispo diocesano, com a Comissão que havia ido a bordo recebê-lo, achando-se na ponte outra Comissão de recepção. Ao soltar tocaram

¹⁵⁴ **A TRIBUNA**. Maceió: 22 de março de 1901.

¹⁵⁵ NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p.112.

¹⁵⁶ Tem que levar em conta informação apontada por Márcio Nunes em sua dissertação. Segundo o autor, ao saber dos acordos entre o governo estadual alagoano e a Nunciatura Apostólica para a constituição do bispado, Dom Antônio Brandão, do Pará, teria enviado mensagens de apoio aos conterrâneos e aos envolvidos na efetivação do projeto. Consta-se também que ele tentou interceder junto ao Papa em relação ao assunto e não participou ano de 1900 das reuniões da Comissão Central do patrimônio do bispado. E por fim, ofertou do próprio bolso uma quantia em dinheiro em auxílio ao projeto em prol de adquirir os bens patrimoniais diocesanos. Cf. NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p.147.

as músicas, o hino Nacional. Daí seguiu o préstito para a matriz de Jaraguá, onde s. excelência tomou as vestes pontifícias.

(...) S. excelência reverendíssima vinha sob o pátio conduzido pelos senhores secretários do Interior e da Fazenda, desembargador Rodrigo Jorge, intendente da Capital, delegado fiscal do Governo Federal e o cap. Inácio Lobo, ajudante do 33º batalhão de Infantaria.

(...) Às 11h:20min entrava S. excelência na Catedral com enorme acompanhamento.

Aí se achava o exmo. sr. Governador do Estado que assistiu às cerimônias ao lado da epistola, em cadeiras preparadas para ele e seus Secretários. À entrada de S. excelência o sr. Bispo, entoou a orquestra o *Ecce Sacerdos*, enquanto S. Excelência Reverendíssima fazia o asperges.

E logo o reverendíssimo Cônego Otavio Costa entoava o *Te Deum*, a que assistiu S. Excelência Reverendíssima no altar mor. Depois do que Reverendíssimo padre Vieira, Vigário da Freguesia de São Miguel dos Campos, leu o decreto da S.C. Consistorial e da Nunciatura brasileira erigindo o Estado de Alagoas em diocese sufragânea do Arcebispado da Bahia e independente do de Olinda; e o diácono Alfredo Silva leu o Breve de transferência de S. excelência Reverendíssima a diocese de Belém do Pará para a nova Diocese de Alagoas.

(...) A 1h:40min começou o almoço tomando a mesa S. Excelência. Reverendíssima, o exmo. sr. Dr. Governador do Estado, membros do Tribunal Superior, do corpo legislativo, do Liceu Alagoano, do Exército, da Magistratura, do Clero, da Imprensa e de todas as classes sociais.

Coube ao Exmo. Sr. Dr. Euclides Malta levantar o primeiro brinde de saudação ao Exmo. D. Antônio e fê-lo com muita felicidade, brinde a que respondeu o redeclaro sacerdote com as efusões de sua alma.

Falaram em seguida o ilustre Dr. Manuel Lopes Ferreira Pinto em nome da sociedade de São Vicente de Paula; o Dr. Desembargador Jacinto de Mendonça em nome da magistratura; o Dr. Vicente de Mouro, que fez igualmente elogio do ilustre vigário de Maceió.

(...) Não podiam ter sido mais importantes os festejos realizados em honra ao virtuoso D. Antônio.

Todas as classes sociais concorreram pressurosa e espontaneamente para o seu maior brilhantismo.

As sociedades existentes na Capital a eles compareceram tendo à frente os seus estandartes.

As fibras que se desfilaram a entrada do primeiro pastor que vem dirigir os destinos do rebanho alagoano hão de juncar-lhe o caminho e seguir em seu venturoso governo.

São estes os votos que fazemos.¹⁵⁷

O relato extraído acima revela muitos elementos pertinentes a serem observados. Primeiro, ele registra a permanência das relações/acordos entre os poderes temporais e espirituais. Apesar do fim oficial da união entre as duas esferas, em vigor desde 7 de janeiro de 1890, na prática os diálogos entre elas não cessaram. Em seguida, pode-se observar o valor simbólico atribuído ao ritual de posse de Dom Antônio Brandão. O artigo descreve amplamente

¹⁵⁷ A TRIBUNA. Maceió: 25 de agosto de 1901.

expressões de pompa e esplendor, o que transmite ao leitor um pouco da preocupação, tanto da Igreja Católica como das demais categorias sociais envolvidas, de passar a imagem de que Alagoas, em fim possuía sua própria diocese.

No entanto algo de muito importante deve chamar a nossa atenção: percebe-se nele o de “silêncio” social. Não se sabe quem redigiu o artigo do jornal *A Tribuna*. Quem quer que tenha sido, certamente estava empolgado com o momento, ao mencionar o seguinte: “Todas as classes concorreram pressurosa e espontaneamente para o seu brilhantismo (da celebração).” Fica, no entanto, a pergunta: a que classes ou estamentos sociais o redator do artigo faz menção?

Partindo da constituição do campo político e religioso alagoano exposto anteriormente, pode-se notar a ocorrência de relações de interesses no interior da sociedade civil, para a elevação de Alagoas à categoria de sede apostólica. E, foram as suas categorias dirigentes que, convenientemente, compareceram à cerimônia de posse do bispo diocesano, destacadas em primeiro plano no artigo. Além disso, a narrativa deixa claro que os outros grupos religiosos não tomaram parte na cerimônia mencionada, ou que reforçava a imagem dominante de uma população brasileira que, em sua totalidade, seria composta por católicos fiéis e praticantes.¹⁵⁸

O texto do período *A Tribuna* também traz uma categorização do cortejo presente durante a celebração de Dom Antônio Brandão, apontando a existência de relações com as elites oligárquicas e o judiciário. Para a política eclesiástica em execução, no período, era necessário o desenvolvimento de aproximações entre a Igreja Católica e as burguesias agrárias, em outros termos, os detentores do poder. Essa perspectiva se articula ao que Edgar Gomes denomina “eixos de atuação do episcopado”, no caso alagoano associado ao “eixo norte”, marcado pelo diálogo entre clero, coronéis e bacharéis.¹⁵⁹

O novo bispo coordenou a jurisdição eclesiástica entre os anos de 1901 a 1910, quando veio a falecer. Esse período de nove anos, em seu caráter inaugural se enquadra no processo de fortalecimento da política de reordenação eclesiástica católica, defendida no Concílio Plenário Latino-Americano. E, demarca as possíveis adaptações que o projeto católico sofreu no confronto com realidade local da diocese de Alagoas.

¹⁵⁸ **Carta Pastoral Coletiva: Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ao excelentíssimo sr. chefe do Governo Provisório.** Rio de Janeiro, 1890, p. 23.

¹⁵⁹ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930).** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p. 315.

3.2. A fundação do seminário diocesano Nossa Senhora da Assunção e a formação do corpo eclesial católico em Alagoas (1902 a 1909)

Os seminários católicos sempre foram vistos como um “berço da intelectualidade do clero”, um ambiente associado ao ensino de qualidade. Riolando Azzi argumenta a respeito da existência de “uma cultura do clero”, um espaço simbólico e social no qual o estabelecimento de formação sacerdotal é visto como mecanismo de instrução e erudição da sociedade brasileira.¹⁶⁰ Ao se observar o trecho a seguir, da Carta Pastoral de D. Antônio Brandão em saudação aos seus diocesanos, nota-se com clareza sua motivação para fundar um seminário diocesano¹⁶¹ na jurisdição eclesial de Alagoas.

(...) A instrução se difunde com a instituição do grande e pequeno Seminário. Naquele se formam na piedade e nas ciências sagradas dos futuros levitas do Senhor, encarregados da administração dos Santos Sacramentos instituídos para a Santificação das almas (...).

(...) A fundação do Grande Seminário nesta capital promoverá e ajudará as vocações eclesiais de muitos jovens que outrora não podiam transportar-se a Olinda e que por isso viam fenecer em seus peitos a doce e meiga esperança, em que afagavam em servir a Deus ao Sacerdócio.

Também o pequeno Seminário facilitará à mocidade, esperança do futuro, ensino dos preparatórios necessários à matrícula nos cursos superiores do grande Seminário e das faculdades civis.¹⁶²

Na verdade, a inquietação do prelado alagoano acerca da formação do clero diocesano não foi um caso isolado. Durante o início da república, mais precisamente após ser confirmada a separação entre os dois poderes, a hierarquia católica se contrapôs às medidas adotadas pelo novo regime político brasileiro. E se servia da publicação de cartas pastorais¹⁶³ como formar de criticar a legislação republicana. No entanto, o discurso elaborado pelos bispos tende a associar a ascensão da república brasileira, a difusão de correntes variadas de pensamento político

¹⁶⁰ AZZI, Riolando. A presença da Igreja na sociedade brasileira e a formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular 2008, p.82.

¹⁶¹ Os seminários diocesanos podem ser classificados em três tipos: os seminários menores, destinados a alunos mais novos, entre 11 e 17 anos; os seminários propedêuticos, ou pré-seminários, que recebem que recebem por um período 1 a 2 anos até candidatos aos Seminários Maiores. Estes, por sua vez, oferecem a formação superior em teologia e filosofia. Observando a documentação relativa à Dom Antônio Brandão se percebe a utilização dos termos “pequeno seminário” e “grande seminário”, como a referência da criação de um seminário menor e do Seminário Maior para diocese.

¹⁶² **Carta Pastoral de D. Antônio M. Castilho Brandão, Bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia da sua posse**. Pará, 1901, p. 5,6.

¹⁶³ Para se entender melhor a dinâmica e a utilização das cartas pastorais cf.: ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986; GOMES, César Leandro Santos. Fé e sociedade: o discurso do episcopado brasileiro e alagoano nas cartas pastorais do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. In: **Revista Quaestiois Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió**, Ano I, Nº 1, 2016, pp. 114-133.

(liberalismo e socialismo) e filosófico (positivismo, o naturalismo e o materialismo) na sociedade e a questão do ensino laico à falta de sacerdotes.¹⁶⁴

A vastidão territorial composta pelas dioceses, por sua vez, impossibilitava aos bispos averiguar a transmissão dos ensinamentos católicos à população.¹⁶⁵ O que poderia acarretar o risco de flexibilização da forma de aplicação da doutrina religiosa católica, permitindo a ressignificação de manifestações de fé e possibilitando a preservação de expressões do sagrado relacionadas às formas de religiosidade populares, consideradas heterodoxas.¹⁶⁶ Aumentar gradativamente o número de sacerdotes tornou-se uma das pautas essenciais da nova política eclesial desenvolvida pelo episcopado brasileiro.

Fundado em 15 de fevereiro de 1902, o seminário maior Nossa Senhora da Assunção é apontado como a principal obra do bispado de Dom Antônio Brandão. O seminário, depois de inaugurado funcionou no antigo edifício do convento franciscano na Cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro)¹⁶⁷ para a realização de suas aulas, entre os anos de 1902 e 1904. Os padres Jonas Taurino e Alfredo Manuel da Silva exerceram os cargos de primeiro reitor e vice-reitor, respectivamente.¹⁶⁸ Em seguida, o seminário diocesano acabou por ser transferido para a capital Maceió, próximo ao bairro do Alto da Jacutinga¹⁶⁹, onde se encontra até os dias atuais.¹⁷⁰

Segundo Raylane Barreto, o modelo educacional adotado nos seminários diocesanos católicos era de matriz única; os estabelecimentos possuíam a função de formar o clero diocesano conforme as predisposições exigidas na época pela Santa Sé.¹⁷¹ Isso com a finalidade de que esses sacerdotes pudessem estar preparados para se inserir nas diversas realidades tornando-se, assim, defensores dos preceitos católicos.

(...) Assim como nos colégios, a Igreja católica investiu na formação de seus quadros quando, atendendo aos enunciados do Concílio de Trento, financiou a criação de seminários. Através deles, os bispos eleitos para as novas Dioceses continuaram o trabalho dos “reformadores” e deram início à mais alta missão da romanização: a apropriada formação sacerdotal. Constituídas

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Vozes, Petrópolis 1985, p. 277; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 79.

¹⁶⁵ HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX**. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13.

¹⁶⁶ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 17.

¹⁶⁷ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 11 de janeiro de 1902.

¹⁶⁸ NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 64.

¹⁶⁹ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 6 de dezembro de 1902.

¹⁷⁰ NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 65.

¹⁷¹ BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933)**. Tese (Doutorado em Educação) - Natal: UFRGN, 2009, p. 35.

de prédio, mobiliário, corpo dirigente, um rol de padres professores e um estatuto, as casas de formação sacerdotal, criadas e implantadas pós-laicização, ou seja, depois da proclamação do Brasil República, foram, ao menos nas três primeiras décadas, grandes polos de estudos educacionais não só para os futuros sacerdotes, mas para muitos dos leigos que de lá saíram e tornaram-se grandes nomes da história política e intelectual do país. Assim sendo, tais iniciativas significaram mais do que um crescimento quantitativo e qualitativo, nos espaços destinados ao recrutamento e formação de sacerdotes, significou[sic] investimentos nos setores estratégicos da Igreja Católica.¹⁷²

Nos periódicos da época encontram-se relatos das atividades do seminário diocesano de Alagoas. Por meio deles sabe-se que no ano de 1907, o estabelecimento de ensino contava com cerca de 50 alunos, a maioria discentes do curso superior em Filosofia, e alunos que estavam prestes a ingressar na carreira eclesiástica.¹⁷³ Os jornais também trazem informações a respeito da composição do estatuto do seminário; é mencionado que o estabelecimento seguirá “mais ou menos o estatuto do Seminário de Olinda”¹⁷⁴, o que concorda com a fala anterior de Raylane Barreto, que aponta para “homogeneidade” dos modelos educacionais dos seminários católicos.

Ressalte-se que a difusão de um pensamento segundo os moldes das profissões liberais, como os bacharéis, faz com que muitos passem a ver o caminho do sacerdócio como mais uma opção de ofício ligado à busca de *status* e prestígio.¹⁷⁵ Para as famílias das diferentes categorias sociais ter um filho sacerdote seria motivo de orgulho.¹⁷⁶ Constitui-se, dessa maneira, o “ser padre” como opção associada à ascensão social. Como um dos principais fatores de atração estaria o rigor intelectual e a qualidade educacional dos estabelecimentos dos centros de formação sacerdotal.¹⁷⁷

Na edição de 20 de junho de 1905 do *Gutenberg*, de Maceió, encontra-se uma entrevista com o bispo de Alagoas. Nela o prelado explica quais seriam as suas motivações ao querer criar um seminário menor ligado à Diocese. Segundo sua fala, a função do estabelecimento seria a de facilitar o ingresso de indivíduos “pobres” na vida sacerdotal, como pode ser observado a seguir:

¹⁷² BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933)**. Tese (Doutorado em Educação) - Natal: UFRGN, 2009, p. 35.

¹⁷³ **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 11 de maio de 1907.

¹⁷⁴ **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 11 de janeiro de 1902.

¹⁷⁵ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 130.

¹⁷⁶ SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 60-61; MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, pp. 104-105.

¹⁷⁷ AZZI, Riolando. A presença da Igreja na sociedade brasileira e a formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular 2008, p.79.

A notícia que a imprensa desta capital de acerca do colégio que agora trato não destina à mocidade pobre em geral nem é inteiramente gratuita sua frequência.

Impressionado pela falta de sacerdotes, cuidou fundar um pequeno seminário no interior da diocese, mas em lugar fácil comunicação e à margem da via - férrea, onde os viveres tenham preço módico e haja outras facilidades para que a pensão seja baixa e possa também aproveitar a alunos gratuitos, facilitando-se assim a carreira eclesiástica e pobre, cujas famílias que não podem mandar seus filhos ao seminário dessa capital.

Penso deste modo despertar as esperanças destas famílias que desejam ter um filho ou parente feito sacerdote.

Já tinha contratado o lugar apropriado na União; mas contrariaram-me sentimentos avaros que desviaram dali a fundação projetada, por isto busco noutra parte de um lugar onde possa realizar o projeto, que ora me preocupa vivamente.

Entretanto alimento, para mais tarde, a esperança da fundação de uma para a mocidade abandonada, onde se lhe dê educação e trabalho.

A Divina Providência abençoa, por certo, esta obra, pois as crianças muito mereceram de N.S. Jesus Cristo em sua vida mortal.¹⁷⁸

Mais adiantes. irá discutir sobre o papel da educação católica como um dos mecanismos do projeto de reestruturação. Cabe salientar, nesse momento, que o colégio diocesano sob a direção dos Irmãos Maristas, fundado em 1905, passou a exercer, por algum tempo, a função de seminário menor. O estabelecimento tinha o formato de um internato, destinado à juventude masculina da faixa etária 10 a 17 anos, incluindo, portanto, o curso secundarista. Assim poderia desempenhar o papel de selecionar os futuros membros do corpo de funcionários da instituição católica.

O caminho do seminarista para se tornar um sacerdote não era fácil. A burocracia¹⁷⁹ relacionada à profissão eclesiástica era algo ainda mais rigoroso do que nos dias de hoje. Existem níveis para se chegar ao patamar de “padre”. A “ordem” é um sacramento católico, um conjunto de ritos ou sinais constitutivos de sua doutrina e confissão de fé. O sacramento da Ordem habilita a pessoa que o recebeu a ministrar os demais sacramentos aos fiéis. Havia ordens menores e maiores e, segundo o modelo eclesiástico da época¹⁸⁰, que esteve em vigor

¹⁷⁸ GUTENBERG, Maceió, 20 de junho de 1905.

¹⁷⁹ O significado original do termo "burocracia" está interligado as concepções weberianas relacionadas funcionamento dos âmbitos administrativos, jurídico e público. No entanto, no texto em questão o sentido da palavra pode ser ampliado para entende-se a formação sacerdotal católica. Para Max Weber, uma das premissas da burocracia é a formação de corpo funcionários especializados e treinados. Logo, a "burocracia eclesiástica", tem a ver com a composição do quadro de "servidores", ou seja, sacerdotes, selecionados, de diversas instâncias sociais, treinados e nomeados, com o objetivo de melhor desempenhar suas funções na instituição religiosas. cf. WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 1999, p. 231.

¹⁸⁰ CATECISMO DE SÃO PIO X, Roma, 1905, art. 6.

até o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), essas últimas são subdivididas em quatro níveis.

A primeira é o subdiaconato, que habilita auxiliares dos presbitérios e dos bispos. Nessa fase, os candidatos ainda não podem executar os trabalhos religiosos, e ocuparam os serviços ligados à assistência ao clero e ao laicato. O segundo grau é o diaconato, que assim como no nível anterior, não habilita o candidato para o exercício dos deveres sacerdotais, mas serve como um grau intermediário. O terceiro grau das ordens maiores é o presbiterado. Os presbíteros, popularmente conhecidos como padres, já possuem a habilitação para presidir os trabalhos religiosos, além de servir como auxiliares dos bispos. Por fim, o último grau do sacramento da Ordem é o episcopado, pelo qual um clérigo ascende ao cargo de bispo. Nesse momento interessa apenas explorar a nomeação e ordenação dos candidatos ao grau de presbíteros.

A principal documentação para essa questão são os “processos de habilitação sacerdotal” ou processos de ordenação.¹⁸¹ No acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) encontram-se 177 processos dessa categoria, divididos em quatro caixas.¹⁸² A maioria dos processos corresponde ao século XX, para a conjuntura estudada temos existência de quinze processos de ordenação.¹⁸³ O uso desse material como fonte histórica possibilita, entre outras coisas, a compreensão das origens socioeconômicas dos candidatos ao sacerdócio católicos.

Os processos de ordenação se dividem em três fases: Primeiro, há o processo de habilitação *genere et moribus*¹⁸⁴, uma investigação minuciosa das origens sociais do candidato

¹⁸¹ Atualmente, o uso da documentação dos processos de habilitação sacerdotal é considerado como ferramenta de análise da histórica para a compreensão das relações de sociabilidade das dinâmicas e dos contingentes sociais do clero católico. Por exemplo, a obra pioneira de Sergio Miceli *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*, publicada originalmente no final da década de 1980, traz uma análise elucidativa sobre as origens sociais do episcopado brasileiro e as estratégias adotadas pela hierárquica católica durante os quarenta anos da Primeira República. Pode-se ainda mencionar a tese de Wheriston Silva Neris, intitulada *As bases sociais de recrutamento da elite eclesiástica no bispado do Maranhão (1850-1900)*. Para o cenário alagoano pode ser mencionada a monografia, defendida como trabalho de conclusão do curso de História (Bacharelado), de Adryene Araújo de Carvalho, com o título *Formação sacerdotal e documentação eclesiástica: os Processos de Ordenação no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1930-1939)*, nela a autora busca compreender a realidade eclesiástica do estado dentro das propostas apresentadas anteriormente e apontam as possibilidades teórico- metodológicas em História para um estudo regional acerca das bases socioeconômicas do clero.

¹⁸² Respectivamente as Caixas 5 (1815-1912); Caixa 6 (1913-1940); Caixa 7 (1942- 1953) e a Caixa 8 (1954-2006). No entanto, não se pode afirmar que a quantidade de processos vocacionais encontrada no acervo do Arquivo da Cúria de Maceió corresponde à totalidade de seminaristas matriculados. Cf. SANTOS, Irinéia Maria Franco dos (Org). **Guia geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió**. Maceió: Online, 2017, pp. 21-26.

¹⁸³ Correspondentes aos anos de 1901 a 1909. Cf. SANTOS, Irinéia Maria Franco dos (Org). **Guia Geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió**. Maceió: Online, 2017, p. 21.

¹⁸⁴ Segundo Aldair Carlos Rodrigues as habilitações de *genere* – abreviação da expressão latina “de genere, vita et moribus” (de geração, vida e costumes) – eram formadas pelo conjunto de pré-requisitos ao qual os indivíduos

ao sacerdócio realizada pelas autoridades eclesiásticas. Esse tipo de verificação, segundo Sergio Miceli, remonta aos antigos “estatutos de pureza de sangue” impostos pelo Tribunal do Santo Ofício¹⁸⁵, com a finalidade de observar os antecedentes morais do futuro clérigo e da família dele.¹⁸⁶ Concretamente se buscava junto ao pároco da localidade de origem do seminarista, se o candidato seria filho legítimo. A segunda modalidade de habilitação denominada de *vitae et moribus*, consistia em verificar a vida pregressa do candidato, por exemplo, se havia adquirido contratos matrimoniais ou alguma forma de irregularidade que impedisse a sua nomeação ao sacerdócio. Por fim, temos o “processo patrimonial”, que definiria a espécie e o montante de capital que o seminarista e sua família estariam dispostos em ofertar à Igreja.¹⁸⁷

Exemplificações dos trâmites burocráticos indicados encontram-se na documentação acerca das habilitações sacerdotais. Primeiramente, se tem a abertura do processo com os “atos de habilitação para ordenação *in sacris*” pelo bispo diocesano à Câmara Eclesiástica em favor do candidato (solicitante do processo de habilitação sacerdotal). Em seguida, solicita-se ao pároco da cidade natal do candidato a elaboração de breve relatório sobre os antecedentes do candidato. Se for filho legítimo, quem eram seus pais, seus avôs. Se o candidato recebeu os sacramentos do batismo, eucaristia e crisma, onde e quando. Após o levantamento dessas informações, passa-se à averiguação da conduta moral do seminarista, como pode ser observado na passagem a seguir no processo aberto por Júlio de Assis Braga:

Maceió, 30 de março de 1902.

Nós, D. Antônio Manoel de Castilho Brandão, por mercê de Deus e Santa Sé Apostólica, bispo de Alagoas.

Ao Reverendo pároco de Pilar

Fazemos saber que Júlio de Assis Braga, clérigo tonsurado, natural dessa paróquia e aluno do nosso Seminário pretende ordenar-se *in sacris* até o presbiterado, e para que possamos obrar com acerto, necessitamos saber se o referido clérigo tem ou não incorrido em excomunhão, suspensão, interdito irregularidade canônica, se é jogador ou rixoso; se é inclinado a bailes e outros divertimentos profanos; se é incontinente; se tem vicio ou defeito físico ou moral, que possa causar escândalo ou impedi-lo na celebração da Missa; se é

interessados na ordenação sacerdotal deveriam se submeter, mostrando que possuíam as exigências necessárias pela legislação eclesiástica para a concessão do estado eclesiástico. Cf. RODRIGUES, Aldair Carlos. Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. In: **Revista Fontes**, nº 1, São Paulo, 2014, p. 32.

¹⁸⁵ O "Estatuto da Pureza de Sangue" foi instaurado em 1449 e sofreu a diversas mudanças e adaptações em sua forma de aplicação aos longos dos anos. No Brasil, durante os séculos XVII e XVIII, fazia-se o levantamento genealógico do candidato para averiguar, se neles encontrariam traços semitas, escravos ou indígenas. Em outras palavras, fazia-se um exame a fim de constatar se o candidato a sacerdote em seus ciclos familiares possuiria bons antecedentes cristãos. Cf. RODRIGUES, Aldair Carlos. Os processos de habilitação: Fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. In: **Revistas Fontes**, nº, 2014-2, p.34; MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Parochos imperfeitos: Justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial.** Tese (Doutorado em História) Niterói: UFF, 2011, p. 292.

¹⁸⁶ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930).** São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 30.

¹⁸⁷ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930).** São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 37.

de má vida, fama e costumes; se esquivasse a frequentar os santos sacramentos, assistir ao divino ofício e funções religiosas e ao cumprimento exato das obrigações do seu estado. E, para este efeito mandamos expedir este edito e comissão que aceitará e executará V. Rev.mo em virtude da santa obediência. Logo será e publicará V. Rev.mo em três dias de preceito, ao tempo ofertório da missa paroquial para que as pessoas que souberem de algum impedimento pelo o qual sobredito pretendente não possa nem deva ser ordenado, o denunciem a V. Rv^a e o declarem com o juramento dentro de vinte e quatro horas depois da última publicação, sob as penas do direito, advertindo aos fiéis que se guardará rigoroso segredo acerca do que denunciarem, afins de que possam fazê-lo com mais liberdade. Em seguida certificará a publicação deste Edito e juntará sua informação jurada *in verbo Sacerdotis* do que souber *extra judicialiter* acerca desta comissão.

Deverá guardar segredo na parte que lhe toca, pelo que oneramos sua consciência.¹⁸⁸

Tais exigências aparecem em outros processos de habilitações, o que indicaria uma normatização durante as solicitações dos referidos requerimentos. Um ponto relevante a ser mencionado diz respeito à origem dos seminaristas. Nos quinze processos encontrados entre os anos de 1902 e 1909, percebe-se que uma parte dos seminaristas vinha de famílias alagoanas “ilustres”, ou seja, eram filhos de militares, de membros do judiciário (juízes e promotores), de políticos influentes, de intelectuais (redatores e editores de jornais), comerciantes e, outros, de famílias humildes de diferentes regiões do estado.¹⁸⁹ Isto se constata também ao se cruzarem os dados encontrados nos processos, como os nomes dos pais, com as informações dos jornais do final do século XIX e início do XX.

A criação da diocese, a fundação do seminário e os mecanismos de seleção e triagem dos jovens candidatos ao sacerdócio representam a porta de entrada para a estruturação das bases institucionais do bispado. Contudo, agora que elas foram lançadas, seria preciso elaborar meios que conduzissem a uma atuação mais ativa da Igreja Católica frente à sociedade, com o propósito de demarcar seu espaço hegemônico no cotidiano social, de acordo com o que Edgar Gomes denomina como “tentáculos invisíveis de articulação da Igreja Católica”¹⁹⁰, a saber: a

¹⁸⁸ **Processo de habilitação sacerdotal de Júlio de Assis Braga, 1902.** Pasta Processos de Ordenação (1815-1912), Caixa 6, fl. 10.

¹⁸⁹ Serve de exemplo o processo de habilitação de Aquiles Mello Filho, natural da freguesia (cidade) de Pão de Açúcar, filho de Aquiles Mello (ou, como consta em alguns periódicos da época, Achilles Mello). Ao se verificarem os jornais encontra-se menção a um Aquiles/Achilles Mello, o pai, a um indivíduo atuando em três ofícios diferentes: (1) como major do exército; (2) como deputado estadual pela cidade de Penedo; (3) dono de uma tipografia da cidade de Penedo; inclusive jornais com teor “conservador” foram publicados por sua empresa, entre eles o católico *A Fé Christã*. Cf. **Processo de habilitação sacerdotal de Aquiles Mello Filho, 1906.** Pasta Processos de Ordenação (1815-1912), Caixa 6.

¹⁹⁰ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930).** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p. 242.

fundação de colégios confessionais, o incremento de associações leigas, a instituição de uma imprensa católica e a prática das visitas pastorais.

3.3. Em defesa da fé católica: a romanização e as práticas pastorais do primeiro bispado de Alagoas

As produções locais referem-se ao bispo diocesano de Alagoas como um líder religioso “desbravador”, “empreendedor”, um consolidador da religião católica durante o começo do século XX. Contudo, ao relacionarem esses atos de dedicação com o momento histórico vivenciado pela Igreja Católica no Brasil notam-se similaridades entre as suas práticas e o mencionado projeto da romanização. No território alagoano a base para a reordenação institucional da Igreja Católica foi lançada, como vimos, com a criação da diocese e dos estabelecimentos de formação eclesiástica, o seminário menor e no seminário maior. Contudo, era preciso traçar estratégias pastorais perspicazes com intuito de tornar legítima a conquista religiosa adquirida pela Instituição eclesiástica.

Nesse quesito, se identifica a utilização de quatro instrumentos para a consolidação do bispado alagoano, que se interligam com as estratégias religiosas adotadas pelo episcopado em outras regiões do país, a saber: (a) a fundação de colégios confessionais católicos sob a direção de ordens religiosas, com a intenção de fortalecer os laços entre o clero e as elites socioeconômicas; (b) a presença de ordens religiosas que ao mesmo tempo teve o intuito de inserir novas formas de devoções religiosas como contrapartida ao catolicismo popular e buscou exercer um controle do laicato; principalmente das associações religiosas e irmandades e o ordenamentos das missões populares; (c) as visitas pastorais, para monitorar os trabalhos religiosos do clero diocesano, reforçar a imagem do bispo frente aos seus fiéis; e, por fim, (d) o uso da imprensa como campo de apologia e defesa da fé – combate às apostasias e aos “erros modernos.”

3.3.1. Os colégios confessionais dos irmãos maristas e das irmãs sacramentinas

Durante os anos do bispado de D. Antônio Brandão dois colégios confessionais católicos foram fundados. O Colégio Marista de 1905 e, como o próprio nome aponta, encontrava-se sob a direção dos irmãos da Ordem Marista, e, aparece nas fontes com a nomenclatura “colégio diocesano”; era um estabelecimento de ensino destinado a juventude masculina. No ano anterior

já havia ocorrido fundação do Colégio Santíssimo Sacramento, dirigido pelas irmãs religiosas do Santíssimo Sacramento, direcionado à educação da mocidade feminina.

A pesquisa em questão não tem como intenção fazer um debate amplo sobre as relações do catolicismo com os mecanismos sociais de instrução, ou seja, as escolas. No entanto, salienta-se a utilização de colégios confessionais, sejam eles paroquiais ou diocesanos, como parte das estratégias políticas eclesiais da romanização, na medida em que se nota que parte dos intelectuais católicos veio dos estabelecimentos de ensino com esse feitio. Outro ponto a se destacar, é a presença de ordens religiosas de origem estrangeira. Tal representaria um reforço aos trabalhos religiosos exercidos pelo episcopado em suas respectivas regiões no campo da educação. Conforme afirmou Norberto Dallabrida:

Para fazer frente à laicidade do sistema público de ensino o episcopado brasileiro investiu as suas melhores energias institucionais no estabelecimento de uma rede de escolas católicas no território nacional. O fato decisivo do êxito da Igreja Católica no campo educacional foi a atuação das Ordens e Congregações Religiosas católicas, masculinas e femininas, de origem europeia, como os lazaristas, jesuítas, salesianos, maristas, franciscanos, lassalistas, Irmãs de São José de Chamberry, Apóstolos do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs da Divina Providência. Esses grupos religiosos começaram a migrar para o Brasil ao longo do século XIX, especialmente no Segundo Reinado, e introduziram práticas católicas romanizadas, muito diferentes da religiosidade do catolicismo "tradicional" luso-brasileiro, que envolvia tanto o clero como o povo. A entrada de ordens e congregações católicas intensificou-se após a promulgação da Constituição de 1891, que contornou o anticlericalismo radical dos primeiros meses do regime republicano, permitindo maior liberdade à Igreja Católica. Em boa medida, essas congregações católicas tiveram problemas com alguns governos europeus e se deslocaram para outros países como a Espanha e Brasil. [...] Esses grupos de religiosos contribuíram no trabalho litúrgico e catequético nas paróquias e criaram várias redes de instituições assistenciais e educativas, como orfanatos, creches, casas de saúde, hospitais, asilos de idosos e especialmente escolas e colégios. É importante sublinhar que no processo de romanização do catolicismo do Brasil, foram poucas as congregações masculinas e femininas, que não se envolveram em instituições escolares.¹⁹¹

As interfaces entre a educação e o catolicismo estão historicamente dadas.¹⁹² Desde o período colonial a Igreja Católica exerceu predominância no campo do ensino. As ordens religiosas vindas da Europa, como os salesianos, jesuítas, foram os principais responsáveis pelo surgimento dos colégios confessionais, e com eles a reputação que os associa a ensino de

¹⁹¹ DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCS: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara(Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. III: Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 78-79.

¹⁹² ALVES, Manoel. A escola católica, uma História de serviço ao povo e a nação brasileira. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 37-62, set. /dez. 2002, p. 2.

qualidade, segundo os moldes dos internatos europeus, conforme as exigências das elites socioeconômicas.¹⁹³

Para o projeto que visava a reordenação do catolicismo, os colégios católicos constituem-se como espaços propícios para a inserção dos preceitos religiosos do catolicismo.¹⁹⁴ Outro ponto é o incentivo às práticas de difusão das doutrinas religiosas por meio dos “ritos de passagem” do catolicismo, ou seja, as celebrações sacramentais.¹⁹⁵ Os alunos matriculados nos colégios confessionais católicos, além de assistirem disciplinas como aritmética, letras, ciências naturais e história, também teriam aulas de ensino religioso, onde os professores, em sua maioria padres seculares ou leigos, ministravam os conteúdos voltados à catequese e difusão dos dogmas. Verifica-se esse elemento ao se observar nos periódicos alagoanos uma narrativa da celebração da primeira comunhão (eucaristia) dos alunos frequentadores do colégio diocesano de Maceió realizada no mês de outubro de 1905:

A SOLENIDADE DA 1ª COMUNHÃO NO COLÉGIO DIOCESANO.

Muito significativa foi a cerimônia religiosa que teve lugar no dia 15 do corrente ano na capela do Colégio Diocesano, sob a direção dos Rev.mos, Irmãos Maristas.

Depois de um retiro espiritual de 3 dias em que pregou o Rev.mo sr. Padre Júlio Braga, mente da teologia dogmática no seminário episcopal, foram admitidos a fazer a primeira comunhão 28 alunos dos diversos cursos desse acreditado educandário, renovando tão piedoso ato ainda 4 outros alunos dos que já tinham se aproximado da sagrada mesa eucarística.

O zelo dos devotados irmãos entregou os mais decididos e francos apoios no seio das fami[li]as(?) que tem seus filhos entregues aos cuidados desses educadores eméritos, que pela persuasão sabem emitir no ânimo dos alunos os sentimentos da sã moral cristã e o amor as letras e ao cultivo intelectual.

Causaram a mais agradável impressão a ordem e a regularidade observada em todos os atos, compenetrados os jovens da grandeza do sacramento em que pela primeira vez tomavam parte, recebendo em seus cândidos corações a Jesus, o terno amigo das crianças.

¹⁹³ AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 66; MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo: 3 - Período republicano e atualidade. 2ª ed. - São Paulo: Paulinas, 2011, p.37; SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder na Primeira República**. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 89.

¹⁹⁴ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 92; AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulinas, 1994, p.14; VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil (1889-1945)**: Vol.2. Aparecida: Santuário, 2016, p. 130.

¹⁹⁵ Segundo Rita de Cássia Magueta, anteriormente praticada como uma celebração religiosa realizada de forma reservada nas capelas e paróquias, com o decorrer do tempo a primeira comunhão passou a ser entendida como um rito de passagem, um momento de transição entre a infância e a adolescência. Para a autora, nesse momento o ritual possuiria a capacidade de tornar público algo que é privado, ao mesmo tempo em que serve para estabelecer e reforçar laços sociais. Cf. MAGUETA, Rita de Cássia de Matos. **Salve o dia entre todos o mais belo!** Educação religiosa e fotografia de primeira comunhão na década de 1940 (Porto Alegre/RS). Dissertação (Mestrado em Educação) Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 76.

Cada aluno tinha no braço esquerdo um laço de vida branca, como emblema de 1ª comunhão, trazendo na mão direita uma vela, símbolo da fé, que abrasava seus ternos corações.

Às 7 horas da manhã achavam-se todos reunidos no vasto salão do colégio.

As salas enchiam-se de famílias, das mais gradas da cidade, a contando-se muitos cavalheiros dos mais salientes na ordem social, desde o exm^o Governador e sua exm^a esposa, magistrados, jornalistas, funcionários de todas as classes, comerciantes, industriais, até os mais modestos representantes das classes ativas.

Houve a mais escrupulosa regularidade na colocação dos assistentes, não obstante ser a solenidade celebrada em edifício não apropriada a concorrência tão numerosa.

Às 7h:40min chegou s. exe. Rev.mo. sr. Bispo Diocesano, que se dignou vir celebrar o santo sacrifício da missa e distribuir a Sagrada Comunhão aos nossos jovens coestaduanos. Recebido na portaria pela comunidade, tendo a frente o ilustrado e zeloso Irmão Luiz Chanel, acompanhado dos alunos que iam fazer a 1ª comunhão, dirigiu-se sua excelência a elegante capela provisória, em que foi assistido por 4 clérigos.

Ao precipitar a missa entoaram os alunos os mais ternos e piedosos hinos, acompanhados a *harmonium*[sic] pelo provector Irmão José, que nos conta ser igualmente pintor exímio.

Chegando o momento solene em que Jesus Cristo Sacramentado devia ser recebido pelos jovens comungantes, S. Exe.^a pronunciou uma tocante oração, mostrando a grandeza do ato que se ia realizar.

Um dos alunos, o jovem Virgílio Mauricio da Rocha pronunciou em voz clara e segura diversos atos que deviam preceder a sagrada Comunhão, em que tomaram parte 32 alunos do colégio, os religiosos que não tinham ainda comungado nesse dia, algumas religiosas do S.S. Sacramento do Coração de Maria e outras pessoas, que quiseram acompanhar os nossos jovens patrícios nesse ato o mais solene de sua vida, tão solene que fez Napoleão, o Grande, ainda no fastígio do poder, declarar ter sido o dia da sua 1ª comunhão e mais feliz de sua vida.

Terminada a missa, o jovem Virgílio recitou, anda em voz alta, as orações depois da comunhão, sendo acompanhado pelos demais.

S. Exe.^a Rev.mo, se dignou ainda de preferir entrar alocução análoga ao ato, dando assim desafogo nos seus sentimentos de pastor devotado.

A harmonia dos cânticos sacros entoados pelos jovens alunos, a modesta ornamentação da sala que precede a capela, aonde via a monograma do exm^o Sr. Bispo; o puro e bom gosto que presidiram[sic] a ornamentação da capela, tudo causou em nós assistentes a mais salutar impressão, especialmente pela alegria e candura que transpareciam dos rostos dos jovens alunos, ou tenham feito a 1ª comunhão, ou aguardem sua oportunidade pelo desenvolvimento físico e intelectual.

Na Capela havia diversos escudos, sobressaindo 1 que representava o Sagrado Coração e Jesus e outro uma alegria à Sagrada Eucaristia, obra do irmão José, como nos informaram.¹⁹⁶

¹⁹⁶ O GUTENBERG, Maceió. 17 de outubro de 1905.

Encerrada a primeira parte da celebração religiosa, o jornalista responsável pelo artigo continua a narrar os acontecimentos pós-cerimônia de 1ª comunhão dos estudantes do Colégio Diocesano:

A uma hora da tarde os alunos tinham feito sua 1ª comunhão se dirigiram incorporados ao palácio episcopal e por intermédio do Rev.mo Superior, foram agradecer a mercê recebida por S. exe^a, que ofereceu a cada [aluno] uma estampa representando a 1ª comunhão.

A tarde S. Exe^a Rev.mo se dirigiu à Catedral e junto no altar-mor recebeu a renovação das promessas de batismo, reinando a maior regularidade nas cerimônias que deviam ser praticadas pelos jovens alunos, que foram ainda representados pelo seu companheiro Virgilio Mauricio na leitura do ato de renovação.

Depois da administração da Crisma retirou-se S. Exe^a Rev.mo. que foi acompanhado até a porta da Catedral pelo rev.mo Cura da Sé, o virtuoso Cônego O. Costa e sacerdotes presentes.

Por ocasião dos exercícios do mês do Rosário, antes que fossem dadas a benção do S.S. Sacramento, o jovem Virgilio Mauricio pronunciou a consagração sua e de seus companheiros à Virgem S.S. sob a invocação de N.S. das Vitórias.

Depois desse ato o Rev.mo Sr. Cônego Octavio pronunciou emocionante discurso análogo a grandeza da solenidade.¹⁹⁷

Por fim, o artigo nos apresenta uma reprodução de uma forma de pensamento que parece aproximar o discurso da elite eclesiástica ao “conservadorismo burguês” pelo qual busca destacar o papel da instituição católica no campo da educação e os seus benefícios para a comunidade.

A comunidade depois da benção entoou os mais belos hinos sacros, sendo motivo de satisfação e alegria e regularidade com que tantos jovens entoavam hinos de honra e glória à Virgem S. Santíssima e a Jesus, o mais terno e o mais solícito amigo das crianças, a quem se vem igualar pela inocência os que aspiram à glória celestial.

A solenidade da 1ª comunhão dos alunos do Colégio Diocesano abre no seio da mocidade alagoana uma nova era de progresso e regeneração social.

A família alagoana soube corresponder ao pensamento moralizador e patriótico dos dignos e zelosos educadores, que tanta afeição tem sabido granjear no seio da mocidade pela sua solícitude, habilitações profissionais e autoridade moral.

O resultado literário obtido durante o curto espaço dos alguns meses bem demonstra o acerto com procedem o Exm^osr. Bispo, confiando o Colégio Diocesano aos Rev.mo. Maristas, representado por essa plêiade de devotados apóstolos da mais santa cruzada, a educação da mocidade, tendo por base o desenvolvimento físico, moral e intelectual ou literário, fazendo do ensino uma realidade.

Inspirados nos verdadeiros sentimentos de patriotismo, não podemos deixar de levantar um brado de animação a esses arautos do bem e de sua grandeza da pátria que adotaram a que é a nossa.¹⁹⁸

¹⁹⁷ O GUTENBERG, Maceió. 17 de outubro de 1905.

¹⁹⁸ O GUTENBERG, Maceió. 17 de outubro de 1905.

Riolando Azzi afirma que para o projeto eclesiástico em vigor neste período o emprego do ensino religioso tornou-se um dos elementos essenciais, assumido com zelo por parte das ordens religiosas.¹⁹⁹ Demonstrações de fé como a primeira comunhão eram marcadas por cerimônias solenes, para as quais eram convidadas as famílias dos discentes e membros ilustres na sociedade. Nesse caso, a cerimônia de primeira eucaristia descrita acima se refere a esses momentos de reforço da sociabilidade entre a instituição eclesiástica e as “pessoas de prestígio” do estado alagoano.

Percebe-se em vários momentos que a formação educacional da juventude constituiu uma das preocupações do episcopado brasileiro. A Carta Pastoral de Reclamação, escrita em 1890 e encaminhada ao presidente provisório do Brasil, o marechal Deodoro da Fonseca, possuía vários parágrafos sobre a questão do estabelecimento do “ensino laico” que, conforme as palavras dos membros da hierarquia eclesiástica, contribuiriam para a difusão do ateísmo, que em consequência, “levaria à revolução”. Os bispos criticam a retirada do ensino religioso da matriz curricular escolares; segundo consta no documento era vedado aos professores em declarar a sua fé no âmbito escolar.²⁰⁰

Posteriormente, as Atas do Concílio Plenário Latino-Americano trazem encaminhamentos do Papa Leão XIII ao episcopado acerca do campo educacional. E, quais seria o objetivo da “educação católica”? O de instruir a juventude dentro dos preceitos dogmáticos e religiosos instituídos pela Igreja Católica. O documento fruto dos debates conciliares, é bem categórico e traça nitidamente as estratégias que deveriam ser adotadas nos diversos níveis da educação: primeiras letras, ensino secundário e ensino superior. Além de expor o posicionamento dos bispos conciliares sobre o direito e o dever que a instituição eclesiástica teria em educar a juventude:

Daqui se deduz claramente, que a Igreja, não só tem por natureza o direito, independentemente de toda autoridade humana, de erigir e regular as escolas para a formação e educação cristã da juventude católica, mas também reforçar o direito de exigir que em todas as escolas, públicas e privadas, a educação e a educação da juventude católica estejam sujeitas à sua jurisdição, e que nenhum ensinamento é ensinado sobre qualquer coisa que seja contrária à religião católica e à moral saudável. Portanto, os bispos e outros Ordinários, em todos os tipos de escolas, devem ter absoluta liberdade para dirigir o ensino católico de fé e moral, e toda a educação religiosa da juventude católica. Além disso, eles não devem ser impedidos de forma alguma, no desempenho de seu

¹⁹⁹ AZZI, Riolando. A presença da Igreja na sociedade brasileira e a formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular 2008, p. 20.

²⁰⁰ PASTORAL COLETIVA. **Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ao excelentíssimo sr. Chefe do Governo Provisório**. Rio de Janeiro, 1890, p. 15.

próprio ministério, monitorar e investigar, se a doutrina que nos vários ramos é ensinada, está ou não de acordo com a religião católica.²⁰¹

A criação de ambos os colégios, o Marista e o Santíssimo Sacramento, em Alagoas possibilitou uma melhoria na educação do estado, que contava com poucas instituições dedicadas ao ensino e instrução da população. Até então os principais centros de formação escolar eram o Liceu Alagoano, fundado em 1850; o Colégio XV de março; Colégio Coração de Jesus.²⁰² Além do que a fundação dessas duas escolas confessionais dentro do primeiro bispado de Alagoas permite, como se viu, a compreensão do estreitamento das relações entre a Igreja Católica e as elites sociais locais.

A ordem religiosa dos Irmãos Maristas foi fundada na França, em um pequeno vilarejo com o nome de *La Valla*, por Marcelino Champagnat, no ano de 1817. Seu objetivo inicial foi fornecer acesso à educação e evangelizar as crianças e jovens necessitados. Organizadas em unidades administrativas, denominadas províncias e distritos, os institutos educacionais maristas criados nas décadas posteriores passaram a ser reconhecidos como estabelecimentos de ensino de qualidade destinados à mocidade.

Conforme as notícias do *Gutenberg*²⁰³, seis religiosos da Ordem Marista chegaram a Alagoas no final de 1904, liderados pelo irmão Louis Channel. As aulas do Colégio Diocesano tiveram início no dia 8 de fevereiro de 1905.²⁰⁴ No periódico *Evolucionista* consta a reprodução da seguinte carta do diretor do colégio diocesano, o já mencionado irmão Channel, na qual comunica a população interessada sobre as atividades e matrículas do recém-inaugurado instituto de ensino.

Tenho a honra de participar-vos que, a 8 do corrente mês, os Irmão Maristas, sob os auspícios do S. Ex. Rev.mo. o Sr. Bispo Diocesano, abriram o Colégio Diocesano, então Instituto Alagoano, na Rua 15 de novembro, n. 97, para instrução e educação dos meninos de 5 a 12 anos, em geral.

O ensino primário e secundário é ministrado conforme os programas oficiais aprovados, quer pelo Governo Federal, quer pelo desde Estado.

²⁰¹ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano.** Roma: 1899, Título IX, Cap. I, § 674.

²⁰² Douglas Apratto Tenório faz algumas considerações sobre os estabelecimentos de ensino alagoanos e menciona que o colégio 15 de Março funcionava na Rua Boa Vista, no centro de Maceió, e era dirigido pelo Professor Agneli Barbosa; o Coração de Jesus, ficava na rua Apolo, também localizado no bairro do Centro, era um estabelecimento destinado a mocidade feminina; havia também o colégio 24 de Fevereiro, dirigido pelo professor Luiz Carlos de Souza Netto. No interior do estado podem-se indicar o Externato Pilarense, em Pilar; São João, em Penedo e o Hilário Ribeiro, em Pão de Açúcar. COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas.** Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 350; TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias.** Maceió: EDUFAL, 2009, p. 31.

²⁰³ GUTENBERG, Maceió, 12 de janeiro de 1905.

²⁰⁴ QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2015, p.276.

Admitem-se alunos internos, semi-internos e externos: Os internos pagarão por trimestre 180\$, os semi-internos 105\$, e os externos, do curso primário 5\$ por mês.

Estes preços ficam sujeitos à mudança de acordo com o Rev. Diretor. O Colégio está montando num belo, espaçoso e saudável prédio onde, a par da boa higiene, ha[sic] uma ativa direção e fiscalização em bem dos educandos. O corpo docente será composto de professores Maristas e outros seculares desta capital.²⁰⁵

Por outro lado, as Irmãs Sacramentinas, responsáveis pelas atividades do Colégio o Santíssimo Sacramento, constituíam uma congregação religiosa foi fundada no ano de 1715, em Boucieu-le-Roi, França, por Pierre Vigne. Desde o momento de sua criação foi uma ordem religiosa direcionada exclusivamente às mulheres. Entre as suas atividades está o incentivo a devoção feminina ao culto eucarístico. Mais tarde o campo educacional também passou a ser uma forma de sua atuação. As escolas por elas administradas são destinadas, de início, apenas ao público feminino. Assim ocorreu com o Colégio Santíssimo Sacramento em Maceió nos seus primórdios.

Em Maceió, essas mesmas religiosas assumiram o asilo de Órfãs de N. Senhora do Bom Conselho, localizado no bairro de Bebedouro, em 1904. Nas décadas posteriores, segundo Álvaro Queiroz, as irmãs do Santíssimo Sacramento desenvolveram vários trabalhos envolvendo educação e amparo social em favor de crianças pobres da periferia da capital do Estado.²⁰⁶

A inserção dos Irmãos Maristas e das Irmãs Sacramentinas,²⁰⁷ na conjuntura em questão possibilita entender um pouco a extensão da preocupação da hierarquia católica relacionada com a distribuição dos "papeis sociais", mais especificamente com a conservação de um *status quo* que preza pela representação de uma ordem social dividida entre os espaços destinados às mulheres, e aqueles direcionados aos homens.²⁰⁸

O intuito da educação na óptica do pensamento eclesiástico vinculado à política da romanização seria criar "bons cidadãos", homens ligados à esfera pública, formados nos valores católicos, que poderiam atuar na linha de frente, a fim de defender os interesses da instituição

²⁰⁵ EVOLUCIONISTA, Maceió, 8 de fevereiro de 1905.

²⁰⁶ QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 275.

²⁰⁷ Na história eclesiástica em Alagoas podem ser encontradas referências às ordens religiosas desde o século XVIII: franciscanos, capuchinhos, jesuítas. Houve também a experiências religiosas de ordens marianas, além das Irmãs do Santíssimo Sacramento. Para o contexto do primeiro bispado, no entanto, a presença e atividades dos irmãos maristas e das Irmãs do Santíssimo Sacramento inserem-se no bojo de reordenação do catolicismo em terras Alagoanas. Cf. QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, pp. 113-119, 277-281.

²⁰⁸ AZZI, Riolando. A presença da Igreja na sociedade brasileira e a formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular 2008, p. 23.

eclesiástica. O papel das mulheres seria o de liderança dos movimentos laicos, na difusão de novas formas de devoção.²⁰⁹ No entanto, ainda continuariam reclusas no espaço privado, destinadas a serem boas mães católicas e com o dever de criar seus filhos dentro dos princípios e valores estabelecidos pela Igreja. Para além do campo da educação, a presença das ordens religiosas mescla-se com outros elementos: a difusão de novas formas de devoção, a reestruturação das associações leigas, por exemplo, as irmandades, e, por fim, o controle das manifestações e práticas associadas à religiosidade popular, como procissões e romarias.²¹⁰

No entanto para a hierarquia católica, influenciar os fiéis por meio da educação, e por meio de instrução doutrinal não pareceu ser o bastante. Seria preciso também fazer-se presente no cotidiano das categorias mais humildes que compunham a população da diocese. As visitas pastorais inserem-se nesta forma de estratégia. As *Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia* de 1707²¹¹, traziam instruções acerca das práticas de tais visitas que deveriam ser realizadas periodicamente. Seria uma forma de o bispo conhecer os fiéis que habitavam as regiões que fazem parte das dioceses, e bem como monitorar e averiguar se os párocos estavam instruindo corretamente os fiéis, e se não haveria relaxamento doutrinal e moral por parte do clero.

3.3.2. As visitas pastorais (1905 a 1908)

As grandes faixas territoriais que correspondiam às dioceses, em muitas ocasiões, acabavam por tornar o exercício de monitoramento do clero e dos fiéis pelo o bispo algo difícil. Como forma de dobrar essa dificuldade instituiu-se a prática das visitas pastorais, solenidade a qual o prelado em pessoa percorria as paróquias sob a sua jurisdição, batizando, realizando, confissões, crismas e casamentos, observando a forma como o pároco instruíra os seus “fregueses” na doutrina católica. Na impossibilidade ou contratempo que impedisse o bispo de realizar esta respectiva atividade foi instituído a função do “visitador diocesano”; ou seja, um vigário nomeado pelo bispo que se tornaria responsável em aplicar os encaminhamentos na região visitada, assim como ser seus os olhos e ouvidos.²¹²

²⁰⁹ SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 123-124.

²¹⁰ SERPA, Élio Cantalício. Igreja e poder na Primeira República. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, pp. 89-90.

²¹¹ **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)**. São Paulo: Typografia 2 de dezembro 1853.

²¹² O Concílio de Trento, realizado no século, destaca que “se os Bispos não puderem visitar, pessoalmente ou por seu Vigário Geral ou Visitador, em caso de estarem legitimamente impedidos, todos os anos toda sua diocese,

Sua regulamentação tem a finalidade de cumprir as instruções do Concílio de Trento, realizado no século XVI, que definia a sua ocorrência como uma ferramenta para “expelir as heresias, promover os bons costumes e corrigir os maus, inflamar o povo com exortações e conselhos à religião, paz e inocência, para regularizar todas as demais coisas com utilidade aos fiéis segundo à prudência dos visitantes, e como houver predisposição do lugar, do tempo e das circunstâncias”.²¹³ No século XX, a ata do concílio plenário latino-americano sugere a intensificação da prática das visitas pastorais pelos próprios bispos:

Não deixem os bispos de visitar pessoalmente as suas próprias dioceses, ou em caso de impedimento legítimo, através de seu vigário geral ou outro visitante, ou por alguns eclesiásticos recomendados por sua ciência, piedade, destreza e maturidade na administração dos negócios. Tendo em vista a grande extensão das nossas dioceses, e por outro lado a grande utilidade da visita pessoal, praticada pelo próprio Bispo, é necessário tentar com toda persistência que o Bispo chegue em devido tempo, inclusive aos lugares já visitados. pelo seu representante; e para consegui-lo mais facilmente, dividir a diocese em regiões e visitar região por região, para que em certo número de anos toda a diocese seja visitada.²¹⁴

Durante o tempo do bispado de Dom Antônio Brandão se encontram nos jornais referências e relatos de visitas pastorais realizadas pelo prelado no território alagoano, em específico entre os anos 1905 e 1908. Neles se notam ricas descrições sobre a rotina do bispo ao visitar as paróquias, e as celebrações como consequência desse evento, como se observa na apresentação minuciosa da visita do prelado à freguesia de Palmeira dos Índios:

Como era esperado chegou no dia 21 [de janeiro de 1905] a Palmeira dos Índios, o Chefe da Igreja Alagoana, D. Antônio Brandão.

Duas léguas antes de chegar ao ponto de seu destino foi S. Excia. Surpreendido por um numeroso grupo de cavalheiros que vinham esperá-lo, trocando por essa ocasião diversos vivas.

Ao fim de meia hora entrava S. Excia Rev.mo. a cidade no meio das aclamações da população, encontrando-se todas as ruas caprichosamente ornamentadas.

Em frente à residência do Rev. Vigário, onde demorou S. Excia. achava-se levantado um elegante coreto, donde a Filarmônica Palmeirense saudou a S. Excia. ao som do hino nacional, tocando até as 11 da noite.

Às 8 horas da manhã S. Excia. acompanhado de grande massa popular, tendo recebido na Igreja do Rosário as insígnias pontificais, dirigiu-se para a Igreja Matriz onde fez entrada solene por entre duas filas de gentis senhoritas que formavam a guarda de honra do Sagrado Coração de Jesus.

A porta do templo um escolhido grupo de meninas atirou sobre a cabeça do Prelado alagoano flores em profusão.

devido à sua grande extensão, não deixe ao menos de visitar a maior parte delas, de modo que se complete toda a visita por si ou por seus Visitadores em todos os anos”. Cf. **Concílio Ecumênico de Trento**. Secção XXIV, Capítulo III, em 11 de novembro de 1563.

²¹³ **Concílio Ecumênico de Trento**. Secção XXIV, Capítulo III, em 11 de novembro de 1563.

²¹⁴ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano**. Roma: 1899, Título III, Cap. II, §200.

Observando todas as prescrições do Pontifical Romano, S.Excia dirigiu-se ao altar-mor da Igreja Matriz, que se achava cuidadosamente decorado com muita arte e elegância, e depois das orações do estilo tomou assento no solo episcopal e expôs aos seus diocesanos o fim da visita pastoral e a obrigação que tem os Bispos como pastores, que são, de visitar as suas ovelhas para que elas o conheçam, segundo estas palavras das Sagradas Letras: *Ite in mundum universum predicate Evangelium omni creatura.*

Imediatamente visitou o tabernáculo dando por essa ocasião benção do S. Sacramento, a lâmpada, os confessionários, a bia batismal, encontrando tudo na melhor ordem possível, devido ao zelo do respectivo pároco Padre João Guimarães Lessa, que tem sabido com o seu trato amável captar a simpatia de seus paroquianos.

No dia de sua chegada S. Excia recebeu a visita dos representantes da Sociedade S. Vicente de Paulo, orando por ocasião o major Vieira de Brito.

No dia imediato fez-se representar a Centro Dramático Palmeirense, por doze sócios presendidos[sic] pelo Promotor Público, dr. Helvecio tendo lido uma elaborada saudação a S. Excia o sr. Artur Cavalcante.

A noute[sic] o Sr. Bispo recebeu as associadas do Sagrado Coração tendo a sua frente a exma. sra. D. Antônia Romualda, da Costa, incansável presidente das zeladoras do mesmo Apostolado. S. Excia Rev.mo. foi saudado por uma gentil senhorita que terminou seu conciso discurso ofertando ao Príncipe da Igreja Alagoano um lindo buquê pedindo a sua benção.

S. Excia respondeu a saudação excitando todas as associadas a trabalhar afim de que se verifiquem em breve as palavras do Padre Nosso: *Advenial regunmtuum.*

O sr. Bispo Diocesano também a convite do Presidente assistiu no mesmo dia a sessão ordinária da Sociedade de S. Vicente de Paulo, na qual ocupou a atenção dos confrades durante 40 minutos dissertando acerca da caridade cristã.

Durante os dias que S. Excia. permaneceu entre os Palmeirenses foram crismadas 1.857 pessoas.

Na tarde de domingo, foi o Sr. Bispo em romaria ao cemitério, em cujo portão liam-se estas consoladoras palavras: *Beati mortui que Domino moriuntur.* Nesse campo Santo após uma breve alocução comovedora acerca da devoção das almas do purgatório, o venerado Prelado deu solenemente a absolvição dos defuntos, desfilando a piedosa romaria em regresso a Igreja matriz.

Aí S.Excia apresentou a todos os seus filhos em Jesus Cristo as suas despedidas, agradeceu em um substancioso discurso o bom acolhimento que os palmeirenses lhe dispensaram durante os poucos dias que entre eles permaneceu.²¹⁵

Da zona da mata ao sertão, as páginas dos jornais trazem narrações sobre as visitas pastorais, quer seja em pequenos informativos mencionando a sua localização atual, quer seja com longos e descritivos artigos relacionados aos trabalhos eclesiais do prelado. O interessante a ser mencionado é que os artigos mais extensos no detalhamento das visitas indicariam que, não importando o local, elas seguiam uma estrutura similar: celebração pela chegada do líder diocesano, sua visita à matriz e às obras locais coordenadas pelo pároco; em

²¹⁵ EVOLUCIONISTA, Maceió, 31 de janeiro de 1905.

seguida o culto litúrgico, com a participação dos fiéis e membros das associações religiosas, a verificação e participação em reuniões de confrarias leigas e, por fim, um culto de despedida, no qual D. Antônio Brandão agradecia pela colaboração dos fiéis durante o período em que se hospedou na freguesia pelo motivo da visita pastoral. Nessas ocasiões, também, o bispo aproveitava para exercer seu poder simbólico sacramental, batizando e, oferecendo a primeira comunhão, crisma e matrimônio.

No entanto, os veículos jornalísticos da época foram mais do que um meio de informar os itinerários e os trabalhos eclesiásticos de D. Antônio Brandão. Os periódicos em circulação tendem a refletir um ambiente marcado por eclosão de conflitos, como uma extensão da atmosfera social no momento histórico nos quais estão inseridos. Por outro lado, também se tornaram uma ferramenta de apologia e defesa da instituição católica. Disso será tratado a seguir.

3.3.3. A imprensa católica em Alagoas: O jornal *A Fé Christã* (1902-1907)

Os jornais, semanários e periódicos são uma ótima ferramenta de propagação de ideias.²¹⁶ Sua praticidade e fácil locomoção possibilitam uma rápida difusão de informações. Contudo, eles também podem se tornar propagadores de ideologias políticas e religiosas, como as verificadas no caso do presente estudo. E o mais importante: esses veículos informativos são sempre direcionados a públicos específicos. Observa-se essa característica durante a leitura de jornais como: *O Orbe*, *Gutenberg*, *Jornal de Penedo*, *Evolucionista*; entre os seus redatores notam-se aproximações com a instituição católica.²¹⁷

Sabe-se que os jornais ou o desenvolvimento de uma imprensa católica (ou um sistema informativo sobre a influência da Igreja Católica, como pode ser observado em Alagoas) fizeram parte das estratégias institucionais e, ao mesmo tempo, das práticas pastorais adotadas pelo clero. Uma possibilidade de entender a opção pelo uso da imprensa pode ser a aproximação com o discurso ultramontano que respaldou a política eclesiástica e o pensamento conversador

²¹⁶ BECKER, Jean-François. A opinião Pública. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 188.

²¹⁷ KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. In: **Mneme** – Revista De Humanidades, 11(29), 2011 – jan. / jul., p.146; REIS, Marcus Vinicius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX. In: **Diversidade Religiosa**, v. 6, nº 1, João Pessoa, 2016, p. 164; MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 168.

presente nas elites sociais, reforçando a representação do catolicismo como um meio de sustentar a ordem vigente, o *status quo* e os privilégios das categorias que detinham o poder.

Para o catolicismo, a sociedade encontrava-se em um processo contínuo de degradação moral por causa da difusão de correntes de pensamentos consideradas errôneas que iam de encontro à doutrina católica imposta na coletividade. As cartas encíclicas pontifícias da segunda metade do século XIX já apontavam essa característica²¹⁸ e com o passar do tempo a ideia só se fortaleceu. No século posterior, as atas do Concílio plenário traziam um extenso capítulo sobre o uso da “boa imprensa”, ou seja, um sistema jornalístico voltado aos interesses católicos. Para o documento conciliar o jornal aparece como um meio da instituição eclesiástica “defender os seus interesses”, por meio da elaboração de textos visando a “proteção” da moralidade, da família, da consciência da população brasileira, enfim, da sociedade.

No discurso católico, há uma batalha a ser travada pela consciência e pelo o bem da sociedade. E, como ferramenta para vencer a “guerra”, a hierarquia católica teria que usar das mesmas armas que o inimigo.²¹⁹ Nesse caso, a instituição religiosa católica passou a contar com o uso de materiais impressos, visando combater o discurso anticlerical, maçônico e liberal nos jornais; a distribuição de panfletos e livros pelas congregações protestantes e, a propaganda espírita por meio de cartazes.

No cenário alagoano, além dos jornais e semanários mencionados que contaram com a participação de membros do clero e laicato, parece que a “imprensa católica” não chegou a constituir um campo de atuação mais sólida.²²⁰ Para o contexto estudado destaca-se a publicação de um periódico católico na cidade de Penedo, já mencionado nas páginas anteriores, *A Fé Christã*, publicado desde 11 de janeiro de 1902, ficando em circulação até 1907. Logo nas páginas iniciais de sua primeira edição o periódico deixa claro o seu propósito: "semanário dedicado aos interesses da religião católica". E o seu corpo editorial, composto por diversos sacerdotes e seculares "de reconhecida competência", apontando a atuação de intelectuais leigos nos trabalhos desenvolvidos pelo jornal.

²¹⁸ Podem ser citadas as cartas encíclicas: *Mirari Vos: Sobre os principais erros de seu tempo* (1832) de Papa Gregório XVI, *o Syllabus: Contendo os principais erros da nossa época*. (1861) e o seu anexo, *Quanta Cura: Sobre os principais erros da época* (1864), ambas assinadas pelo Papa Pio IX, e a *Constituição Dogmática Dei Filius* (1870), fruto dos debates do Concílio Ecumênico Vaticano I, ocorrido em Roma entre os anos de 1869 a 1870.

²¹⁹ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano**. Roma: 1899, Título X, Capítulo VII, § 723.

²²⁰ Consta no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional um exemplar do periódico *Imprensa Católica*, publicado durante a segunda metade do século XIX, no qual se nota a presença de um forte discurso próximo ao conservadorismo político, ao qual o pensamento ultramontano passou a interligar-se. No século XX, além de *A Fé Christã*, em Alagoas teremos a publicação do jornal *O Semeador*, na cidade de Maceió, a partir de 1913.

O tipógrafo responsável pela publicação das edições do jornal foi o senhor Aquiles/Achiles Mello, um militar e político influente e respeitado nas Alagoas, nos anos anteriores comandou a publicação do jornal O trabalho, mesmo nome de sua empresa tipográfica na cidade de Penedo. Em sua primeira edição consta um artigo intitulado "Nossa orientação"²²¹, no qual um dos redatores, que não se identificou, considera os jornais um dos pontos altos do "processo de civilização" da sociedade moderna. E afirma que o papel do periódico católico é "apostolar e concretizar dos principais ideais da religião católica e combater, destruir, os erros impostos pela modernidade". Demarcando objeto do *A Fé Christã* como um instrumento de propagação e defesa do catolicismo.²²²

Os documentos pontifícios da segunda metade do século XIX traziam inúmeros contrapontos à "modernidade". Conforme estes documentos, o "mundo moderno", ou seja, todos os processos de mudanças estruturais, culturais, políticas e coletivas que a sociedade sofreu nos últimos séculos, seria o responsável pelo estado de degradação humana, pelo rompimento com o sagrado e o "afastamento" progressivo da "religião" (essencialmente a católica) por parte da coletividade.

O processo de secularização, ou como definiu Peter Berger, o procedimento pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos²²³, e o ateísmo eram considerados nas falas do clero consequências da temida Modernidade. Mudanças de costumes, as tendências à liberdade de crença e consciência, também eram criticados pelos documentos pontifícios da segunda metade do século XIX. A *Quanta Cura* e o seu anexo, *Syllabus Errorum*, de Pio IX, são considerados o ápice das críticas católicas à Modernidade, para além das cartas encíclicas, e foram reelaboradas nas páginas dos jornais, por meio de artigos escritos pelo clero. O mundo moderno e tudo associado a ele são considerados um perigo à fé católica e a sociedade; por isso precisavam ser combatidos:

A HERESIA ATUAL

A nossa civilização - diz Cesar Balbo – é Cristã e filha da religião de Jesus Cristo. O que debilita a religião cristã, embaraça o progresso e a civilização. Quem pretende, pois, fortalecer a ideia de humanidade, progresso e civilização, divorciando-se da fé cristã em cujo seio ela nasceu e se nutriu durante séculos, procura o impossível: Quem, porém, em nome desta ideia

²²¹ **A FÉ CHRISTÃ**, Penedo, 11 de janeiro de 1902.

²²² Indica-se os artigos no momento inéditos da professora Irinéia Maria Franco dos Santos aonde se discutem a articulação do jornal católico penedense como instrumento de conservação de visões de mundo e debates políticos. Cf. SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Conflitos religiosos, visões de mundo e relações de poder na imprensa católica: "A Fé Christã" (Alagoas, 1902-1907). Porto Alegre: UFRGS, 2018 [no prelo] e SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Catolicismo e política no A Fé Christã: disputas político-ideológicas na imprensa católica da Primeira República (Alagoas, 1902-1907). Porto Alegre: UFRGS, 2018 [no prelo]

²²³ BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985, p. 119.

combate o Cristianismo, os seus dogmas e as doutrinas que desses mesmos dogmas se deduzem, está minando o terreno sobre o que habita. A tentativa de arrancar a religião e a Igreja a sua influência para transferi-la ao Estado (secularização da sociedade) e a divinização do Estado Moderno que é a consequência imediata, e precisamente a heresia da época atual, a maior das heresias.²²⁴

A apologética católica, ou seja, a defesa da fé e de uma sociedade conforme os valores do catolicismo não se detinham apenas no campo das ideias, nos embates filosóficos e políticos, ou por busca em reforçar a influência da religião no âmbito político. As tensões em outras esferas sociais acabam por se refletir em outros âmbitos, como é o caso do religioso mais amplo. Uma das principais contraposições do discurso romanizador católico foi referente à questão da liberdade de crença, que nada mais é que o direito de cada indivíduo de professar a forma de fé que julga mais conveniente. Para a hierarquia católica isso representou um desafio, pois significava igualar o catolicismo a outras formas vigentes de manifestação religiosa. E como forma de reafirmar-se diante de sua nova realidade social, a hierarquia saiu em campanha por meio dos jornais, para legitimar sua suposta pretendida posição como religião majoritária e, acima de tudo, a única verdadeira. Em alguns casos, se tentou desmoralizar a fé do Outro para obtenção deste objetivo. Três grupos, mais precisamente, foram visados por esta estratégia do clero: os maçons, ainda como resquício dos atritos da chamada “Questão Religiosa”; os protestantes e os espíritas, este último, nos textos da “boa imprensa” encontravam-se subdivididos entre o espiritismo kardecista; o espiritualismo; ligado a práticas mediúnicas relacionadas a ocultismo, como hipnose, magnetismo e ilusionismo; e o “fetichismo”, aonde se enquadrava as formas de religiosidade popular e manifestações de matriz africana.

Uma categoria política e filosófica que constantemente aparece nas páginas do *A Fé Cristã* é a maçonaria. Para Giocondo Martina os embates entre maçons e católicos eclodiram no século XIX²²⁵, a principal motivação para a ocorrência de conflitos era o discurso anticlerical, marcado por uma crítica recorrente à religião, em especial o catolicismo, e a sua influência no campo político e social. Por outro lado, para a igreja católica, a Maçonaria é uma das principais difusoras das “ideias revolucionárias” e deístas.²²⁶

O discurso antimaçônico ganhou força em dois momentos históricos diferentes: primeiro durante a Revolução Francesa (1789) e nas revoluções liberais ocorridas 1820 e

²²⁴ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 27 de junho de 1903.

²²⁵ MARTINA, Giocomo. **História da Igreja: De Lutero aos nossos dias. Vol. III: A era do Liberalismo**. 2ª ed. - São Paulo: Loyola. 2005, p. 310.

²²⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 425.

1848²²⁷, influenciadas pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade (do francês *Liberté, Egalité, Fraternité*). Na Europa, ainda no século XIX, se registraram na França, Bélgica e Itália conflitos entre o clero ultramontano, defensores do papa, e os maçons.²²⁸

No território brasileiro os conflitos entre os bispos do Pará e Pernambuco com a burocracia imperial, ou seja, entre o ultramontanismo e a política regalista, correspondem à tentativa de inserir a igreja católica brasileira na conjuntura hostil dos embates recorrentes na Europa²²⁹ e, eram frutos de um casamento híbrido, mal sucedido, entre a Igreja ultramontana e um Estado liberal.²³⁰ Décadas depois, as atas do Concílio Plenário Latino-Americano fazem referências à continuidade do discurso antimaçônico. Os bispos conciliares apontam a Maçonaria como uma das principais ameaças à fé católica e, por isso, ela precisa ser combatida.²³¹

Nos artigos do jornal penedense, escrito pelo redator que assina como Cincinato, notam-se a reprodução das falas recorrentes utilizadas pela hierarquia católica com a finalidade de reforçar a imagem elaborada acerca da maçonaria. Ela é vista como uma instituição maligna, que utiliza a concepção de fraternidade e de filantropia como fachada com a finalidade de enganar a sociedade e levá-la ao ateísmo:

As sociedades secretas, ou franco-maçônicas, têm um fim público e outro oculto.

O fim público o que é conhecido da imensa maioria dos associados reduz-se a proclamar e a fomentar o indiferentismo e preparar o caminho para incredulidade e a revolução, por meio de aparências suaves ou indiferentes.

O segundo, o "oculto", que se é conhecido dos iniciados, encaminha-se a utilizar a [ilegível] e ignorância dos associados comuns em proveito da incredulidade e da revolução.

O objetivo, pois, da Franca - maçonaria é o naturalismo ou a negação de Deus, ou da ordem sobrenatural; mas os francos-maçons dividem-se em direções que sabem o que fazem, e em cegos instrumentos que não sabem se quer a significação do que fazem. A maçonaria é, na sua essência, o ódio ao Céu, ou a guerra sistemática a Religião católica.

Já sabemos que negam isto os que têm interesse em negá-lo; mas poderá negar-se que a maçonaria não fomenta em ninguém a fé nem o zelo pela Religião? Poderá negar-se que todos os esforços, mesmo públicos da maçonaria, se dirigem a diminuir o zelo religioso ou a propagar o indiferentismo? Poderá negar-se que os filiados na maçonaria de dia para dia se mostram menos religiosos? Enfim, poderá negar-se que na maçonaria quem

²²⁷ Principalmente em países como: Bélgica, Portugal, França, Áustria, Alemanha e Itália.

²²⁸ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: De Lutero aos nossos dias. Vol. III: A era do Liberalismo.** 2ª ed. - São Paulo: Loyola. 2005pp. 312-316.

²²⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889).** Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015, pp. 420-421.

²³⁰ HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX.** 4ª Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 246.

²³¹ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano.** Título II, Seção VII, §167.

tem maior preponderância e adquire mais grão são os que renunciam de todo o Catolicismo ou maior ódio mostra contra a religião católica?
 E não provará tudo isto que a maçonaria é inimiga da religião Católica?
 Fazemos estas observações a fim de contribuir um pouco para que abram os olhos certas pessoas as quais com a maior boa-fé crêem que a maçonaria não é mais do que uma sociedade filantrópica ou de beneficência humana.²³²

Dentre os pontos tratados pelo artigo de Cincinato, destaca-se a associação entre a franco-maçonaria e o naturalismo, uma corrente filosófica, vertente do materialismo, que defende que os fatos e acontecimentos se dão de forma natural, excluindo qualquer explicação motivada por agentes transcendentais ou sobrenaturais (divindades). A grosso modo, a filosofia naturalista passou ser interpretada pelos defensores do catolicismo como o um germe do ateísmo científico, marcado pela negação da intervenção de Deus e substituindo as explicações sobrenaturais dos fenômenos por uma justificativa racionalizada.

Para a Igreja católica influenciada pela interpretação da História como "narração da salvação da humanidade" por um Ser Superior, o naturalismo se torna uma ameaça, pois tentou explicar os fatos históricos levando em conta a conjuntura social, econômica e política, afastando a participação do "divino" dos acontecimentos processuais.²³³ Os impasses entre catolicismo e maçonaria, como as demais tensões no campo religioso, correspondem a conflitos de visões de mundo, percepções da realidade. E no discurso da instituição eclesiástica há a ocorrência de uma guerra entre a ordem (representada pelo catolicismo) e o caos (representado pelas seitas e heresias modernas), cujo prêmio é a conquista da hegemonia sobre as "as consciências da sociedade".

Entre outros inimigos a serem combatidos destaca-se o protestantismo. As páginas de *A Fé Cristã* se posicionam na concepção de artigos a desmoralização das lideranças protestantes frente aos leitores e, procuram desenvolver uma imagem dos adeptos do protestantismo como indivíduos maldosos, com intenções perversas de afastar os fiéis católicos da "verdadeira religião".²³⁴ O momento histórico da criação do bispado de Alagoas coincide com a presença de missionários metodistas e presbiterianos no estado, como já visto. Entre os anos 1900 a 1910, se verifica a menção da realização de cultos protestantes tanto na capital e em cidades do interior, no caso Penedo. A "interiorização" das missões protestantes, ou seja, a expansão das denominações batista, presbiteriana e metodista para localidades predominantemente rurais do

²³² **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 13 de setembro de 1902.

²³³ Para saber mais sobre essa questão ler MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da História: Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.

²³⁴ **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 10 de maio e 6 de setembro de 1902.

estado podem ser indicadas como a principal motivação da “campanha antiprotestante” católica no *A Fé Christã*:

Acha-se nesta cidade, vindo no último vapor do Norte, o celebre Salomão, protestante que tem estes dias feito falação, chamando o povo incauto a ouvir a doutrina do irrequieto Lutero, que, como Judas, no momento de desespero, morreu enforcado.

Prevenimos ao povo católico que não assista a pregação do irreligioso Salomão, não ouça sua manhosa cantilena, não aceite os seus livros, folhetos e jornais ímpios.

Cuidado, povo católico.

Ouçamos somente a palavra dos Ministros da Religião Católica, que é a única, verdadeira, instituída por N. Senhor Jesus Cristo.

Todo o ensino que não está de acordo com a santa Madre Igreja, é falso, é um invento grosseiro.

Cuidado com o Salomão e outros embusteiros!

Estejamos sempre na presença de Jesus, Maria Santíssima e seus santos para que a palavra não nos atinja. Para que o porta-voz da mentira não tire proveito entre os nossos patrícios despercebidos.

Satanás é sagaz, sabe enganar, também acredita na existência de Deus; e os seus emissários pela mesma forma também, falem em Deus para iludir.

O próprio demônio tentou, pretende enganar o próprio Jesus Cristo, que o repeliu.

Cuidado com o Salomão.²³⁵

A passagem acima traz referência à presença do missionário protestante Salomão Ginzburg (ou Ginsburg), como já vimos, um velho conhecido dos editores do periódico penedense. Ginzburg foi um líder religioso ligado à denominação batista conforme as informações encontradas nos jornais da época, enquadrando-se dentro de um movimento presente no Brasil desde o final do século XIX, conhecido como “protestantismo de missão”. Como a própria expressão indica, este movimento se caracteriza pelos trabalhos de evangelização de missionários estrangeiros (no geral vindo dos Estados Unidos) vinculados, principalmente, às denominações metodista, presbiteriana e batista.²³⁶ Esses grupos tinham a pretensão de difundir a fé protestante e, conseqüentemente, criar igrejas para a realização de seus cultos e fundar de escolas.²³⁷ Como método evangelístico típico consta o recurso da

²³⁵ **A FÉ CHRISTÃ**, Penedo, 9 de fevereiro de 1907.

²³⁶ CAMPOS, Leonildo Silveira. O protestantismo de missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa. In: **Revista Educação & Linguagem**, v.17, nº 1, jan - jun,2014, p. 107; CAVALCANTI, H.B. O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a experiência Presbiteriana e Batista. In: **Revista de Estudos da Religião**, Nº 4 / 2001 / p. 65.

²³⁷ CAMPOS, Leonildo Silveira. O protestantismo de missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa. In: **Revista Educação & Linguagem**, v.17, nº 1, jan - jun,2014, p.104; CAVALCANTI, H.B. O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a experiência Presbiteriana e Batista. In: **Revista de Estudos da Religião**, Nº 4 / 2001, p. 83; SANTOS, Lyndon de Araújo. O protestantismo no advento da República no Brasil: Discursos, estratégias e conflitos. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010, p. 80.

pregação de casa em casa. Também evangelizavam nas ruas, distribuindo bíblias e panfletos.²³⁸ No *A Fé Christã* encontra-se a menção a essas práticas²³⁹ com um tom de crítica os redatores tentam alertar os leitores sobre os perigos do “protestantismo de Salomão.”²⁴⁰

A presença de indivíduos que professam o protestantismo na cidade de Penedo – e em outras localidades próximas – parece ter incomodado bastante o clero, ao ponto de seus membros transferirem, por assim dizer, “a culpa” ao principal representante da doutrina protestante na região, o já mencionado missionário. Os periódicos relatam a trajetória de sua missão entre as regiões de Alagoas e Pernambuco. Sua primeira passagem pelo território alagoano ocorreu no ano de 1897, em Maceió.²⁴¹ Cinco anos depois, em 1902, ele inicia seus trabalhos em Penedo e no mesmo ano funda a primeira igreja batista da cidade.

Para a história do catolicismo em Alagoas, a cidade de Penedo possui um peso significativo, fundada no século XVII, correspondendo a uma das primeiras vilas que foram criadas na antiga comarca de Alagoas. No século XVIII, a freguesia possuía dez capelas filiais, um convento de frades franciscanos e, posteriormente, foi fundado um estabelecimento sob a direção da ordem beneditina.²⁴² Dessa forma, percebe-se que a presença intensa de atividades associadas à Igreja Católica contribuiu para a elaboração discursiva que articulava o catolicismo como um elemento “enraizado nas almas dos habitantes de Penedo”.²⁴³ Ao considerar a relação entre Igreja Católica e a história local percebe-se as raízes específicas do discurso apologético desenvolvido pelo clero.

A glorificação da existência do catolicismo em Penedo acabou por se tornar o principal mecanismo de defesa não só contra o protestantismo, mas também contra qualquer doutrina religiosa ou política que fosse de encontro às concepções e visões de mundo Igreja Católica. *A Fé Christã* deixa bem explícito o seu objetivo: é um periódico em favor dos interesses da Igreja Católica e possui a finalidade de denunciar “os enganos” propagados pelo protestantismo e outros inimigos da instituição eclesiástica.²⁴⁴

Dessa forma, o objetivo do periódico é gerar descrença nas lideranças ou praticantes de outras expressões religiosas diante da população e salientar, incansavelmente, que a única e

²³⁸ PEREIRA, Valdinei Aparecido. **Protestantismo e Modernidade no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) - São Paulo: USP, 2008, p. 190.

²³⁹ Conferir as edições de 10 de maio de 1902, 24 de maio de 1902 e 18 de outubro de 1902.

²⁴⁰ **A FÉ CHRISTÃ**. Penedo, 14 de fevereiro de 1903.

²⁴¹ **A FÉ CHRISTÃ**. Penedo, 26 de abril de 1902.

²⁴² COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 48; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, pp. 90-91.

²⁴³ **A FÉ CHRISTÃ**. Penedo, 18 de janeiro de 1902.

²⁴⁴ **A FÉ CHRISTÃ**, Penedo, 13 de setembro de 1902.

verdadeira religião é a católica.²⁴⁵ Um ponto pertinente a se ressaltar, de acordo com os artigos do periódico, é que as principais “vítimas” da divulgação protestante seriam pessoas “ignorantes”, sem instrução e humildes.²⁴⁶ Segundo Scott Mainwaring, os setores mais humildes da população teriam mais predisposição a assimilar outras formas de doutrinas religiosas, o que, de outro lado, o que era compreendido como uma das principais dificuldades a serem enfrentadas do catolicismo.²⁴⁷

Observam-se esses elementos quando se analisar o artigo intitulado "A nova seita de Palmeira dos Índios"²⁴⁸, escrito pelo redator Mario de Carvalho, em 20 de julho de 1903, e publicado na edição do mês seguinte do jornal penedense. O autor em seu texto elabora críticas à presença protestante na região palmeirense e como alguns fiéis católicos e "estudados" conseguiram se afastar das investidas protestantes. Carvalho também menciona a ocorrência do seguinte acontecimento: durante as celebrações do 10^a aniversário do Apostolado do Coração de Jesus, o sr. Fernando Sandes, supostamente pastor protestante, entrou na igreja matriz e passou a distribuir junto com crianças folhetos de propaganda evangelísticas, o que acabou por gerar indignação das pessoas ali presentes.

Após esse breve relato o jornalista reproduz as suas críticas às lideranças protestantes, denominados por ele como "modernos satãs cristãos", às doutrinas propagadas pelos missionários na região e às suas práticas religiosas, de modo específico o batismo, salientando que representam erros doutrinários e sacramentais, uma apostasia ao catolicismo. No final do artigo Mario Carvalho faz uma exaltação à igreja católica ao escrever: "Viva sempre a Igreja Católica! Abaixo o protestantismo, religião de Satanás!!".

A mesma tática foi utilizada pelo jornal católico em relação à propaganda espírita nos municípios alagoanos. O discurso desenvolvido para as religiões de caráter mediúnico tem a especificidade de atribuí à religião espírita/espírita o caráter de superstição, charlatanismo e de não passarem de ilusionismo barato para enganar os bons cidadãos católicos.²⁴⁹ Na edição de 10 de dezembro de 1904 foi publicado um artigo no qual com o redator tenta convencer os leitores a não participarem das reuniões organizadas pelos grupos espíritas.

Como órgão do Catolicismo, nos cumpre declarar peremptoriamente [sic] que os católicos não podem assistir a sessões espiritísticas [sic] e, muito menos, tomar parte delas, nem ler livros ou jornais espiritísticos [sic], nem consultar a pessoas que tratam de moléstias por meio do espiritismo. O Espiritismo é

²⁴⁵ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 24 de março de 1902.

²⁴⁶ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 26 de abril de 1902.

²⁴⁷ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 50.

²⁴⁸ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 15 de agosto de 1903.

²⁴⁹ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 4 de junho de 1904 e 3 de junho de 1905.

uma seita condenada pela Igreja Católica, em razão dos perigos que a encerra[sic] e dos erros que ensina contra os seus dogmas: Para nenhum cristão admiti-lo saber que os sectários[sic] do espiritismo negam a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo. Acautelem-se, pois, os fiéis católicos.²⁵⁰

Também aqui ecoam as recomendações do tantas vezes citado Concílio Plenário, de 1899, que considerada o espiritismo o ápice das ameaças heterodoxas à verdadeira religião. A leitura das atas conciliares aponta a concepção que a instituição católica faz a associação entre a doutrina espírita e o cientificismo, bem como as ideias errôneas de progresso:

Entre todas as superstições que invocando o progresso e a civilização do nosso século são exibidos com grande aparato científico para melhor enganar os incautos, a mais perigosa é a que atende pelo o nome de espiritismo. Assim como o naturalismo e o racionalismo contêm, como um compêndio, todos os erros do nosso século, também o espiritualismo aderiu a todas as superstições e enganos da descrença moderna; e embora na aparência se oponha ao naturalismo, na verdade tem a mesma raiz e produz os mesmos efeitos terríveis. O espiritismo é a astuta superlotação de doutrinas tolas, recebida por muitos com sarcasmo e risos, um conjunto de superstições conhecidas por vários séculos em outras formas e outros nomes e devidamente punidos, e agora não mereciam ser mencionadas entre pessoas sãs, se não fosse pelos estragos de seu prestígio entre os ignorantes.

Como os espíritas, com inúmeras ficções e mentidos com espetáculos que enganam os incautos e promovem operações diabólicas, e não tem medo em propagar muitas heresias, especialmente contra a eternidade das penas do inferno, o sacerdócio católico e direitos igreja, eles não podem, ou no interno ou externo, ser tratados como meros pecadores comuns, mas a serem considerados e julgados como hereges e cúmplices e defensores dos hereges, e não podem ser admitidos aos sacramentos, mas é consertar o escândalo, renunciar ao espiritismo e fazer a profissão de fé, de acordo com as regras prescritas pelos teólogos.²⁵¹

Como se apontou anteriormente, apesar da suposta liberdade religiosa possibilitada pelo regime republicano, a crença espírita passou a ser perseguida. A nova legislação instituída com a República criminalizava as práticas mediúnicas e o curandeirismo. O discurso religioso católico, segundo Oscar Lustosa²⁵² e Euclides Marchi²⁵³, continua a influenciar as instâncias jurídicas e legislativas, mesmo após a separação entre os poderes espiritual e temporal. A política higienista e o projeto ultramontano da romanização traçaram nesse período significativos diálogos: de ambos provinham exigências de mudanças comportamentais e

²⁵⁰ **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 10 de dezembro de 1904.

²⁵¹ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano**. Título II, Seção VI, § 163-164.

²⁵² LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 30.

²⁵³ MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, v.10, n. 18-19, p. 213, jun-dez, 1989, p.218.

organizacionais no tocante aos espaços sagrados, a serem rigorosamente controladas pela hierarquia eclesiástica.²⁵⁴

A tipificação do espiritismo nas décadas posteriores em dois níveis se reflete nas expressões do “alto espiritismo” – associado ao espiritismo kardecista, também denominado “mesa branca”, representado por manifestações e práticas mediúnicas e trabalhos filantrópicos, em contraponto ao “baixo espiritismo” – com o que se denominam o curandeirismo e as religiões de matrizes africanas, como o xangô e a umbanda, fazendo a sua associação a sambas, batuques de preto da mina, a menção a práticas de feitiçaria e mandingueiros.

Ressalte-se ainda que a tipologia de espiritismo mencionada acima evidencia claramente um preconceito de ordem racial. Os cultos espíritas kardecistas, por sua origem europeia, se encontrariam em um patamar superior aos cultos praticados pelas populações afrodescendentes. Durante o desenvolvimento da política higienista entre o final do século XIX e início do século XX o “baixo espiritismo”, nesta época associado ao “fetichismo” passou a ser perseguido pelo discurso médico e sanitário. Segundo Ana Lory Soares, essa tática também foi utilizada pelos adeptos do kardecismo, o que permite comprovar a afirmação sobre a ocorrência de algum tipo de diálogo com o modelo discursivo católico.²⁵⁵

O medo da existência de uma “sociedade sem Deus” pareceu ser algo bastante recorrente nas falas do clero católico, associado também ao temor da instituição religiosa de perder as suas regalias. No entanto, como se frisou, apesar da separação entre os dois poderes, e da crítica em decorrência do “nivelamento” do catolicismo com outras expressões religiosas, historicamente o catolicismo continuou a usufruir de seus privilégios, deu continuidade à manutenção das relações de poder com as forças políticas, prosseguiu em sua estratégia de inserir seus preceitos e valores na sociedade, embasando-se na utilização de discursos apologeticos, criminalizando outros credos, colocando em cheque sua política institucional e pastoral.

Não foi diferente no território alagoano. A criação da jurisdição eclesiástica em Alagoas facilitou a inserção do estado no projeto centralizador, levado a frente pelo episcopado brasileiro, permitiu a ordenação do campo de atuação institucional e pastoral da instituição religiosa. A formação sacerdotal de Dom Antônio Brandão fortemente influenciada pelas ideias

²⁵⁴ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p.36.

²⁵⁵ SOARES, Ana Lorym. A “orientação pelo evangelho” e a consolidação do espiritismo no Brasil (1860-1940). In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**, UFGD, vol. 7, 2013, p. 12.

ultramontanas europeias, como já se viu, continuará a deixar marcas em toda sua atuação como bispo, já no Pará, e principalmente em seu estado natal.

Assim, é relevante para a pesquisa a observar as concepções do primeiro bispo de Alagoas e como em seus discursos se reproduz o espírito ultramontano, tão típico das falas do episcopado brasileiro. Dessa forma, a próxima secção terá como foco a análise do conteúdo de escritos específicos de D. Antônio Brandão: a carta pastoral de saudação aos seus diocesanos e algumas correspondências oficiais de seu bispado.

4. “AO CLERO E FIÉIS DE NOSSA DIOCESE”: o ideal da reorganização do catolicismo nas cartas de Dom Antônio Brandão

Durante o caminho desta pesquisa se buscou observar a conjuntura política, social e religiosa de Alagoas, entre os finais do século XIX e o início do XX, a fim de compreender o contexto da criação da diocese do estado, em 1900, e a nomeação de Dom Antônio Brandão para a função de ser o primeiro bispo. Procurou-se analisar, também, o modo como as relações de poder entre forças políticas locais e o catolicismo encontravam-se estruturadas e processualmente dadas. E, de forma sistemática, se examinou o esforço desempenhado por Dom Antônio Brandão para organizar a sua jurisdição eclesiástica, dentro de estratégias voltadas ao campo institucional, burocrático e à pastoral católica.

Entretanto, apesar de ter abordado determinadas questões associadas às práticas pastorais, ficaram em aberto as discussões que se relacionam a uma participação mais ativa do primeiro bispo diocesano no cotidiano da sua jurisdição eclesiástica, em específico quanto às temáticas da disciplina clerical e atuação frente aos fiéis. Salienta-se que, por meio da consulta das fontes (correspondências, circulares e cartas pastorais) se constata o esforço do bispo em traçar aproximações com os seus diocesanos, corrigir e exortar os seus párocos e elaborar laços de sociabilidade com segmentos da sociedade civil e das esferas executivas. É nas linhas destes manuscritos e nas páginas da imprensa que podem ser observadas as articulações do prelado com o pensamento ultramontano. Sendo assim, essa secção, que constitui a última parte do estudo proposto, tem a finalidade de analisar os escritos de Dom Antônio Brandão em documentações distintas, mas complementares entre si, manuscritas e impressas, disponíveis no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

A primeira parte da secção se dedicará a um breve debate sobre a relevância dos documentos epistolares (cartas) para as pesquisas históricas e, especificamente, sobre o recurso das Cartas Pastorais por parte da instituição eclesiástica. Pretende-se compreender as Pastorais por meio de uma aproximação entre as documentações de origem episcopal e o gênero epistolar. Na segunda parte se analisará a Carta Pastoral de saudação de Dom Antônio Brandão aos seus diocesanos, publicada no dia de sua posse, apresentada como um “plano de intenções”, referente às propostas a serem executadas ao longo do seu episcopado. Posteriormente, se propõe a examinar a atuação e a aplicação de algumas das propostas de sua epístola pastoral nas correspondências oficiais do bispado, ofícios enviados aos párocos alagoanos, à Nunciatura Apostólica e às autoridades civis. Estas correspondências do bispado constituem o segundo tipo de fonte documental a ser observado.

A análise das fontes será feita com o auxílio da chamada “análise de conteúdo”, definida por Laurence Bardin como “o meio metodológico de extração, classificação e comparação entre as informações e significados de diferentes meios de comunicação”.²⁵⁶ A escolha deste procedimento analítico possibilita reconhecer os possíveis conflitos e tensões em meio aos encaminhamentos de Dom Antônio Brandão em ordenar o espaço burocrático-religioso da jurisdição eclesiástica em Alagoas. Na secção anterior foram mencionados aspectos dentro do nível institucional e pastoral. Contudo, estes elementos acabaram por direcionar as principais áreas em que o prelado focou seus esforços e preocupações. E quais foram os meios empregados pela autoridade diocesana para organizar e solucionar as dificuldades específicas na recém-criada circunscrição eclesiástica.

4.1. A escrita eclesiástica e as correspondências episcopais em Alagoas

As cartas são usadas como um recurso que tem o intuito de criar um vínculo de comunicação e, assim, aproximar dois sujeitos específicos. A prática de sua escrita encontra-se presente em vários momentos da história²⁵⁷, constituindo-se, dessa forma, até pouco tempo, como um produto material resultante das relações humanas, caracterizado por uma estrutura de redação e composto por sentidos próprios. Dentro da literatura aponta-se a existência da epístola, definida como um gênero no qual a estrutura se aproxima da carta, no entanto, possuindo diferenciações em relação ao seu conteúdo.²⁵⁸ Enquanto a noção de carta parece estar associado a uma mensagem, na maioria das vezes, de teor mais “íntimo” e particular, as epístolas são redigidas para expressarem opiniões e críticas que vão além do sentido privado, podendo inclusive ser lidas entre um público mais amplo. As técnicas aplicadas à redação das cartas recebem a denominação de epistolografia, e o profissional especializado nos métodos de sua escrita, epistológrafo.

Entre as funções das cartas está a finalidade de apresentação ao leitor de uma breve notícia ou relato. Ao serem tomadas e utilizadas pelas instâncias ligadas aos poderes políticos e religiosos, como parte de suas atividades burocráticas, as cartas passam a ter o objetivo de

²⁵⁶ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 36.

²⁵⁷ ESTRADA, Francisco López. La epístola entre la teoría y la práctica de la comunicación. In: BUENO, B. L. (org). **La epístola**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000. pp. 27-60; VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das correspondências. In: **TERESA** - Revista de Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n. 8/9, p. 372-389, 2008.

²⁵⁸ Para entender melhor a estruturação do gênero epistolar cf. HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016; KRASNIQI, Florie. El texto epistolar: Un punto de intersección entre los géneros discursivos y lo géneros literarios. In: **Tonos Digital - Revista de estudios filológicos**, nº 26, Murcia, Enero de 2014.

facilitar a transmissão de diretrizes e normatizações institucionais.²⁵⁹ No âmbito dos atuais debates historiográficos, o uso de cartas, seja na forma de ofícios de cunho burocrático, como circulares e processos criminais, correspondências pessoais e eclesiásticas, ganhou notoriedade em pesquisas que analisam a possibilidade de compreensão destas documentações como instrumento para os estudos dos profissionais das ciências sociais e humanas.²⁶⁰

Dois fatores permitem o direcionamento dos pesquisadores para as análises das práticas culturais de escritas e a sua observação como fonte histórica. Primeiramente, as correspondências são tomadas como “registros diretos” que fornecem ao pesquisador a percepção sociocultural do contexto em que foram produzidas.²⁶¹ Neste viés relacionado à compreensão dos estudos históricos voltados às produções socioculturais da escrita, o gênero epistolar passa a configurar uma forma de representação, no sentido apresentado por Roger Chartier, ou seja, um conjunto alegórico da realidade social.²⁶²

Por outro lado, as fontes epistolares também são elaboradas com o objetivo de preservar lembranças, pelo fato de serem guardadas, desta forma, pretendendo ser mantidas viva na memória de seus destinatários. Para Jacques Le Goff “a memória tem a propriedade de conservar certas informações, remetendo em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.²⁶³ O autor também considera a escrita como um mecanismo que embasa os aspectos da oralidade, como meio de reforço e ao mesmo tempo um registro da memória.²⁶⁴ Em algumas sociedades de tradições predominantemente orais o uso da escrita passou a constituir uma ferramenta de preservação de traços culturais, principalmente dos aspectos ligados à religião, como os mitos e os ritos, para as gerações futuras.²⁶⁵

A observação das correspondências conforme a sua utilidade, como meio de análise das produções culturais humanas se dá por meio da sua compreensão como documentos que foram redigidos para um fim específico. Ao se ler uma carta nota-se que a mesma segue uma

²⁵⁹ GOODY, Jack. Introducción. In: GOODY, Jack (org.). **Cultura escrita en sociedades tradicionales**. Barcelona: Gedisa, 1996, p. 13

²⁶⁰ Pode-se citar como exemplo a obra organizada pela Ângela de Castro Gomes, intitulada “Escrita de si, escrita da História”, onde os ensaios publicados buscam inserir a possibilidade observação de cartas e correspondências administrativas e pessoais como fontes de análise e estudos de pesquisadores das áreas das ciências humanas e ciências sociais. Cf. GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

²⁶¹ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 18.

²⁶² CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, pp. 17-18.

²⁶³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1990, p. 423.

²⁶⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1990, pp. 432-433.

²⁶⁵ GODDY, Jack; WATT, Ian. Las consecuencias de la cultura escrita. in: GODDY, Jack (org.). **Cultura escrita en sociedades tradicionales**. Barcelona: Gedisa, 1996, p. 50.

estruturação. Ela possui: (a) introdução, demarcada pelo uso de formas de saudação; (b) corpo, o conteúdo que especifica objetivo de sua escrita; (c) conclusão, que inclui expressões de despedidas. Após escritas as correspondências são destinadas a um ou mais destinatários específicos e direcionadas a um endereço. Em outras palavras, é um meio de comunicação que exige que se tenha no mínimo um diálogo entre um sujeito, ou em uma situação mais solene, um determinado grupo. Por essas características a prática de análise de documentos epistolares passou a ganhar destaque nos estudos biográficos e históricos, como afirmou Ângela de Castro Gomes:

Além da questão da materialidade do objeto, a escrita de si estabelece uma relação de domínio do tempo que está determinada por seus objetivos e pela sensibilidade que a provoca. Embora se possa considerar que toda escrita de si deseja reter o tempo, constituindo-se em um “lugar de memória”, cabe observar que certas circunstâncias e momentos da história de vida de uma pessoa ou de um grupo estimulam essa prática. É o caso dos textos - sejam eles diários, memórias ou cartas - que se voltam para o registro de fases específicas de uma vida, como viagens, estadas de estudo e trabalho, experiências de confrontos militares, prisão, enfim, um período percebido como excepcional.²⁶⁶

Dessa forma, para Gomes a escrita de uma carta é uma prática que delimita a ocorrência de um “espaço de sociabilidade” e os estreitamentos de vínculos sociais entre indivíduos e grupos. Simultaneamente, pode ser uma ferramenta marcada pelos os sentimentos de intimidade de quem a escreveu e para quem a leu.²⁶⁷ Constata-se a existência de uma lógica relacionada ao ato de receber, ler, responder e guardar a correspondência. Já que em muitos casos os destinatários decidem guardar as cartas, o registro e o seu conteúdo ficam preservados.

Por outro lado, segundo Antonio Castillo Gómez a utilização destas práticas de escrita pode estar relacionada para além do sentido da representação. O autor considera o ato de escrever, neste caso associado à redação das cartas, dentro de duas outras perspectivas: a concepção do texto enquanto um discurso e a sua noção como uma prática sociocultural.²⁶⁸ Enquanto discurso, os textos das correspondências são compreendidos como a materialização de arcabouços ideológicos e visões de mundo²⁶⁹. Conforme afirma Michel Foucault “o discurso

²⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 18.

²⁶⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. A correspondência: regras e práticas de escrita. In: SOBRAL, Margarida Neto (Coord.) **As comunicações na Idade Média**. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, pp. 121-122.

²⁶⁸ GÓMEZ, Antônio Castillo. História de la cultura escrita: ideas para el debate. In: **Revista brasileira de história da educação**, n° 5, jan./jun, 2003, pp. 109-110.

²⁶⁹ GÓMEZ, Antônio Castillo. História de la cultura escrita: ideas para el debate. In: **Revista brasileira de história da educação**, n° 5, jan./jun, 2003, p. 109.

é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”.²⁷⁰ Ou seja, a escrita atuaria como uma forma de legitimação da realidade. E em muitos casos atuaria como um instrumento de sustentação das relações sociais e da ordem pré-estabelecida. Por outro lado, a prática de redigir uma carta é marcada pela facilidade de circulação de informações, e pela experiência que repercute ao leitor.²⁷¹

Partindo desses pressupostos, pode-se colocar em diálogo a análise da cultura da escrita com os estudos das religiões, onde os textos sagrados que são considerados oriundos de inspiração divina ocupam um lugar central em suas doutrinas, discursos e interpretações sobre o mundo.²⁷² No caso da tradição católica, durante o período medieval ela foi marcada pelo processo de letramento do seu corpo eclesiástico e pelo do trabalho dos copistas, em sua maioria membros de ordens religiosas, responsáveis por reproduzir os escritos da instituição religiosa. Durante os séculos que sucederam a Reforma e a Contrarreforma, passaram a elaborar os seus textos e leitura com um sentido pedagógico, relacionando instrução e ensino de seus dogmas, objetivando a defesa de sua “unidade religiosa”.²⁷³

Neste ponto se indica a compreensão do poder de propagação que possui o discurso religioso. O sociólogo Pierre Bourdieu chama a atenção para o papel da “mensagem”, segundo ele construída pelo corpo de especialistas do sagrado (clero, intelectuais e eruditos) e que se interliga em quatro sentidos intrínsecos: o de produção, o de reprodução, a da circulação e da interpretação.²⁷⁴ Em outras palavras, as mensagens religiosas são desenvolvidas e reproduzidas com um determinado objetivo, justificam determinados preceitos, crenças e doutrinas. Na medida em que circulam são interpretadas de acordo com os interesses de determinados grupos religiosos e sociais²⁷⁵ e, por fim, ressignificados de acordo com a conjuntura histórica.

Ainda segundo Bourdieu, o intuito da mensagem religiosa encontra-se ligado à legitimação da ordem social e política vigente, atribuindo à práxis discursiva um instrumento para a sua representação.²⁷⁶ Porém, também tem que se levar em conta que, em alguns casos, dependendo dos fatores sócias e da conjuntura história, a mensagem proposta pela religião

²⁷⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 52.

²⁷¹ GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”, In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 20; HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 36

²⁷² REIS, Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: A construção de um Projeto Eclesial. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, vol. 3, nº 9, jan/2011, p.1.

²⁷³ REIS, Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: A construção de um Projeto Eclesial. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, vol. 3, nº 9, jan/2011, p. 3.

²⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 51.

²⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 51-52.

²⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 52.

adquire uma característica a contestação a esta mesma ordem constituída. Sendo, assim, a noção de “discurso religioso” pode ser compreendida por meio de um *plano temporal* - em que se situam os sujeitos com suas representações religiosas concretas/imediatas e também em um *plano espiritual* - onde se situam o sujeito e seus mecanismos de coerção sobre outros indivíduos.²⁷⁷ Conforme sugere Mônica Maria de Souza Melo, as noções de “palavra” e de “escrita” presentes nas religiões orientam os discursos produzidos (por exemplo as homilias, pregações), e definem os meios e as finalidades da ação religiosa sobre a instância leiga e o corpo eclesiástico:

O discurso religioso possui, portanto, um caráter pragmático, no sentido de que leva o outro a uma ação. Porém, essa disposição para agir, por parte do fiel, depende desse identificar, entre as instâncias envolvidas, uma relação de autoridade que sinaliza uma submissão entre o fiel (leigo) e as autoridades religiosas. A obediência por parte do fiel é proveniente da crença de que, acatando o que é determinado, ele será recompensado e que, desobedecendo, estará, de alguma forma, ameaçado.

As instâncias de produção e de recepção do discurso religioso possuem características bastante peculiares. Essas instâncias têm sido tratadas no âmbito da Sociologia e também dos Estudos Discursivos, sendo que essas abordagens se complementam, no sentido de permitir a compreensão dos seres e das circunstâncias envolvidos na circulação desse tipo de discurso.²⁷⁸

A partir dessas ponderações menciona-se a utilização por parte da hierárquica católica das Cartas Pastorais, conhecidas também apenas como “Pastorais”. Ao estudar esse tipo de fontes para o século XVIII, Fernando Torres Londoño afirma que as cartas são tanto uma forma de os bispos manifestarem junto aos fiéis as suas preocupações e determinações, como expor as suas relações com os poderes temporais constituídos e com clero.²⁷⁹

As cartas pastorais enquadram-se entre os diversos tipos de texto produzidos durante toda a história da Igreja Católica Romana, tais como documentos teológicos, bulas papais, cartas encíclicas, constituições religiosas etc. Elas têm como característica aludir aos escritos neotestamentários, especialmente às epístolas assinadas pelos apóstolos Paulo e Pedro.²⁸⁰ Elas também são classificadas como correspondências ostensivas, redigidas pelos bispos para um ou

²⁷⁷ ALMEIDA, Eliana de. **Discurso religioso**: um espaço simbólico entre o céu e a terra. Dissertação (Mestrado em Letras) - Campinas: UNICAMP/UNEMAT, 2000, p. 46.

²⁷⁸ MELO, Mônica Maria de Souza. Considerações sobre o domínio da prática discursiva religiosa. In: MELO, Mônica Maria de Souza(org). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017. p. 144

²⁷⁹ LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da Escrita: Os Bispos do Sudeste do Brasil do Século XVIII na Documentação Pastoral. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 36, p. 163, 2002. UFPR.

²⁸⁰ Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: a construção de um projeto eclesial. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, vol. 3, nº.9, jan/2011, pp.1-2.

mais destinatários encarregados de transmitir a mensagem episcopal a um grupo maior, os fiéis.²⁸¹ As cartas pastorais encontram-se presentes em todos os períodos marcados pela presença da instituição religiosa na história do Brasil e na Europa.²⁸² A prática acabou sendo instituída como parte das instruções religiosas implantadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707)²⁸³, que por sua vez tinha a intenção de aplicar as diretrizes estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563).²⁸⁴

Os manuscritos pastorais atuam como um mecanismo para o bispo exercer o seu poder de forma simbólica²⁸⁵, impondo a sua autoridade em meio aos seus diocesanos.²⁸⁶ Normalmente após ser enviada a uma determinada paróquia ou capela, a documentação pastoral deveria ser lida aos fiéis pelo padre ou vigário durante as celebrações (missas). Em seguida, tinha que ser anotada em seu respectivo livro de Tombo, para que fosse constatado, futuramente, se tais orientações foram devidamente aplicadas.²⁸⁷

Durante a segunda metade do século XIX e o início do XX as pastorais passaram a ser impressas na forma de pequenos livretos,²⁸⁸ fazendo parte do que passou a ser denominada como “Boa Imprensa” junto com os periódicos católicos. Para André Luiz Caes, “as Pastorais constituem para os pesquisadores de hoje, um referencial documental de grande valia para a compreensão e esclarecimento das relações estabelecidas entre a Igreja, o Estado e a sociedade brasileira naquele momento histórico”.²⁸⁹ Por causa de sua diversidade temática, no geral, as cartas pastorais podem ser classificadas em cinco tipos: (1) administração religiosa, relacionadas com o dia a dia do funcionamento administrativo da diocese; (2) controle do clero,

²⁸¹ HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 53.

²⁸² Para melhor compreensão a respeito da utilização das Cartas Pastorais como fontes históricas, veja: LONDOÑO, Fernando Torres. Las cartas pastorales del Brasil del siglo XVIII. In.: **Anuario de história de La iglesia**, n. 12, p. 225-232, 2003; _____. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os Bispos Sudeste do Brasil do Século XVIII na documentação Pastoral. In.: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. UFPR; GOMES, César Leandro Santos. Fé e sociedade: O discurso do episcopado brasileiro e alagoano nas cartas pastorais do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. In: **Revista Questionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Ano I, Nº 1, pp. 114-133, 2016.

²⁸³ **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**, Typografia: 2 de dezembro de 1853. Tomo III, §23-24.

²⁸⁴ LONDOÑO, Fernando Torres. Las cartas pastorales del Brasil Del siglo XVIII. In.: **Anuario de historia de La iglesia**, n. 12, p. 227, 2003; ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 1999, p. 60.

²⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989, p. 14.

²⁸⁶ LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: Os Bispos Sudeste do Brasil do Século XVIII na documentação pastoral. In.: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. UFPR, p. 162.

²⁸⁷ LONDOÑO, Fernando Torres. Cotidiano paroquial e Livros de Tombo. In.: **Revista de Cultura Teológica**, nº 4, São Paulo, 1994, pp. 97-98.

²⁸⁸ REIS, Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: a construção de um projeto eclesial. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, vol. 3, nº .9, jan/2011, p.2.

²⁸⁹ CAES, André Luiz. **As portas do inferno não prevalecerão**: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916). Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2002, p. 6.

para tudo que se referisse aos sacerdotes daquela diocese; (3) doutrinários, normativa quanto aos sacramentos e a sua administração; (4) vida espiritual e moral dos fiéis, aquelas que tematizam à salvação de suas almas, os seus costumes e as suas moralidades; e (5) saudação aos diocesanos, aquelas que traçam o perfil de atuação do recém-nomeado representante da jurisdição eclesiástica. Londoño, ao analisar as cartas pastorais dos bispos das regiões sul e centro-oeste do Brasil, chama a atenção que uma mesma Carta Pastoral poderia reunir mais destas características conforme o propósito de sua escrita e narrativa.²⁹⁰

Desta forma, as pastorais constituem-se como um tipo de documento de teor burocrático e religioso, utilizado pelos bispos com o objetivo de resolver questões ligadas ao cotidiano das paróquias em suas jurisdições, ligado a aspectos dogmáticos e morais.²⁹¹ Um ponto relevante em relação à circulação das Cartas Pastorais é a recomendação para a realização da “cópia, registro e arquivamento” do documento (quer seja manuscrito ou impresso), confirmando o que se mencionou anteriormente, em específico, a relação entre a escrita e a preservação da memória. Estas categorias de fontes eclesiásticas carregam em suas linhas um pouco dessa concepção, ao serem utilizadas como um instrumento do exercício de controle e averiguação por parte do bispo que escreveu a epístola, e eventualmente de seus sucessores, a fim de conferir se as diretrizes e encaminhamentos propostos foram obedecidos. Sobre essa problemática Edilberto Reis afirma:

Tais características chamam bastante a atenção, pois sendo lidas e explicadas ao povo nas missas, nas reuniões das associações de leigos, nos seminários, esses documentos eram em certo sentido os mais “lidos” pela sociedade brasileira do século passado. Principalmente por aqueles estratos sociais mais baixos e com menos acesso à cultura letrada. Num certo sentido, podemos dizer que eram as ideias que mais fundo penetravam na sociedade brasileira. Em certa medida mais que a imprensa, mais que a literatura e infinitamente mais que os escritos filosóficos, científicos e políticos da intelectualidade de então. Ao mesmo tempo, a exigência do registro das cartas pastorais nos arquivos paroquiais era uma forma de os bispos manterem o controle sobre os párocos e saber se os mesmos estavam cumprindo a determinação de dar publicidade aos documentos. Importante lembrar que, o cumprimento desta orientação era supervisionado pelos bispos por ocasião das visitas pastorais às paróquias.²⁹²

²⁹⁰ LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os Bispos sudeste do Brasil do século XVIII na documentação Pastoral. In.: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 180, 2002. UFPR

²⁹¹ LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os Bispos sudeste do Brasil do século XVIII na documentação Pastoral. In.: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 180, 2002. UFPR

²⁹² REIS, Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: a construção de um projeto eclesial. In.: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, vol. 3, nº .9, jan/2011, p. 4.

Podem-se perceber dois elementos relativos à escrita eclesiástica na documentação aqui analisada: primeiramente a transversalidade do discurso religioso, no sentido do poder de inserção da mensagem elaborada pela hierarquia católica em diferentes estamentos das estruturas sociais. Em seguida, nota-se a relação intrínseca entre as epístolas com outra prática obrigatoriamente exercida pelos bispos, as já mencionadas visitas pastorais. Na verdade, o ato de escrever as epístolas tem como intuito completar as visitas dos bispos diocesanos nas paróquias. Para Dalila Zanon, ao pesquisar sobre as orientações tridentinas na capitania de São Paulo, durante o século XVIII, as cartas pastorais seriam enviadas na impossibilidade do deslocamento do bispo ou da nomeação de representante, visitador, para uma ou mais paróquias, com a finalidade exortar o clero, na pessoa do pároco, e os fiéis.²⁹³

Já os livros de tombo, volume onde seriam registradas as pastorais, constituem-se como outro tipo de fonte eclesiástica com o intuito de registrar o cotidiano paroquial. Para Londoño, nada haveria de escapar ao registro desta documentação, tornando-se uma fonte sobre a vida paroquial a ser consultada pelo vigário a cada seis meses.²⁹⁴ E por meio dos seus registros os bispos ou os visitadores poderiam conferir o nível de obediência às determinações episcopais.²⁹⁵ Este material classifica-se em dois subtipos. Como o próprio nome indica, os livros de tombo paroquiais têm a função de anotar as atividades das capelas e paróquias. As atas do Concílio Plenário Latino-Americano recomendavam aos bispos que orientassem seus párocos a manterem os livros de registros constantemente organizados:

(...) Para obter esse conhecimento de maneira mais fácil e precisa, forme o censo chamado *status animarum*; e classifique em livros separados, de acordo com ao formulário prescrito, sem demora e conforme ocorram, batismo, confirmações, casamentos e óbitos: cujos livros serão visitados pelo Ordinário ou seu representante.²⁹⁶

Para se ter uma noção, aponta-se como exemplo o registro feito pelo pároco de Pilar, pe. Francisco Maria de Albuquerque, em 13 de fevereiro de 1902:

Tendo obtido de Frei Aloysius Lauer- Superior dos menores franciscanos, [a] faculdade para indulgenciar as cruces das quadras da via-sacra existentes na matriz desta Cidade, depois de ter alcançado a autorização do bispo diocesano conforme determinava a mesma faculdade erigi-a canonicamente do que para constar escrevi este termo que assino.

²⁹³ ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 1999, p. 65.

²⁹⁴ LONDOÑO, FERNANDO TORRES. Cotidiano paroquial e Livros de Tombo. In.: **Revista de Cultura Teológica**, nº 4, São Paulo, 1994, pp. 96-97.

²⁹⁵ LONDOÑO, FERNANDO TORRES. Cotidiano paroquial e Livros de Tombo. In.: **Revista de Cultura Teológica**, nº 4, São Paulo, 1994, p. 97.

²⁹⁶ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano**. Roma: 1899, Título Iii, cap. IX, Art. 268.

Ita in verbo sacerdotis [conforme a palavra do sacerdote].²⁹⁷

Por outro lado, também há livros de tomo diocesanos, entendidos como a compilação dos escritos pessoais e atividades do bispo. Como se nota, os livros de tomo possuíam a função de controle burocrático das paróquias e dioceses; neles seriam escritos os ofícios circulares, ofícios administrativo-religiosos, encaminhamentos episcopais ao clero. No âmbito do tomo diocesano ainda se consta o registro de troca de correspondências entre os Bispos e a Nunciatura Apostólica. Para a pesquisa, os livros de tomo acabaram indicando a leitura de outro tomo pertinente, o Livro de Correspondências Oficiais do Bispado de Alagoas²⁹⁸, com número de sessenta e um registros de ofícios enviados por Dom Antônio Brandão, em sua maioria ao clero; mas, também podem ser observadas correspondências enviadas a autoridades civis e a Nunciatura Apostólica.

Por meio de uma breve leitura constata-se que as correspondências encaminhadas aos vigários diocesanos durante o governo episcopal de Dom Antônio Brandão, equivalem a quarenta e nove registros de cartas; dentro destes cinco não possuem identificação, o que leva a acreditar que também foram destinadas a párocos. Em seguida vêm os ofícios direcionados à outros membros do episcopado brasileiro e ao Núncio Apostólico, possuindo o total de três cartas para cada categoria; as circulares e ofícios destinados as autoridades governamentais ocupam o terceiro lugar dos assuntos da documentação, correspondendo a duas correspondências para cada tipologia. Por fim, há uma carta encaminhada ao Arcebispado da Bahia e outra a um particular (tratando de questões relacionadas a licença para celebração de um matrimônio).

Após esta breve exposição sobre as contribuições dos diálogos entre História Cultural e História da Escrita, tendo foco o gênero textual epistolar, e o papel do discurso religioso como uma forma de interpretação da realidade sociocultural, destacando, também, a utilidade das Cartas Pastorais e dos Livros de Tombo, como forma de registro de informações cotidianas das paróquias e dioceses, indico as fontes específicas que serão analisadas: a *carta Pastoral de saudação* e o *Livro de Correspondências do Bispado de Alagoas*.

²⁹⁷ **Paróquia de Nossa Senhora do Pilar**, livro de Tombo vol.1, 13 de fevereiro de 1902, fl. 73.

²⁹⁸ Quero agradecer as contribuições de Altina Maria Farias que com seu trabalho de pesquisa conseguiu auxiliar na análise dos conteúdos da documentação episcopal. Cf. **O livro de correspondência oficial (1901-1922): Governo episcopal de D. Antônio Brandão**. In: *Quæstionis Documenta* – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ano III, Nº 3, pp. 90-109, 2018.

4.2. A Carta Pastoral de saudação de Dom Antônio Brandão ao clero e aos fiéis da Diocese de Alagoas, 23 de agosto de 1901

A Carta Pastoral de saudação do primeiro bispo alagoano foi escrita em meio ao processo de sua transferência, enquanto ele ainda exercia a função episcopal da Diocese do estado do Pará. O documento foi distribuído no momento em que tomava posse da nova jurisdição. Possuindo vinte e duas páginas, a Carta Pastoral foi impressa em um papel áspero. A tipografia responsável pela sua impressão se chamava Livraria Bittencourt, localizada em território paraense. Segundo Cícero Vasconcelos, o documento foi distribuído entre os párocos durante as festividades de celebração da posse do bispo diocesano.²⁹⁹ Em um dos livros de tomo da paróquia de Pilar³⁰⁰ encontra-se uma cópia manuscrita da Pastoral, em cumprimento a uma das primeiras determinações do novo bispo: "os reverendos párocos e capelães leiam esta nossa Carta Pastoral a estação da missa em dia festivo, a registrem e a arquivem".³⁰¹ Em relação ao aspecto linguístico, nota-se que a carta é escrita na primeira pessoa do plural, permitindo aos leitores e ao público perceber o ponto de vista apenas de quem está escrevendo ou narrando. A utilização deste artifício se articula com a "escrita de autoridade", já que passa a impressão de unidade, uniformidade e de uma identificação com uma determinada categoria social.

Nos parágrafos iniciais a Carta Pastoral já sinaliza para quais grupos o seu texto foi direcionado ao começar a expressão "ao clero e fiéis de nossa diocese".³⁰² Em relação aos seus conteúdos o documento eclesiástico gira em torno de alguns temas centrais: a proposta de constituição das bases institucionais e estruturais do bispado, o seminário, conforme o modelo e as indicações do Concílio de Trento, e as visitas pastorais.

Não esqueceremos irmãos e filhos muitos amados, esta paternal e solícita recomendação do nosso muito amado Pontífice Leão XIII, e nos aplicaremos com tão grande obra da formação do clero e deste rumo não nos desviarão dificuldades, nem incômodos, pois os bons sacerdotes que tivermos a felicidade de formar no Seminário serão nossos amigos leais, nossos fiéis e dedicados cooperadores na vinha do Senhor que nos ajudaram a carregar o peso formidável do episcopado, e, finalmente, serão nossa coroa de glória na Eternidade.³⁰³

²⁹⁹ VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão**: primeiro bispo de Alagoas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 13.

³⁰⁰ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pasta - Livro de Tombo da paróquia de Pilar (1897-1935), vol. 1, fl. 44-65.

³⁰¹ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 22.

³⁰² **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 3.

³⁰³ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, pp. 15-16.

Conforme se observa, o primeiro bispo de Alagoas possuía uma grande preocupação em aplicar as diretrizes da cúria romana. De certo modo, este rigor e urgência para a constituição de estabelecimentos que iriam fortalecer as bases institucionais da jurisdição eclesiástica podem ser compreendidas a partir da reprodução de um discurso coletivo, elaborado pela hierarquia católica, pelo qual entendia a criação desses espaços de atuação da Igreja católica como os primeiros sinais da aplicação das orientações de Trento. Outro ponto presente na Pastoral é a existência de uma distinção entre os poderes temporais e espirituais, e ainda a crítica à adesão a sistemas políticos influenciados pelo liberalismo e pelo positivismo³⁰⁴, que para elite eclesiástica foram reflexos da ineficácia do trabalho pastoral do clero junto aos fiéis.

Ainda segundo o texto, Dom Antônio Brandão reproduz o discurso de outros intelectuais de Alagoas, ao afirmar que a criação da Diocese trará inúmeros benefícios ao estado, entre eles a formação de um clero propriamente alagoano, sem ter mais a necessidade de os futuros candidatos aos sacerdócio se deslocarem para fora do estado, e a fundação de escolas, hospitais e instituições filantrópicas:

Com efeito, são evidentes os benefícios resultantes da criação da Diocese de Alagoas.

A instrução se difunde com a instituição do grande e pequeno Seminário. Naquele se formam na piedade e nas ciências sagradas os futuros levitas do Senhor, encarregados da administração dos Santos Sacramentos instituídos para santificação da alma mediante o valor infinito do precioso sangue de N. S. Jesus Cristo, vítima sacrossanta, que eles imolam quotidianamente de modo incruento no santo sacrifício do altar, com que dão a S.S. Trindade louvor e gloria aos anjos causam alegria, aos pecadores proporcionam o perdão, aos justos auxílio e graça, e a Igreja purgante refrigério e alívio.

Os Sacerdotes são também os embaixadores de Deus encarregados de ensinar aos homens a sua lei e os preceitos da moral.

Infelizmente quão poucos são atualmente nesta nossa Diocese estes mensageiros de Deus que outrora eram tão numerosos! Então as solenidades do culto revestiam-se de máximo esplendor as necessidades espirituais dos fiéis eram prontamente atendidas e a Religião florescia.³⁰⁵

Em seguida, o bispo solicita o apoio de seus diocesanos, para melhor exercer as suas atividades episcopais, que o prelado entende como o esforço para manter a salvação e proteger as almas dos fiéis, segundo ele: “conforme inspirado no exemplo dos trabalhos dos Apóstolos, cuja missão seria conservar puras e inocentes nesta vida as almas dos diocesanos, para que na

³⁰⁴ Segundo as informações de Cícero Vasconcelos, Dom Antônio Brandão assinou um manifesto junto com os demais bispos brasileiros, no qual o episcopado se posicionou contra as ideias positivistas que influenciavam o regime político da Primeira República. Cf. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão**: primeiro bispo de Alagoas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 11.

³⁰⁵ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 6.

outra gozem do sumo bem, que é Deus, que nos criou e conserva".³⁰⁶ Os significados embutidos nestas poucas palavras são bem interessantes. O bispo traz à tona a fala que apresenta a Instituição Católica como portadora dos bens para salvação a humanidade. Então seu dever como pastor apostólico de Alagoas é conservar as consciências de seus diocesanos dentro dos ensinamentos religiosos católicos, defendidos como verdades absolutas, quanto aos únicos meios de os seres humanos obterem a salvação divina.

Outro tema abordado nas páginas da Pastoral é a problemática da caridade. Segundo a Carta Pastoral do bispo alagoano, é necessário que os seus diocesanos “observem as santas leis de Deus e da Igreja” e que pratiquem as virtudes cristãs, entre elas “a fé, a esperança e a caridade”.³⁰⁷ O problema da caridade descrito no texto de Dom Antônio Brandão não é uma temática “nova” em sua escrita sacerdotal. Na época em que era governante apostólico da jurisdição paraense, o bispo publicou outra Pastoral, no ano de 1899³⁰⁸, após o seu retorno do Concílio Plenário Latino Americano, em que orientava aos fiéis da sua antiga diocese acerca do jejum e da caridade. Nos documentos conciliares esta é entendida como umas das virtudes cristãs que deveriam ser estimuladas pelo bispo diocesano, “como autoridade responsável por preservar a obediência da população, constituindo uma concordância entre os poderes civis e eclesiásticos”³⁰⁹, como pode ser conferida:

Para o progresso da República, é indispensável que se conserve a ordem apropriada. Somente a disciplina religiosa, cuja a intérprete e guardiã é a Igreja, pode efetivamente organizar e unir os superiores e os subordinados, chamando estas duas classes de pessoas para seus deveres mútuos. Exortamos, pois, a todos e a cada um dos magistrados que sejam constantes e fiéis em administrar a justiça; e ao povo que preste a devida obediência, e que cumpram as leis legitimamente estabelecidas e preservem a todos e defender a paz pública, unidos aos laços de caridade.³¹⁰

Durante o final do século XIX, regimes embasados pelas ideias republicanas passaram a ser instaurados ao longo do território sul-americano. No entanto, conforme a passagem do documento conciliar latino-americano apresentada anteriormente, para a hierarquia católica os governos republicanos só poderiam ter avanços se mantivessem seus planos políticos

³⁰⁶ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 8.

³⁰⁷ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 10.

³⁰⁸ Originalmente a Pastoral foi escrita em 1899, no entanto, no ano seguinte foi publicada na forma de livreto. **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Belém do Pará, ao regressar de Roma depois do Concílio Plenário Latino-Americano.** Pará: Tipografia Oliveira, 1900.

³⁰⁹ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano,** Roma: 1900, Título I, capítulo VIII, §68.

³¹⁰ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano,** Roma: 1900, Título X, Capítulo II, §764.

direcionados à conservação da ordem constituída e da doutrina religiosa. Como uma ferramenta de preservação da obediência às leis e defesa da paz pública, neste quesito os bispos conciliares destacam o papel da união dos laços de caridade, como um mecanismo que atrelasse as diferentes classes em torno de um bem comum.

Etimologicamente a palavra caridade deriva do latim *caritas*, conotando o sentido de “amor, afeto, amor ao próximo”.³¹¹ Normalmente, a noção empregada também se associa à prática da filantropia, relacionada às doações e ajudas às classes menos favorecidas economicamente. De acordo com o pensamento católico da época o estímulo à caridade por meio das práticas filantrópicas está relacionado tanto à perspectiva de um controle social, movido pela crença de que com isto se combateria a pobreza, como também à possibilidade de ser entendida como uma ferramenta de colaboração em vista manutenção da ordem³¹² e conservação das ideias de civilidade:

Vide esta harmonia e união que reina na natureza, lançai os olhos para o firmamento e admirai a ordem e a harmonia deste exército de estrelas que há tantos séculos desde a criação do mundo giram no espaço incomensurável sem jamais se chocarem e obedecendo sempre à lei que lhe foi imposta pelo Criador.

Assim também no mundo moral sejamos unidos, observemos a lei divina da caridade; que nos foi imposta, para podermos alcançar o fim para que fomos criados.

Esta união, irmãos e filhos muitos amados, nos é sobre tudo necessária no momento presente em que, com a inauguração desta cara Diocese, teremos de defrontar com tantas dificuldades que só podem ser vencidas e superadas pelo esforço unânime do generoso, nobre e brioso povo alagoano.³¹³

Contudo, nas entrelinhas do documento em questão, o texto pastoral acaba direcionando o leitor a outra conotação do termo caridade, ou seja, a concepção cristã de bondade, mas necessariamente articulado à unidade em termos de harmonia social. Essa questão nos faz pensar que a menção do tema da caridade pelo bispo diocesano em sua carta pastoral seguramente não ocorreu por acaso. A possível justificativa para utilização desta expressão no texto está conectada à conjuntura que marcou tanto a criação da Diocese como a produção da

³¹¹ OTTAVIANI, Edelcio Serafim. A caridade na história da Filosofia. In: **Revista Cultura Teológica**, nº 35, São Paulo, 2001, p. 62.

³¹² NEVES, Frederico de Castro Neves. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). In: **Revistas Estudos Históricos**, vol. 27, Nº 53, Rio de Janeiro, 2014, p. 117; PINTO, Jefferson de Almeida. “Uma esmola pelo Amor de Deus!”: Caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930). In: **Revista Opsiis - Departamento de História e Ciências Sociais**, vol. 8, nº 11, Goiás, 2008, p.277.

³¹³ **Carta Pastoral de Dom. Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, pp. 14-15.

Carta Pastoral. No campo político, como se apontou anteriormente, o estado de Alagoas passava por um momento bastante conflituoso desde a instalação do governo republicano.

Um acontecimento a ser mencionado foi a ocorrência do conflito armado motivado pela deposição do então governador Manuel Gomes Ribeiro, o barão de Traipú, em 1º de maio de 1895. Segundo os relatos, sua destituição ocorreu como consequência das agitações públicas causadas pelos seus opositores.³¹⁴ Traipú, então, decide entregar o cargo de chefe do poder executivo do estado, formando então uma junta administrativa composta por Dário Cavalcante de Albuquerque, José da Rocha Cavalcante e Francisco da Silva Porto.³¹⁵ O afastamento do governador da chefia do estado acirrou as tensões existentes no campo político, gerando um clima de desordem e hostilidade na cidade de Maceió.

O jornal *Gutenberg* de 4 de maio do mesmo ano narra que por volta do meio dia um grupo de indivíduos chefiado pelo segundo-tenente Peralgino se dirigiu ao hotel *Nova Cintra*, no centro da capital, local onde se encontrava o Barão de Traipú e seus aliados. Disto ocorreu uma troca de tiros, levando às mortes do capitão Vieira Dantas (do batalhão policial), do capitão Pereira Lima (tenente Candido, da Guarda Nacional), da D. Maria Amália Accioly Cahet (filha do secretário do governo Major Cahet), e ferindo a outros tantos. Em repercussão ao ocorrido, no dia seguinte o presidente Prudente de Moraes restituiu o Barão de Traipú a função de Governador, onde permaneceu até 14 de janeiro de 1896, passando o governo para o Coronel José Vieira Araújo Peixoto.³¹⁶ Desta forma, acredito que a fala do bispo em prol da unidade social se insere na perspectiva de que eventos com este não repitam no interior da estrutura política e executiva do estado.

Já se encaminhando para as páginas finais, em seu texto D. Antônio Brandão faz uso de metáforas, os fiéis são apresentados como o seu rebanho, ele se apresenta como o pastor, que tem como objetivo ensinar e cuidar de suas "ovelhas".³¹⁷ Esta alegoria envolvendo os termos ovelha, rebanho e pastor faz referência aos textos do Antigo e Novo Testamento, nesse caso uma reinterpretação da linguagem bíblica. Observa-se a preocupação do bispo de se fazer entendido para os seus diocesanos. O mesmo se dá ao apontar a questão dos párocos, quando

³¹⁴ BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1981, p. 116; COSTA, Craveiro. **História de Alagoas: Resumo Didático**. Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramentos/Sergasa, 1983 [1923], pp. 164-165.

³¹⁵ GUTENBERG, Maceió, quarta-feira, 1 de maio de 1895.

³¹⁶ BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1981, p. 116; COSTA, Craveiro. **História de Alagoas: Resumo Didático**. Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramentos/Sergasa, 1983 [1923], p. 165.

³¹⁷ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 20.

aborda, mais uma vez, a grandeza e o papel dos sacerdotes³¹⁸ como porta-vozes da mensagem sagrada e funcionários habilitados para a aplicação dos sacramentos aos seus paroquianos, ou, como o bispo se refere no texto, aos "fregueses".³¹⁹

Conforme a descrição da Carta Pastoral, o trabalho sacerdotal é a ferramenta de difusão da mensagem religiosa e como um meio e dos princípios morais da Igreja e, portanto, seriam a missão dos sacerdotes ensinar e guiar os fiéis dentro desses preceitos. O bispo também saúda os seminaristas, a nova geração do clero, comparados a um jardim, "onde as melhores flores foram cultivadas". No caso ele está referindo-se aqui aos Seminários, fazendo referência ao principal estabelecimento que tem o objetivo de selecionar novos membros para o corpo eclesiástico, da mesma forma que apresenta a provável semelhança com a dinâmica que será aplicada durante o seu episcopado.³²⁰

Por fim, o texto do bispo diocesano saúda as autoridades e membros do poder político. Para ele, a esfera pública não pode ser considerada como uma "inimiga do poder eclesiástico"; eles são "igualmente independentes e distintos". Ambos "emanam da mesma fonte que é Deus".³²¹ Observa-se neste enunciado o destaque para a colaboração e as relações harmoniosas entre as esferas públicas e a hierarquia católica; segundo o prelado, ambas as esferas necessitam viver em unidade para que possam agregar e trazer benefícios para a sociedade por meio de uma relação de mão dupla.

Contudo, mais do que um "plano de intenções", a Carta Pastoral de Dom Antônio Brandão pode ser interpretada como um "guia" para se entender as suas propostas para administração da Diocese de Alagoas. O documento tem muito a nos dizer, principalmente no que diz à ressignificação do discurso religioso proposto pela política de reestruturação católica. De início, percebe-se toda a erudição e rigor nos termos utilizados na escrita, como é de se esperar devido à formação intelectual do bispo alagoano no Seminário de Olinda. Também se observa a preocupação do prelado em organizar as bases patrimoniais e institucionais da diocese, seguindo o modelo tridentino, perceptível em membros do episcopado atrelados às determinações pontificais, principalmente no que diz respeito à moralização do clero. A forma como Dom Antônio Brandão elogia e tenta constituir as relações entre a esfera pública e

³¹⁸ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 20.

³¹⁹ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 20.

³²⁰ Lembrando sobre a utilização dos processos vocacionais de ordenação mencionados na Seção 2.

³²¹ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p.21.

religiosa também é significativa, trazem muito do pensamento católico que defendia a conciliação entre a ordem política e a ordem religiosa.

Relativamente a este tema, Cícero Vasconcelos afirmou que Dom Antônio Brandão, ao contrário de muitos companheiros de episcopado, que foram atuantes politicamente em suas respectivas jurisdições, preferiu evitar qualquer tipo de intervenção ou desavença com a administração civil, e mostrava todo o respeito às autoridades públicas³²². Possivelmente, este clima de aparente harmonia entre o bispado e os poderes legislativos do estado explicaria o silêncio do prelado durante a campanha de desmoralização de Euclides Malta pelos seus opositores durante a conjuntura que antecede a ocorrência do “Quebra do Xangô de 1912”.³²³

Por fim, o documento consegue trazer a reflexão de quais seriam as principais preocupações do bispo diocesano, e quais foram os principais focos do seu trabalho, a saber: as questões correspondentes a administração do patrimônio eclesiástico; o controle e normatização do clero e a regulação das práticas religiosas. Seus posicionamentos acerca destas questões podem ser verificados por meio da leitura das cartas circulares e ofícios enviados aos párocos e registradas nos livros de correspondência oficial do bispado, de forma manuscrita ou, ainda, impressa, nos jornais.

4.3. Entre o discurso e a prática: o projeto da reestruturação católica nas cartas de Dom Antônio Brandão

No dia 24 de agosto de 1901 o titular do bispado dirige uma mensagem à pessoa do governador alagoano, Euclides Vieira Malta, encontrada entre as anotações iniciais do Livro de Correspondência do Episcopado de Alagoas, disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ela indica de forma clara, as bases das alianças constituídas entre o poder eclesiástico e as esferas executivas do estado, envolvidas por um sentimento de visível harmonia e cumplicidade³²⁴:

³²² VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão**: primeiro bispo de Alagoas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 21.

³²³ Segundo se observa por meio da leitura da historiográfica sobre o período, a Igreja Católica possuía uma diversidade de discursos depreciativos direcionados às religiões de matriz africana e às manifestações de crenças “híbridas”, como a religiosidade popular. O próprio pensamento que insiste em demonizar o culto afrodescendente traz muito da concepção católica. Recordo que Dom Antônio Brandão faleceu no ano de 1910, dois anos antes de ter ocorrido “o Quebra”. E, se por acaso, durante a época do seu episcopado o prelado ficou sabendo das relações de Euclides Malta com os Xangôs, decidiu ignorá-las em prol da harmonia entres os poderes políticos e religiosos. Cf. RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: EUPS/EDUFAL, 2012; TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009.

³²⁴ NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas**: O primeiro bispo e a nova diocese. Maceió, AL: EDUFAL, 2013.p. 81.

Tendo sido transferido da Diocese de Belém para esta Diocese de Alagoas criada pelo decreto consistorial de 2 de junho do ano passado, dela tomei posse, inaugurando-a ontem. Fazendo a vossa excelência esta comunicação, me congratulo com o Estado de Alagoas de que a vossa excelência é digníssimo governador, pela realização de um dos seus mais ardentes desejos, a inauguração da Diocese e tenho a honra de dar a disposição de vossa excelência meu pequeno préstimo para o que for do serviço público e do particular de vossa excelência a quem Deus guarde.

Excelentíssimo senhor Dr. Euclides Vieira Malta, digno governador do Estado de Alagoas.³²⁵

O registro acima consiste no resumo do acontecimento da transferência do prelado da diocese do Pará para Alagoas, no dia de sua inauguração e sobre a respectiva posse para a função de primeiro bispo. Por meio do ofício, Dom Antônio Brandão afirma o seu comprometimento quanto a qualquer futura necessidade, tanto no âmbito público, como no privado, que o governador possa ter. A olhos desatentos, este manuscrito pode passar despercebido. No entanto, esta indicação nítida da constituição de alianças entre os representantes dos poderes eclesiásticos e o poder executivo, no contexto analisado, não pode ser considerada mera cordialidade. Seria obrigação dos bispos reconhecer a existência das forças políticas locais e traçar diálogos com elas.³²⁶ Por meio da aliança com esta categoria a elite eclesiástica encontraria colaboradores, para patrocinar e manter financeiramente os projetos eclesiásticos que seriam futuramente realizados.

Todavia, o conteúdo da mensagem destacada anteriormente corresponde, também, à preocupação do prelado alagoano em registrar, minuciosamente, os fatos cotidianos, burocráticos e religiosos do bispado. Após assumir a diocese Dom Antônio Brandão recomendou aos párocos sob a sua cobertura manterem sempre atualizados os registros de tomo de suas respectivas freguesias, como apontou Márcio Nunes:

Fato peculiar e muito significativo foi, exatamente, a grande preocupação demonstrada por Dom Antônio pela "organização" e atualização dos assentamentos dos atos sacramentais [das paróquias às quais estavam em Visitas Pastorais] (...) Em suas circulares dirigidas aos sacerdotes aos exerciam o ministério nas Paróquias, o primeiro Bispo das Alagoas sabia expressar, entre determinações e exigências, o que a Igreja solicitava de seus fiéis em termos de vivência da fé. Quando escrevia, geralmente fazia menção aos documentos da Igreja e às determinações do Concílio Plenário Latino-Americano do qual, como vimos, foi um dos participantes.³²⁷

³²⁵ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 24 de agosto de 1901. fl. 3.

³²⁶ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p. 100.

³²⁷ NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: O primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 75.

Ao se refletir sobre a afirmação de Nunes, pode-se pensar sobre a utilização da troca de ofícios entre o bispo e os párocos, articulado ao pouco com o que já foi debatido nas páginas anteriores, ou seja, as concepções da escrita como um mecanismo auxiliar da memória. Ou seja, a compreensão das práticas de escrita está relacionada a constantes atualizações das informações ligadas às paróquias, como forma de recurso que ajudasse aos futuros bispos da jurisdição eclesiástica. Ou ainda, indica uma possível forma de monitoramento da autoridade episcopal, já que os registros seriam averiguados durante a realização das visitas pastorais.

Outro ponto destacado é o uso das correspondências por Dom Antônio Brandão associado a uma perspectiva de “retórica do poder”, que Geneviève Haroche-Bouzinac identifica em cartas e ofícios vinculados a operações burocráticas como a circulação de diretrizes e determinações institucionais.³²⁸ Para a autora, as epístolas, não importando finalidade de cada uma delas, no âmbito das relações institucionais possuiriam o objetivo de convencer os destinatários e por este fator demonstrar um sentido de autoridade.³²⁹ No caso em questão, isto se relaciona com o fato de que as cartas apresentam aos leitores (destinatários), no caso os párocos, formas expressivas de convencimento e argumentação, ligadas a uma concepção de normatização e enquadramento do corpo eclesiástico nas orientações do episcopado para o seu corpo de funcionários e fiéis.

Dessa forma, se o emprego das correspondências pelo bispo alagoano lhe serve ao mesmo tempo de um mecanismo de comunicação entre a autoridade eclesiástica e os vigários sob a sua cobertura, para a pesquisa ele se apresenta como um meio de verificação das aproximações que a escrita do bispo tinham com as linhas gerais do discurso ultramontano vigente naquela época. Para tal, é preciso compreender o tipo das fontes que serão trabalhadas como uma documentação que se aproxima do modelo das cartas pastorais, só que em um nível mais particular. As cartas e ofícios que serão tratados a seguir foram destinados à instrução e à correção dos vigários em assuntos de interesse do titular da diocese. Levando em contas estas características, no sentido temático, as correspondências entre o bispo e os vigários podem ser enquadradas em três tipos: (a) administração dos bens eclesiásticos; (b) controle e normatização das práticas religiosas – do laicato, do clero e das expressões de religiosidade popular e (c) disciplina e correção sacerdotal.

³²⁸ HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 93.

³²⁹ HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016, pp. 93-94.

4.3.1. "Que os párocos defendam com valor os bens e os direitos de suas Igrejas": Os direcionamentos sobre o patrimônio eclesiástico

Ao ler o início da Pastoral de saudação de Dom Antônio Brandão percebe-se a referência aos planos de criação de alguns estabelecimentos, já mencionados ao longo das páginas desta pesquisa, o seminário diocesano e as escolas confessionais. No entanto, não se pode resumir a noção de patrimônio eclesiástico apenas a eles. Por séculos a Igreja Católica conseguiu acumular bens materiais que passaram a constituir parte de suas propriedades.

Estamos falando aqui de uma extensa listagem de bens adquiridos por meio de doações ou compras pela a instituição eclesiástica, como lotes de terra, cemitérios, sob o controle de paróquias e de associações religiosas, como as irmandades, hospitais, asilos, orfanatos e escolas. Porém, durante o último decênio do século XIX, a publicação do já mencionado decreto 117-A, em seu artigo 5º, reconhece o direito jurídico de propriedade por parte instituições religiosas, no entanto; destaca que sua administração está limitada pela legislação relacionada aos bens de mão-morta, garantindo que as organizações religiosas só poderiam obter, construir e vender seus bens com a autorização das autoridades políticas.³³⁰

Por outro, a “brecha da legislação”, que tirou a responsabilidade de manutenção dos estabelecimentos católicos pelo Estado, permitiu a ocorrência de uma gradual subtração de propriedades, antes sob o domínio da Igreja católica, durante o final do século XIX, que passaram ser secularizadas. Portanto, os anos transcorridos nas primeiras décadas do regime republicano no Brasil são marcados pelo esforço do episcopado católico em reaver o domínio e a autonomia dos patrimônios eclesiásticos, como indica Sérgio Miceli:

Na conjuntura de implantação do regime republicano, a Igreja católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material e financeira, institucional, doutrinária capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influenciar a política. Não podendo

³³⁰ Segundo José Sacramento, ao falar sobre este elemento jurídico é preciso levar em consideração a existência de corporações de mão-morta, ou seja, “entidades que detêm a propriedade dos Bens de Mão-Morta: igrejas, mosteiros, conventos, confrarias, asilos, hospitais como as casas de misericórdia e as entidades pias ou beneficentes. Os bens de tais entidades são considerados ‘riquezas mortas’, assumindo, portanto, o caráter de inalienabilidade. São bens que a tais entidades foram incorporados através de doações, de legados, de heranças, de consolidações enfiteúicas ou aquisições. Se a tais entidades foi possível construir, adquirir, e incorporar bens patrimoniais, diante do instituto aqui invocado elas estão impedidas de dispor deles sem autorização do Estado, daí o entendimento de que tais entidades possuem a ‘mão-morta’ para vender os seus bens. Então, dizia-se de mão-morta porque os bens que caíam sob o seu domínio estavam como que mortos à vida civil, já que eram raras as ocasiões em que esses bens eram alienados [...] os comandos do Decreto nº 119-A, de 1890, que extinguiu o padroado, pelo menos no que refere aos bens de mão-morta, ainda estão em plena vigência e, como se vê, no campo da preservação patrimonial, especialmente na proteção de edifícios religiosos, e dos seus bens moveis e integrados havidos no regime do patronato” (SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. **Bens de Mão-Morta**. Monografia [Graduação em Direito]. São João del-Rei: Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, 2014, pp. 8-9)

mais contar com os subsídios governamentais, cumpria desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade. A estagnação organizacional ao longo do período permitirá inclusive ao governo apossar-se de uma quantidade apreciável de imóveis e outros bens eclesiásticos. Dentro das metas de curto prazo, uma das mais urgentes era justamente reaver a parcela do patrimônio incorporada pelo poder público. As duas primeiras décadas do regime republicano serão pontuadas por inúmeras pendências em torno da reapropriação de conventos, Igrejas, residências, casas de misericórdia, sedes de irmandades e terras. Outros litígios de caráter patrimonial envolviam as pretensões quase vitoriosas do prelado sobre a retomada de posses e direitos de gestões sobre as irmandades leigas. Tais pendências deram origem a graves desentendimentos entre as autoridades eclesiásticas, mormente certos prelados passaram a reclamar a extensão de seus poderes de jurisdição sobre os bens, atividades e o processo de designação das lideranças das irmandades, e os grupos dirigentes que delas se haviam apoderados instrumentos de barganha nas lutas políticas locais.³³¹

Na alvorada do século XX, as determinações propostas pelo sínodo conciliar latino-americano trazem orientações aos bispos em relação ao assunto da administração dos bens patrimoniais das dioceses. Para o episcopado conciliar, a principal função dos párocos era a defesa dos direitos às posses e aos bens da instituição eclesiástica.³³² O documento também recomenda o registro minucioso dos bens e objetos existentes nas paróquias.³³³ Uma cópia deste inventário obrigatoriamente deveria ser enviada para as cúrias diocesanas e a outra escrita nos livros de tombo das freguesias; e ficaria sob a responsabilidade dos vigários sua constante verificação e atualização. Durante as visitas pastorais as anotações nos respectivos volumes seriam averiguadas pelos bispos, ou pelos visitantes instituídos.³³⁴ A ata conciliar ainda aponta que é “dever de um bom administrador preservar com cuidado, classificar e armazenar em um arquivo de boa ou armário, todos os documentos e instrumentos, em que são fundados os direitos da igreja para seus bens temporais”.³³⁵ Há ainda as seguintes recomendações:

Portanto, o bom administrador se esforçará para preservar, melhorar e aumentar a propriedade eclesiástica sob seus cuidados. Tem que evitar toda a perda e deterioração, restaurar os edifícios que necessitam, cultivar melhor as ferramentas mal encaminhadas, concertar os bens debilitados e defender contra usurpação dos direitos da Igreja. Para que o reverendo não se envolva em processos inúteis, ele não poderá se encarregar dos litígios associados à sua administração, sem a previa autorização do Bispo. Será mantido, acima de tudo, a tributação da propriedade eclesiástica, com as dívidas contraídas com toda prudência e direito.³³⁶

³³¹ MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, pp. 47-48.

³³² *Atas do Concílio Plenário Latino-Americano*. Roma: 1899, Título XII, Cap. I, art. 824-828.

³³³ *Atas do Concílio Plenário Latino-Americano*. Roma: 1899, Título XII, Cap. IV, art. 851.

³³⁴ *Atas do Concílio Plenário Latino-Americano*. Roma: 1899, Título XII, Cap. IV, art. 850.

³³⁵ *Atas do Concílio Plenário Latino-Americano*. Roma: 1899, Título XII, Cap. IV, art. 852.

³³⁶ *Atas do Concílio Plenário Latino-Americano*. Roma: 1899, Título XII, Cap. IV, art. 854.

A dedicação, o cuidado e o esforço para conservar e multiplicar os bens das paróquias são entendidos pelos bispos conciliares como os sinais de um bom administrador eclesiástico, cuja função não pode ser realizada de forma negligente. E para qualquer decisão que seja tomada pelo vigário, em relação à adição ou venda de partes do patrimônio das paróquias, o bispo diocesano deveria ser consultado a fim de conferir ou não a permissão para a realização dos trâmites legais de forma legítima.

Em Alagoas, durante a segunda metade do século XIX, encontra-se nos periódicos da época referência a cemitérios sob a responsabilidade das irmandades católicas³³⁷ ou paróquias, instituições pias, casas de misericórdia³³⁸, orfanatos e asilos.³³⁹ Durante os anos iniciais da República alguns destes estabelecimentos passaram para a tutela dos poderes executivos do estado. E durante o primeiro decênio do século XX, com a instalação do bispado, podem ser conferidas na imprensa local a informação da atuação de religiosos e religiosas ligados a ordens terceiras, marcando, assim, a existência de acordos entre o bispo diocesano e as autoridades públicas sob o pretexto de recuperar o acesso aos espaços de certas propriedades.

E, assim, vão sendo constituídas alianças visando beneficiar a ambas categorias, o que pode ser verificado pela existência de atividades das ordens religiosas nos estabelecimentos em questão, como foi o caso das irmãs de Caridade de São Vicente³⁴⁰ e as religiosas do Santíssimo Sacramento, respectivamente na área da saúde e da ação social. Outro exemplo que pode ser observado é o breve relato do trecho extraído do livro de correspondências oficiais do episcopado alagoano:

Ao intendente municipal do Passo de Camaragibe comunicamos a Vossa Senhoria que nesta data nomeamos o Rv. vigário desta paróquia administrador dos bens da Irmandade do Santo Sacramento dessa paróquia do Passo de Camaragibe, atualmente impedida de exercer suas funções especialmente das

³³⁷ Um exemplo é o cemitério localizado no bairro do Jaraguá no ano de 1840, pertencente à confraria de Nossa Senhora Mãe do Povo. Cf. COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió/AL: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 281.

³³⁸ Pode-se mencionar a Santa Casa de Misericórdia de Maceió como exemplo: foi fundada em 7 de setembro de 1857, pelo padre João Barbosa Cordeiro, político e vigário da mesma freguesia, com a denominação “Hospital de Caridade”. O estabelecimento hospitalar foi concebido para ser destinado à caridade e era supervisionado pela Congregação dos Religiosos de São Vicente de Paulo. Segundo o Almanak da Província de Alagoas do ano de 1873, tinha como provedor e administrador o capitão José Adolpho de Barros Correia. Ainda segundo as informações de Craveiro Costa e Torquato Cabral, no ano de 1896 o Barão de Traipú, na época governador, realizou uma reforma a partir da qual a provedoria passou a ser exercida por um delegado do governo do Estado. Cf. **Almanak da Província de Alagoas**. Maceió: Tipografia Social de Amintas e Soares, 1873, pp. 97, 158; COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió/AL: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p.264

³³⁹ São eles: Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, Asilo Santa Leopoldina, Asilo de Mendicidade, Asilo de Alienados.

³⁴⁰ GUTENBERG, Maceió, 20 de abril de 1905.

catacumbas que ela possui no cemitério da cidade que, sendo da paróquia, se acha atualmente a cargo do município.³⁴¹

Contudo, as questões relativas aos bens eclesiásticos não estavam limitadas, apenas, à adição e à recuperação de espaços e propriedades que uma vez estiveram sob a responsabilidade da Igreja Católica. Há também a preocupação com a manutenção e preservação dos edifícios das paróquias, dos utensílios utilizados para a realização das celebrações litúrgicas. Dom Antônio Brandão, como um bispo alinhado às diretrizes do Concílio Plenário e as pontifícias, ao se dirigir aos seus párocos por meio de circulares destacava quais eram as orientações que buscava seguir para a organização a estrutura diocesana, como se pode observar no ofício circular de 26 de maio de 1902, dirigidos aos párocos diocesanos, e publicado alguns dias depois no Jornal *A Fé Christã*, de Penedo:

O Concílio Plenário da América Latina, tendo em vista restabelecer a sábia disciplina da Igreja onde ela arrefecia e avigorá-la onde era observada, no capítulo que trata das Igrejas, capelas e oratórios públicos (nº 874 e seguinte) reproduziu disposições que desde eras remotas regulam as condições requeridas para edificação, restauração, reparação e ampliação das Igrejas, capelas e oratórios públicos, que não devem ficar ao arbítrio dos párocos e nem dos fiéis.

Assim, pois, determina que nenhuma nova edificação se faça sem licença escrita do Bispo Diocesano, precedendo certas diligencias, e, uma vez efetuada, não devem sofrer alteração sensível em seu plano e, muito menos, restauração, reparação ou ampliação.

Entretanto, estas disposições, outrora executadas, são presentemente transgredidas nesta Diocese a cada passo pelo abuso de edificações, reparos e etc. sem os transmites legais.

Para este assunto chamamos a atenção de V. Rv. para que cesse o referido abuso e que se observem fielmente as disposições da Constituição do Arcebispado da Bahia, Título 19, nº 692 e seguinte, certo que não autorizaremos a benção de Igreja e capelas edificadas ou restauradas etc. sem previa, licença nossa, e na visita pastoral inspecionaremos, como nos cumpre, esta parte da disciplina eclesiástica.

Deus Guarde a V. Rv.³⁴²

Por meio da circular se percebe que o ato da publicação de cartas episcopais constituiu-se numa estratégia para facilitar a divulgação e circulação das orientações do prelado aos seus vigários. Na situação da circular mencionada anteriormente, verifica-se, primeiro, a utilização das orientações do Concílio Plenário Latino-americano, o objetivo disto é tornar legítima a proposta institucional que prelado quer repassar aos vigários. O conteúdo específico da circular se relaciona à questão das licenças para edificação, restauração, reformas e reparos de paróquias

³⁴¹ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, [s/d], fl. 6.

³⁴² **A FÉ CHRISTÃ**, Penedo, 7 de junho de 1902.

e capelas. O documento assinado por Dom Antônio Brandão proíbe a realização de novas edificações ou reparos de paróquias sem as devidas autorizações do bispo diocesano. E caso fosse realizada, a liderança eclesiástica ameaça utilizar-se de seus poderes simbólicos ao afirmar que não serão "autorizadas bênçãos de igrejas e capelas edificadas ou restauradas sem a prévia licença".³⁴³

Porém, o ato de publicar na imprensa as circulares não substituiu a exigência da prática de registrar os ofícios do bispo nos livros de tomo das paróquias. Observando em outros documentos, entre eles os livros de despachos e de provisões, disponíveis no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, percebe-se o controle minucioso do bispo em relação à liberação de licenças para reformas, reparos e, em muitos casos, verbas financeiras para a manutenção da estrutura paroquial, que atenderiam a solicitações por parte dos vigários. E, por meio deles se notam as relações entre as orientações articuladas à estrutura patrimonial eclesiástica, à disciplina clerical e à ordenação de práticas religiosas, como por exemplo, na realização de procissões, missas, bem como o controle dos ambientes das irmandades, como se verá mais adiante.

Contudo, se por um lado, Dom Antônio Brandão passou a ser conhecido por causa do rigor com que administrou a jurisdição diocesana, já por outro, se percebe, no tocante à sua escrita, a necessidade que ele notava de corrigir os párocos pelo descumprimento ou pela irresponsabilidade na aplicação de suas orientações. Nas fontes consultadas, nota-se o uso de um tom paternal para cobrar do clero a implementação, e por que não dizer, a obediência de suas determinações, entre elas a atualização dos registros paroquiais. O que nos faz pensar que a prática da realização do inventário dos bens eclesiásticos não consistia apenas na exigência do bispo para exercer um controle nos assuntos pertinentes ao patrimônio das capelas e paróquias, conseqüentemente da diocese, mas se apresenta como uma necessidade de ter uma perspectiva dos bens patrimoniais que existiriam, e quais foram adquiridos, ou quais foram vendidos com ou sem a sua autorização. O descumprimento dessas orientações poderia ser interpretado como subtração ilícita e acarretar punições, entre elas a suspensão dos benefícios das provisões, ou seja, licitações para realização de práticas ligadas ao culto católico e assim como o auxílio financeiro à paróquia, correndo o sacerdote, ainda, o risco ter suspensas as suas "ordens", ou seja, os direitos para a realização de serviços religioso.

Neste momento surge a figura do "fabiheiro". Para resumir, a renda destinada à restauração, reforma e manutenção de uma paróquia ou capela era chamada de "fábrica de

³⁴³ A FÉ CRISTÃ, Penedo, 7 de junho de 1902.

sacristia", "fábrica eclesiástica", ou simplesmente "fábrica".³⁴⁴ Dessa forma, constitui-se como parte dos recursos utilizados pelos vigários para prover as necessidades de suas paróquias. O responsável por administrar os bens eclesiásticos recebia a denominação de "fabriqueiro"; à ele seria conferido o caráter de *sui generis* ("de seu próprio gênero" ou "de espécie única"), adquirindo, portanto, uma noção de "particularidade".³⁴⁵ Segundo Dalila Zanon e Valéria Eugênia Garcia, os fabriqueiros eram indivíduos que, na sua maioria, não faziam parte da hierarquia sacerdotal. Na verdade, eram paroquianos (leigos), escolhidos por uma assembleia de habitantes da freguesia. O candidato tinha por obrigação cumprir alguns pré-requisitos para ser escolhido à função: seguir os códigos morais católicos, ou seja, deveriam apresentar uma conduta íntegra perante os demais fregueses da paróquia; e serem alfabetizados; tinham que saber ler e escrever.³⁴⁶

Apesar do objetivo da análise de Dalila Zanon ser a organização da Igreja Católica paulista durante o século XVIII, observar-se, também a referência ao fabriqueiro nos documentos do início do século XX, notando-se, desta forma, a continuidade da estrutura burocrática anterior regida pelo sistema do padroado régio:

(...) Dentre as tarefas atribuídas para este grupo estava a manutenção do prédio da igreja, a guarda dos bens móveis (devendo-se inventariar todos os anos), a administração dos recursos, arrecadação das receitas e quitação das dívidas, sendo responsáveis pela igreja e seus anexos, incluídas as sepulturas.³⁴⁷

Zanon ainda traz informações pertinentes em relação à burocracia que distinguia a administração de paróquias católicas convencionais, estabelecidas nas freguesias e centros urbanos, e as capelas particulares, criadas em engenho e fazendas, seguindo as diretrizes das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

(...) As paróquias e capelas fundadas pelos monarcas recebiam da fazenda real um dote para constituir suas fábricas. Esse dote deveria ser enviado todos os anos aos fabriqueiros, responsáveis, segundo as Constituições da Bahia, pela administração destes recursos. No caso das capelas erigidas por leigos, ordenavam as Constituições que os fundadores deveriam dotar ao menos de

³⁴⁴ ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009, p. 95; GARCIA, Valéria Eugenia. **Do Santo ou de quem ... Ribeirão Preto**: Gênese da cidade mercadoria. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - São Paulo: USP, 2013, p. 61.

³⁴⁵ GARCIA, Valéria Eugenia. **Do Santo ou de quem ... Ribeirão Preto**: Gênese da cidade mercadoria. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - São Paulo: USP, 2013, p. 61.

³⁴⁶ ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009, p. 95; GARCIA, Valéria Eugenia. **Do Santo ou de quem ... Ribeirão Preto**: Gênese da cidade mercadoria. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - São Paulo: USP, 2013, p. 61.

³⁴⁷ ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009, p. 95.

seis mil réis as fábricas todos os anos. Além disso, parte das taxas cobradas por ocasião das missas festivas e fúnebres, enterros multas e rendas territoriais que pertenciam à fábrica da igreja.³⁴⁸

Ainda sobre esta questão, compartilho a hipótese sustentada pela autora ao destacar que a "intenção dos bispos era subordinar as atividades dos fabriqueiros ao pároco"³⁴⁹, ou seja, que gradualmente as funções de administrador dos bens paroquiais passassem das instâncias leigas para eclesiásticas, que a função passasse a ser outorgada aos vigários. Nos ofícios de Dom Antônio Brandão enviados principalmente aos párocos, mas também aos fabriqueiros, a mensagem é marcada pela insistência no dever dos párocos em cumprir as determinações do Concílio Plenário Latino-Americano, em específico no que diz respeito à entrega dos registros e das prestações de contas anuais das paróquias, como uma forma do bispo observar os gastos e a composição dos patrimônios sob a responsabilidade dos párocos. Na sua correspondência encaminhada no dia 30 de junho de 1903 ao vigário de Água Branca, o bispo diocesano exige que se cumpra, fielmente, a execução do *Regulamento das Fábricas Paroquiais*, publicado no ano de 1894e, também, que se cumpram as orientações que ele, como a autoridade eclesiástica, tem determinado por meio das provisões ao fabriqueiro.³⁵⁰ Além do mais, Dom Antônio Brandão recomenda ao administrador que examine os seus livros de registros e mande uma cópia assinada por ele e pelo vigário à secretaria da diocese.

A leitura das correspondências episcopais mostra, dessa forma, o quanto elas são assinaladas por visíveis conflitos de interesses. Quando o fabriqueiro não cumpria com os prazos, ou não mantinha devidamente atualizados os registros das provisões e dos gastos das paróquias e capelas, ou não exercia os seus deveres burocráticos de forma correta, o bispo diocesano chamava a sua atenção. Na verdade, não só dele, como também a do pároco. Segundo Zanon, "ao sacerdote ficava a responsabilidade de cobrar tanto transparência, como clareza e compromisso em relação à administração das fábricas".³⁵¹

Portanto, não é de se estranhar o fato de que ocorram relatos de má administração por parte dos funcionários responsáveis. Para se ter uma ideia, em 11 de março de 1903, Dom Antônio Brandão encaminha uma carta ao vigário de Jaraguá a fim de obter informações sobre as graves acusações que recebeu em relação ao recém-nomeado administrador do cemitério

³⁴⁸ ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009, p. 95.

³⁴⁹ ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009, p. 98.

³⁵⁰ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 30 de junho de 1903. fl. 9.

³⁵¹ ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009, p. 96.

paroquial da região. E, exige que o fabriqueiro explique tais circunstâncias para que possam ser tomadas as providências "com a máxima urgência".³⁵² O bispo também intima o comparecimento do fabriqueiro perante a sua presença, no Palácio Episcopal, a fim de justificar as alterações encontradas nas contas das despesas do livro de registros. O prelado encerra o ofício direcionando umas poucas linhas ao pároco, ao chamar sua atenção sobre o requerimento da fábrica que se encontrava expirado, acentuando que era sua responsabilidade cumprir estes encargos burocráticos.

Contudo, o caso mais intrigante parece ter sido o dos ofícios destinados ao cônego Vicente Ferreira de Meira Lima, pároco de Traipú, sobre as denúncias recebidas referentes ao responsável pela administração da capela dedicada ao Senhor dos Pobres em Mumbaça, sobre a jurisdição do dito pároco:

Tendo nós recebido graves acusações contra a administração da capela ao Senhor dos Pobres de Mumbaça, mandamos a V. Rv. que intime o Fabriqueiro ou administrador para dentro de 30 dias a contar de hoje, para que nos apresente as contas julgadas ou não julgadas da referida administração desde o ano de 1894, afim de avaliarmos a procedência das acusações feitas. Trata-se de assunto grave que interessa ao próprio fabriqueiro pelo que não prorrogamos o prazo de 30 dias. Depois de examinarmos as contas ouviremos a V. Rv. se for necessário.³⁵³

Em outro ofício, sessenta dias depois, com a data de 17 de maio do mesmo ano, o bispo diocesano escreve mais uma vez ao pároco questionando-o sobre o atraso do envio dos respectivos registros de provisões, já que o tempo limite estabelecido já tinha expirado. E, por não cumprir as determinações episcopais o fabriqueiro acaba por ser destituído de suas funções até ser tomada uma nova providência:

Recebi o ofício de V. Rv. de 2 de abril de 1902 e com ele a provisão já sem valor do Fabriqueiro, dizemos ao administrador daquela capela de Mumbaça, por ser muito expirado do seu prazo, portanto o referido administrador é nulo enquanto não tiver nova provisão. Com o referido ofício veio também uma cópia das contas da referida capela, que não satisfaz o nosso pedido em ofício de 7 de março. Repetimos, requeremos que venha[sic] a nossa presença as contas julgadas ou não julgadas relativas à capela de Mumbaça desde 1894 acompanhadas das autorizações da autoridade competentes para as despesas que excedem 25\$000, como preceitua o regulamento das fabricas que deve ser observado.

Ao Bispo compete tomar conta aos fabriqueiros e administradores e queremos exercer pessoalmente este direito. V. Rv. informe quem é o zelador da capela de Mumbaça. Devolvemos a provisão já sem valor.³⁵⁴

³⁵² **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas, Maceió**, 11 de março de 1903. fl. 7.

³⁵³ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas, Maceió**, 7 de março de 1902. fl. 4.

³⁵⁴ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas, Maceió**, 17 de maio de 1902. fl. 3.

Segundo Álvaro de Queiroz, no ano de 1870 a Freguesia de Traipú possuía, além da igreja matriz dedicada à Nossa Senhora do Ó, 11 capelas filiais. O número aproximado de batizados atingia os seiscentos, os casamentos cem e óbitos a sessenta.³⁵⁵ No início do século XX, a vila era composta por aproximadamente dez povoados que tiravam da agricultura e a pecuária as suas principais fontes de subsistência, conforme as palavras de Costa e Cabral "a criação pastoril é a principal riqueza do município; o gado ali se desenvolve rapidamente".³⁵⁶ Uma localidade pequena, simples, predominantemente rural, quase no meio do nada, próximo à foz do Rio São Francisco; contudo, pela quantidade de estabelecimentos destinados aos cultos e celebrações católicas, não é de se estranhar preocupação do titular episcopal alagoano pela má administração dos bens eclesiástico por parte do fabriqueiro, nem tampouco pelo omissão do pároco em relação às más atitudes do administrador.

Neste quesito a burocracia eclesiástica e os interesses religiosos convergem, o que nos leva a crer que o interesse do prelado não estaria concentrado apenas no dever de organizar as informações financeiras e patrimoniais das paróquias diocesanas. Parece ter a ver com o dever de regular o ambiente diocesano conforme as orientações da Cúria Romana. Para o prelado, o fato de o vigário de Traipú ter relevado as atitudes do fabriqueiro não apenas prejudicaria a imagem do próprio pároco, mas comprometeria ao bispo diocesano, pois este prestaria contas ao “Santo Padre” (Papa) e a Deus, por causa das atitudes dos seus funcionários, como se pode observar no ofício datado de 05 de junho de 1905:

Como Supremo administrador eclesiástico da diocese, não podemos concordar e consentir quando esta administração vá à revelia como tem acontecido até agora, pois pesa sobre nós grave responsabilidade desde de que daremos conta a Igreja, isto é, ao Santo Padre e a Deus.

Daí a responsabilidade que há dos párocos de nos informarem acerca dos bens eclesiásticos e nos ajudarem nessa missão, não abranso(?) por si, mas com subordinação a Nós, e V. Rv. tem ainda a maior obrigação porque por sua causa nos demitimos a um tempo o administrador da capela de Mumbaça para quem V. Rv. se interessou, quando tínhamos graves desconfianças.

Agora nos consta que morrendo o sr. João Emporio(?), foram separados os bens para o pagamento da devida capela de Mumbaça e quando a quantia que sr. Lima tinha em mão de V. Rv. pertencente a [ilegível] V. Rv. lhe entregara já conhecendo como aí que o sr. Lima não inspirava confiança!!!!

Como V. Rv. espera esgueirar-se desta responsabilidade? Como entender sua situação até hoje?

³⁵⁵ QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015, p. 99.

³⁵⁶ COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió/AL: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 43.

Será responsabilidade grande e lhe agrava a consciência fique certo disto, portanto, procure reparar o mal que a sua negligência fez e nós informe de tudo como é de sua obrigação.

Nossa intenção é afastar de nós toda responsabilidade e cumprir o nosso dever de prelado.³⁵⁷

O trecho acima é bastante significativo. Em suas entrelinhas traz muito do pensamento centralizador proposto pela política católica ultramontana. O zelo pela instituição eclesiástica, o comprometimento da responsabilidade conferida pelo papa ao bispo, o dever dos vigários em cuidar dos bens postos em suas mãos, uma missão que deve ser executada com excelência. Ao utilizar a sua autoridade pastoral, Dom Antônio Brandão faz jus a sua imagem construída de um bispo engajado no processo de reforma do catolicismo no que diz respeito a correção do clero.

Pela breve leitura do ofício percebe-se a cobrança do prelado relativa à subordinação e ao cumprimento dos encargos administrativos e burocráticos dos vigários. Pela escrita da correspondência também se nota que era dever do pároco informar ao bispo sobre qualquer problema que estivesse ocorrendo na relação entre vigário e fabriqueiro. O que chama a atenção é que o reverendo Meira Lima passa por cima de uma ordem estabelecida anteriormente pelo titular episcopal, que foi a demissão do administrador eclesiástico, e sem as devidas explicações mantém o fabriqueiro no exercício de suas funções. Para Dom Antônio Brandão, este ato é considerado uma manifestação de insubordinação à autoridade e, principalmente, um escândalo que deveria ser evitado. O prelado lembra ao reverendo do seu lugar hierárquico e exige que a negligência sobre a sua responsabilidade seja reparada, a fim de não atrair piores consequências.

As práticas do prelado em relação à disciplina e moralização do clero serão debatidas posteriormente; antes cabe trazer uma reflexão sobre os posicionamentos de Dom Antônio Brandão em relação a manifestações de religiosidade ligadas à Igreja Católica, especificamente nas celebrações realizadas pelas irmandades e confrarias religiosas, nas ordenações das santas Missões Populares e, possivelmente, da própria ritualística associada ao catolicismo popular.

4.3.2. "Para que vossas almas se conservem puras": a escrita e as práticas de controle religioso no primeiro bispado de Alagoas

Como na questão relacionada aos bens eclesiásticos, a Pastoral de saudação de Dom Antônio Brandão traz referência a aspectos religiosos do catolicismo como um elemento predominante e enraizado na identidade alagoana e brasileira. Esta “vivência católica” aparece

³⁵⁷ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 5 de junho de 1905. fl. 13.

como uma característica associada à temática do progresso, civilização e salienta o espaço da Igreja Católica romana como a única religião verdadeira, e os seus sacerdotes e pastores têm como missão a salvação do seu rebanho, seguindo os moldes dos apóstolos, conforme o titular episcopal escreveu:

Nos exemplos dos Apóstolos temos apreendido que nossa missão é trabalhar assídua e diligentemente para que vossas almas, confiadas a nossa direção, se conservem puras e inocentes nesta vida para que na outra gozem do sumo bem, que é Deus, que nos criou e conserva.³⁵⁸

Neste caso, em particular observa-se a motivação transcendente no discurso do bispo relacionado ao seu dever junto aos fiéis. A utilização dos termos "para que vossas almas se conservem puras e inocentes" passa a impressão de uma imposição dos ideais católicos pela autoridade eclesiástica aos seus diocesanos. A imposição aqui não está ligada à uma prática no sentido imperativo, ou seja, de uma ordem. Mas a algo aproximado à concepção de um controle das modalidades religiosas. A hierarquia católica sempre observou com estranheza a existência de manifestações relacionadas com o sagrado que na sua ótica fugiam das "normatizações" dos seus rituais; ou ainda, buscava exercer a sua autoridade em espaços coletivos considerados propícios ao surgimento de ameaças a sua autoridade e ao domínio doutrinal:

Desejosos de impedir a ocorrência de surtos de mobilizações religiosas nesses lugares de devoção que pudesse escapar ao seu controle, a exemplo do que sucedera em Juazeiro e Canudos, os prelados da República Velha [ou Primeira República] não mediram esforços para coibir desmandos nas irmandades, buscando enquadrá-las em um regime idêntico de submissão à autoridade episcopal a que se sujeitavam as ordens terceiras e as associações pias findas pela Igreja no contexto da política de "romanização". Nessas condições, o empenho em canalizar as rendas auferidas por essas confrarias por conta da exploração econômica de importantes santuários se inscrevia numa política de disciplinamento das principais festas religiosas, sobretudo dos santos padroeiros.³⁵⁹

Desta forma, assinala-se na ocorrência da "Questão dos Bispos" (1872-1875) o ponto de partida para à elaboração de estratégias por parte da hierarquia católica visando o controle dos espaços das irmandades religiosas. Durante as últimas décadas do século XIX, este objetivo passou a ser uma das prioridades do episcopado.³⁶⁰ No Brasil, as irmandades, congregações e confrarias religiosas eram regidas pelos seus próprios compromissos e, por isso, desfrutavam

³⁵⁸ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse.** Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 9.

³⁵⁹ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930).** São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 41.

³⁶⁰ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização: A implantação da diocese da Paraíba (1894-1910).** João Pessoa: EDUFPA, 2016, p. 196.

de uma significativa autonomia em relação à hierarquia eclesiástica.³⁶¹ Estes ambientes de manifestações religiosas eram destinadas ao laicato e possuíam a incumbência de "administrar os bens patrimoniais, do culto e das festas e de tudo que envolvesse ao santo patrono da associação religiosa".³⁶² O papel dos sacerdotes ficava resumido aos convites para a ministração dos sacramentos em determinados eventos e dias festivos.

No território alagoano, grande parte das associações leigas existentes foram fundadas durante o século XIX, entre elas: a irmandade de Bom Jesus dos Martírios (1833), a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos (c. 1829) e a Irmandade de São Benedito (1864). Os jornais desta época apontam a ocorrência de conflito entre o clero católico e os maçons por causa do direito à realização dos ritos fúnebres e ao convívio coletivo fornecido pelas irmandades.³⁶³ Percebe-se que esses conflitos em Alagoas eclodiram como uma repercussão das tensões que envolviam os bispos de Pernambuco e do Pará e a administração civil do Império. Além das irmandades religiosas, os jornais dos séculos XIX e XX mencionam a presença de outras instituições pias ligadas ao laicato católico; são elas: a Pia União das Filhas Maria, Apostolado da Oração e a Sociedade de São Vicente de Paula. Durante a primeira década após a criação da diocese, notou-se, por meio da consulta às fontes, que Dom Antônio Brandão adotou a execução de uma estratégia de vigilância e normatização das associações leias, cuja as indicações podem ser observadas na mensagem de 12 de janeiro de 1903, direcionada ao vigário responsável pela freguesia de Alagoas (atual Marechal Deodoro):

Constando-nos que na tarde do dia 6 deste mês a Irmandade de São Benedito, desta cidade, fez esta uma procissão para Taperaguá e vice-versa, mandamos a V. Rv. que retornando com a referida irmandade e nos informem[sic] se tal se deu e por quem foi autorizada já que no ano passado havíamos condenado verbalmente este abuso.³⁶⁴

O pároco da freguesia de Alagoas, na época, era o padre Emilio Diverchy. Ele era um sacerdote de nacionalidade francesa, que atuou como pároco da cidade de Alagoas, na freguesia de São Miguel dos Campos e como vigário das paróquias de Nossa Senhora da Graça, na Levada, e Santo Antônio de Pádua, em Bebedouro, ambas na cidade de Maceió. Por meio da

³⁶¹ DIAS, Roberto Barros. "**Deus e a Pátria**": Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História Regional) - João Pessoa - UFPB, 2008, p.140.

³⁶² FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização**: A implantação da diocese da Paraíba (1894-1910). João Pessoa: EDUFPB, 2016, p. 196

³⁶³ Agradeço a contribuição dos trabalhos dos amigos(as) do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Lívia Gomes da Silva, *Os termos de compromisso e a organização das irmandades leigas dos homens pretos de Maceió no século XIX*, e Élide Kassia Vieira da Silva, "*De patuscadas a bachanaes*": *As festas das Irmandades religiosas e o avanço ultramontano em Alagoas (1840-1889)*, cuja as pesquisas buscam contemplar as tensões entre Igreja Católica e Maçonaria em meio ao ambiente das Irmandades Religiosas no território Alagoano.

³⁶⁴ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, 12 de janeiro de 1903, fl. 3.

leitura do ofício apresentado anteriormente pode-se observar dois elementos: em primeiro lugar, a restauração de uma irmandade religiosa sem a permissão do bispo, o que por si só já considerado um ato de insubordinação por parte do vigário. E, em seguida, têm a informação da realização de uma procissão até Taperaguá, um povoado próximo à cidade das Alagoas. Este pequeno distrito, segundo o *Almanak da Província de Alagoas* se localizava a cerca de dois quilômetros de seu centro urbano.³⁶⁵

Buscando nos periódicos encontrou-se a notícia de que no ano 1891, Taperaguá possuía aproximadamente setecentos e cinquenta habitantes “na distância de uma milha e ligados por três pontes de madeira sobre o rio Samaúma, no riacho Utinga e um pequeno córrego que vai desaguar na lagoa Mamguaba”.³⁶⁶ Taperaguá também é apontada como umas das primeiras povoações fundadas na região que hoje corresponde ao município de Marechal Deodoro, cuja as origens remontem aos finais do século XVI e os meados do XVII.³⁶⁷

Ainda nos consta que nesta localidade foi edificada uma igreja dedicada ao Nosso Senhor do Bonfim, fortemente influenciada pela arquitetura barroca, e cujos festejos são realizados entre os dias 01 a 06 de janeiro, coincidindo com a folia de Reis, a mesma data indicada pelo ofício episcopal que corresponde a realização da procissão. Estes fatos nos levam a pensar que a repreensão feita pelo bispo diocesano ao pároco Diverchy foi motivada pelas irregularidades ligadas a realização da solenidade. Já que nas palavras da autoridade eclesiástica a cerimônia era considerada um abuso. Estas características fornecem a indicação que a festividade ao santo patrono da região de início não era reconhecida pela hierarquia católica, recebendo a classificação de "manifestação religiosa do povo", ou até mesmo, poderia conter associações com as expressões de religiosidade africana e que, posteriormente, passou a ser assimilada pela população deodorense, ao longo do tempo, dentro da tradição católica:

A festa do Senhor do Bonfim também sempre foi tradicional e, embora já se processe em ritual bem diverso dos da época em que os engenhos de açúcar eram ativos e enviavam carros de bois com madeira da mata para uma evolução em frente à igreja e a montagem de uma grande fogueira, ainda acontecem as missas e apresentações de bandas musicais no adro, além da concorrida procissão do santo realizada no dia de Reis, com seu percurso longo, sob o acompanhamento alternado de duas bandas de música.³⁶⁸

³⁶⁵ **ALMANAK DA PROVÍNCIA DE ALAGOAS.** Maceió: Typ. Social, 1877, p. 189

³⁶⁶ **ALMANAK DO ESTADO DE ALAGOAS.** Maceió: Typ. da empresa Gutenberg, 1891, p. 234.

³⁶⁷ MARGALHÃES, Ana Cláudia; FERRARE, Josemary; SILVA, Maria Angélica da (org). **O convento franciscano de Marechal Deodoro-Santa Maria Madalena.** [Online]: IPHAN, 2012, pp. 87-88.

³⁶⁸ MARGALHÃES, Ana Cláudia; FERRARE, Josemary; SILVA, Maria Angélica da(org). **O convento franciscano de Marechal Deodoro-Santa Maria Madalena.** [Online]: IPHAN, 2012, p. 105.

Outras situações atingiram a estrutura burocrática das associações, como pode ser lido no ofício encaminhado ao pároco de Atalaia, o padre Pio Correia. Onde o bispo na qualidade de governante diocesano, o nomeia como responsável pela administração dos bens, os utensílios e os serviços da Irmandade do Santíssimo Sacramento, localizada na mesma paróquia, a qual se encontrava sem mesa regedora há anos, até que fossem realizada novas eleições para a composição da junta administrativa da confraria.³⁶⁹

Contudo, o espaço das associações leigas não foi o único âmbito em que se observa a ocorrência da regulamentação de práticas religiosas; na documentação analisada se consegue notar o modelo clerical proposto pelo projeto eclesiástico em desenvolvimento no contexto estudado. O sacerdote deveria atuar como um exemplo de virtude e dignidade para os fiéis. E essas qualidades deveriam resplandecer durante as realizações das cerimônias religiosas católicas. Sendo assim, ficaria ao encargo dos bispos escolher a melhor maneira de regulamentar e organizar os atos externos de fé. Entre o material encontrado no acervo do Arquivo da Cúria de Maceió destaca-se o "Livro de despachos", criado no ano de 1901, sendo a responsabilidade do tomo atribuída ao padre Arthur Alfredo Passos, vigário coadjutor da Paróquia do Jaraguá e secretário diocesano. Este documento traz informações sobre a liberação de licenças para as realizações de procissões, festas de santos e de padroeiros, execução de atos sacramentais, como batismo e casamento.

Este ponto perpassa o tema da disciplinarização do clero, que será explanado mais à frente, e nos leva a pensar que o uso das correspondências, ofícios e cartas circulares ligado a pretensão de homogeneizar as práticas religiosas. Ao cruzar as informações do livro de despachos com as correspondências oficiais do bispado, pode-se notar o empenho de Dom Antônio Brandão relacionado ao cumprimento das funções dos párocos com a devida responsabilidade e sem exageros. Porém, tais medidas são marcadas por atritos entre a autoridade eclesiástica e os vigários diocesanos.

Um caso apropriado para se mencionar ocorreu com o vigário de Murici, Joaquim da Rocha. Nas páginas do livro de despachos consta que em 3 de janeiro de 1903 ele solicitou ao bispo diocesano a permissão para realização de uma missa no oratório privado do senhor Marcos Vieira.³⁷⁰ Contudo, ao se fazer uma leitura nas correspondências episcopais nos deparamos com a informação de que aos 13 de janeiro do mesmo ano, o dito padre Joaquim da Rocha celebrou uma missa campal ao ar livre na rua de Branquinha, uma cerimônia totalmente

³⁶⁹ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, 11 de abril de 1903, fl. 3.

³⁷⁰ **Livro de despacho (1901-1910)**. Maceió, 03 de janeiro de 1903. fl. 19.

diferente daquela para a qual solicitou permissão. Dom Antônio Brandão exige que o pároco "informe conscientemente o que soube a respeito", cobrando satisfações sobre os motivos pelos quais não atuou conforme os despachos.³⁷¹

Porém, o caso mais expressivo continua a ser o do vigário Vicente Ferreira de Meire Lima, o já mencionado pároco de Traipú. Como vimos nas páginas anteriores, o padre Meire Lima, como também era conhecido, testemunhou os atritos entre o bispo diocesano e o fabriqueiro das capelas sob a responsabilidade da sua paróquia. Contudo, esta não foi a única situação em que o titular eclesiástico buscou corrigir o seu subordinado. Em um comunicado enviado ao pároco em 10 de março de 1906, Dom Antônio Brandão chama à atenção do sacerdote em relação às suas responsabilidades junto à igreja matriz do município, principalmente nos dias de domingo, como poderá ser lido na íntegra a seguir:

Parece-me que já uma vez lhe disse que ao meu conhecimento chegava a notícia de que V. Rv. se ausentava muitas vezes da sua matriz em domingos para celebrar nas capelas e sua resposta não me satisfaz. Continuam as queixas pelo que de novo venho perguntar-lhe se é [ilegível] que V. Rv. se ausenta todas as [?] vezes de sua matriz em dias que tem obrigações de nela celebrar em capelas e no caso afirmativo que privilégio tem para assim fazer?

Desde já lhe digo que o mau exemplo de outros não justifica. O dever do meu cargo me obriga a pugnar [?] pela [?] fiel observância das leis eclesiásticas, especialmente do Concílio Plenário Latino Americano, que no nº 357, trata do caso.

Estimarei muito saber que V. Rv. cumpre este seu dever, contentando assim seus paroquianos e seu Prelado que o estima e deseja-lhe saúde e dons celestes.³⁷²

Pelo ofício nota-se o descontentamento do bispo em relação à negligência do sacerdote por não realizar as celebrações da missa na igreja matriz da freguesia, mas fazê-lo em outras capelas da localidade. Entre as capelas da época subordinadas à paróquia de Traipú encontra-se a dedicada a Nosso Senhor dos Pobres, no povoado de Mumbaça, um território marcado pela convergência entre o catolicismo e o culto africano. Segundo Magno Francisco de Jesus Santos, a capela de Mumbaça se originou a partir de uma comunidade de descendentes de quilombolas.³⁷³ Há nos relatos dos jornais referências de peregrinações nas proximidades em honra ao santo padroeiro³⁷⁴, cujas memórias remetem ao século XVII. No entanto foi apenas

³⁷¹ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**. Maceió, 13 de janeiro de 1903. fl. 6.

³⁷² **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 10 de março de 1906. fl. 14.

³⁷³ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Nesta terra entre montes e baixos": usos dos passados e sacralização dos espaços no Santuário Senhor dos Pobres. In: **Revista Sapiência - Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, vol. 6, Dossiê: Religiões e Religiosidades na Modernidade Tardia, p. 156-157, dez. de 2017.

³⁷⁴ **A FÉ CRISTÃ**. Penedo, 24 de novembro de 1904.

durante a segunda metade do século XIX que o local se tornou um epicentro e destino de romarias e procissões.

Em mais de uma ocasião Dom Antônio Brandão encaminhou ofícios ao pároco Meira Lima cobrando as informações referentes a acusações feitas ao administrador da capela de Mumbaça.³⁷⁵ Em alguns momentos o bispo chega a repreender o vigário pela omissão dos relatórios e registros dos bens da capela,³⁷⁶ destacando o descumprimento das determinações do Concílio Plenário Latino Americano.³⁷⁷ Esses pontos mencionados sugerem o prelado tentou normatizar as práticas de manifestações de religiosidade popular, junto com os lucros gerados pelas realizações destas solenidades.

Outro tema observado durante a análise das fontes foi a presença das congregações religiosas como um mecanismo de difusão de formas de devoções alinhadas ao projeto centralizador da cúria romana, como os cultos marianos e ao Sagrado Coração de Jesus. Segundo Luiz André Caes, o auxílio das congregações religiosas tinha o objetivo de controlar o laicato, as já citadas irmandades e confrarias, e conter manifestações do catolicismo popular. Com a finalidade, de substituir gradualmente, e diminuir as atividades das confrarias, ou até mesmo encerrá-las. Os bispos tinham a possibilidade de solicitar junto à Nunciatura Apostólica o envio de religiosos e religiosas para que pudessem suprir a suposta escassez de padres. Em Alagoas, durante a primeira década do século XX, membros pertencentes às ordens religiosas iniciaram seus trabalhos em localidades sertanejas e distantes dos grandes centros urbanos.³⁷⁸ No ofício de 13 de maio de 1903, o bispo alagoano enviou ao Núncio Apostólico um comunicado solicitando a vinda de congregações religiosas. No texto consegue-se notar a permanência do discurso sobre a insuficiência de sacerdotes no estado, principalmente em áreas distantes da diocese:

Acuso a recepção da carta de V. Excelência de 20 de fevereiro que respondo. Quando Bispo do Pará expus ao antecessor de V. Excelência o que pensava acerca das missões naquelas vastíssimas regiões e agora confirmo quanto então disse que as condições da diocese de Alagoas são outras. Cumpre-me dizer o meu pensar acerca dela. Se nesta diocese não temos silvícolas, nem grande extensão territorial, contudo há falta de clero presentemente para regar as paróquias e se ocupar das missões, que são[?] de tão alta importância e cuja falta o povo lamenta. Portanto, Excelentíssimo senhor, eu, o clero e o povo desejamos a vinda de religiosos e religiosas e muito agradeceremos os esforços que Vossa excelência fizer nesse sentido. Há paróquias nesta Diocese

³⁷⁵ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, 07 de março de 1902, fl. 2.

³⁷⁶ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, 05 de julho de 1905, fl. 12.

³⁷⁷ Mais sobre ocorrido pode ser conferido em: FARIAS, Altina Maria Rodrigues. O livro de correspondência oficial (1901-1922): Governo episcopal de D. Antônio Brandão. in: **Quæstionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ano III, Nº 3, pp. 90-109, 2018.

³⁷⁸ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 13 de março de 1903, fl. 4.

que podem receber até 4 religiosos, sendo um dele[sic] pároco e prover a cômoda subsistência deles, além disto há nas cidades de Alagoas e Penedo conventos de franciscanos desocupados onde poderia estabelecer-se alguma comunidade. O território desta Diocese é salubre e aqui se dão bem os europeus.

Não temo que faltem aos religiosos meios de viver e algumas religiosas poderiam tomar a direção de um asilo de órfãos e talvez do hospital de caridade que aqui existem. Eu receberei como um presente do céu a vinda dos religiosos por quem tenho suspirado; por isso tenho-me à disposição de V. Excelência para prestar quaisquer informações.³⁷⁹

Alguns meses depois do envio deste ofício, em 17 de agosto do mesmo ano, o prelado alagoano encaminha outra mensagem ao órgão diplomático da Cúria Romana em território brasileiro, solicitando o envio de quinze religiosos e seis religiosas. Inclusive o bispo diocesano afirma haver algumas paróquias vagas e alguns estabelecimentos nos quais os membros das congregações poderiam assumir. Cabe lembrar que o discurso sobre a ausência de sacerdotes para à execução do trabalho pastoral já apareceu no texto de sua carta pastoral de saudação, que destacava que a fundação da diocese aumentaria a quantidade de sacerdotes no estado, de acordo com suas palavras: "que eram tão numerosos no passado".³⁸⁰

Por coincidência, ou não, membros de congregações religiosas chegaram à capital do estado nos anos de 1903 e 1904, cerca de seis meses após o envio do primeiro pedido à Nunciatura Apostólica. No início de dezembro 1903, registra-se nos jornais a passagem de missionários franciscanos oriundos da Bahia, entre eles o frei Hipólito Zurek, superior da Ordem, em direção ao sertão de Pernambuco e que durante o percurso visitou várias localidades no estado de Alagoas.³⁸¹ No ano seguinte, os mesmos periódicos descrevem a chegada dos frades capuchinhos Frei Angélico e Frei Gaudioso à cidade de Penedo e o desenvolvimento dos seus trabalhos nas circunvizinhanças.³⁸²

Os anos que vão de 1904 até 1907, podem ser caracterizados, pelos relatos nos jornais, da presença destas ordens religiosas, através da realização das solenidades conhecidas como "Santas Missões Populares", principalmente em localidades do agreste e do sertão do estado, conforme o discurso do bispo diocesano, "carentes da presença de clero".³⁸³ Segundo Lúcia de Fátima Ferreira, esta prática foi utilizada pela hierarquia eclesiástica brasileira como uma das estratégias para a implantação do projeto da "romanização", tanto entre as populações de

³⁷⁹ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 07 de julho de 1903. fl. 5.

³⁸⁰ **Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse**. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901, p. 6.

³⁸¹ **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 5 de dezembro de 1903 e 27 de fevereiro de 1904.

³⁸² **A FÉ CRISTÃ**, Penedo, 16 de janeiro de 1904.

³⁸³ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 13 de março de 1903. fl. 4.

idades interioranas, como em paróquias das grandes cidades.³⁸⁴ Em um artigo de *A Fé Christã* um dos redatores aponta os frutos e os benefícios causados pelos missionários em algumas localidades:

Eis os frutos das Santas Missões em três paróquias da Zona do São Francisco pelos missionários capuchinhos Frei Angélico e Frei Gaudioso.
 Penedo (18 dias) - confissões 4.000; comunhões, 3.500; batizados, 78; crismas, 3.000; prédicas, 43; casamentos, quase todos de amancebados, 600.
 Piaçabuçu (10 dias) - confissões, 3.000; comunhões, 2.500; batizados, 72; crismas, 1.542; prédicas, 27; casamentos, quase todos de amancebados, 232.
 São Brás (7 dias) - confissões, 2.000; comunhões, 1.500; batizados, 40; crismas, 1.310; prédicas, 18; casamentos, quase todos de amancebados, 150.
 Os algarismos acima provam claramente que o trabalho dos missionários de Deus é uma obra afanosa e de verdadeiro mérito, não só para a causa da Igreja como da sociedade. Em confronto: qual é o bem, o resultado que produzem as seitas execradas condenadas por Deus e pelo mundo? O mal, a corrupção de costumes: o mal, sempre o mal!³⁸⁵

Um ponto interessante a se analisar na mensagem do bispo diocesano ao Núncio apostólico é a afirmação da inexistência de nativos indígenas no território alagoano, e esse fato seria o diferencial que facilitaria o trabalho das congregações religiosas solicitadas pelo prelado ao órgão diplomático da Cúria Romana. A fala em questão, seguramente aplicada de forma intencional, reproduz uma prática discursiva desenvolvida desde a segunda metade do século XIX, que tentava diminuir a visibilidade étnica das populações remanescentes indígenas. Desde a promulgação da lei de terras de 18 de setembro de 1850³⁸⁶, ainda no período imperial, os poderes políticos buscaram elaborar estratégias para assimilar os povos nativos e incorporá-los à sociedade.

Para Darni Bagolin, a incorporação de terras devolutas levou à tomada dos territórios de aldeamentos supostamente extinto pelos poderes provinciais, sob a alegação de que não constituiriam mais uma população de "selvagens", mas sim indivíduos civilizados.³⁸⁷ Ou ainda,

³⁸⁴ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização**: A implantação da diocese da Paraíba (1894-1910). João Pessoa: EDUEPB, 2016, p. 168

³⁸⁵ **A FÉ CHRISTÃ**, Penedo, 27 de fevereiro de 1904.

³⁸⁶ Brasil. Leis e decretos. Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: a determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas a particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. **Lex-Coletânea de Legislação**, pp. 233-237, 1850. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao02/materia02/leis_ze.rtf> Acessado em 2 de dezembro de 2018.

³⁸⁷ BAGOLIN, Darni Pillar. **O indígena na República Velha**: As instituições de "proteção" do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) - Passo Fundo: UPF, 2009, p. 37; SILVA, Aldemir Barros Júnior da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano. Dissertação (Mestrado em História) - Salvador: UFBA, 2007, p. 17.

indicavam que as faixas territoriais correspondentes às aldeias pertenciam a propriedades privadas.

A continuidade deste discurso desqualificante que elabora a noção do que é “ser índio” torna-se relevante ao se pensarem as atividades pastorais desenvolvidas por Dom Antônio Brandão anos antes na diocese do Pará. No último decênio do século XIX se observa a presença de missionários, em sua predominância sacerdotes de origem estrangeira, com a finalidade de catequizar e “civilizar” as populações nativas da região. Dessa forma, o fato de Alagoas supostamente não ter “aldeias isoladas”, como era claro no caso paraense, permitiu ao prelado a reapropriação de um discurso circulava e era dito como oficial. Um discurso que descaracteriza e estereotipa o indígena e que reduz a sua imagem de selvagem, legitimado durante o século XIX por escritores filiados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), bem como por romancistas. Em outras palavras, ao defender que não há índios no território alagoano, o prelado compactua com a hipótese que defende que a população originária dos aldeamentos indígenas, por ser “mestiça” não seria mais considerada nativas, ou teria sido assimilada na sociedade.

De certo, um elemento recorrente quer seja na Carta Pastoral de saudação, ou nos ofícios encaminhados aos párocos ou ao Núncio Apostólico, é o discurso que valoriza o papel dos sacerdotes como indivíduos dedicados e zelosos, o que acaba nos encaminhando para outro tema, a saber, a rigorosidade e disciplina exigidas pelo bispo relativa à boa conduta que os vigários paroquiais deveriam refletir, bem como executar os seus deveres sacerdotais, com decência e respeito ao seus iguais e obediência ao seu bispo.

4.3.3. "O sacerdote zeloso, instruído e virtuoso": a disciplina e a moralização do clero

O monitoramento dos bens materiais e financeiros, das paróquias e da diocese, o controle das atividades do laicato e das práticas religiosas, tanto de teor popular como institucional, foram alguns dos pontos discutidos nas últimas páginas desta secção. No entanto, durante a leitura das cartas episcopais de Dom Antônio Brandão que serviram de base para a confecção desta pesquisa, surgiu o problema do enquadramento e disciplinarização do clero. Ao se falar em disciplinarização nos remetemos ao conceito de Michel Foucault, ao associar a elaboração de discursos que vão além da utilização da força e da violência, destacando a perspectiva da coerção.³⁸⁸ O autor entende a “disciplina” como a demarcação dos espaços entre

³⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 3ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1987, p. 165.

os indivíduos, com o papel de reforçar as relações de hierarquização, possuindo a capacidade de gerar sujeitos subordinados.³⁸⁹ A coerção é o elemento que legitima a disciplina, pois, segundo Foucault, é “a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”³⁹⁰, desta forma fortalecendo as relações de poder.

No âmbito eclesiástico o estabelecimento da disciplina se revela através do emprego de aparatos institucionais capazes de organizar o corpo eclesiástico dentro de padrões e práticas de comportamento, por meio dos exercícios de reclusão e celibato compulsório, reforçando os aspectos morais e legitimando o discurso institucional acerca da imagem exemplar e íntegra dos sacerdotes diante dos fiéis. É preciso salientar que este posicionamento em relação ao enquadramento moral do clero tem que ser compreendido como expressão da vigência das determinações do Concílio de Trento, no século XVI, com o objetivo de conservar e proteger a instituição católica de ameaças que poderiam romper com a sua ortodoxia e unidade. Os documentos de Trento direcionam ao bispo diocesano a obrigação de elaborar meios a fim de "ordenar, moderar, castigar e executar, segundo os estatutos canônicos, tudo o que lhe parecer necessário, segundo sua prudência, em ordem da emenda de seus súditos e à utilidade de sua diocese, em todas as coisas pertencentes à visita e à correção de costumes".³⁹¹

Durante a segunda metade do século XIX, considerada a época do apogeu da difusão do pensamento ultramontano, a defesa do celibato e o combate ao relaxamento doutrinal foram os pontos essenciais da atuação dos "bispos reformadores" brasileiros. Durante os períodos colonial e imperial se registram as ocorrências de dificuldades relacionadas a estas características, o que explica o empenho da elite eclesiástica em corrigir certas atitudes vistas como falhas de conduta por parte dos sacerdotes católicos.³⁹²

Para o período republicano, observa-se nos textos do Concílio Plenário Latino-Americano a permanência deste posicionamento; as atas conciliares instruem os bispos a ensinarem os seus clérigos a evitarem costumes que poderiam vir a escandalizar os fiéis, impedindo a execução dos trabalhos sacerdotais de forma digna.³⁹³ Ao se fazer uma leitura das diretrizes conciliares percebeu-se que a fonte eclesiástica traz instruções específicas a respeito do comportamento dos sacerdotes, mantendo os moldes das orientações de Trento:

³⁸⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 61.

³⁹⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 3ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1987, p. 195.

³⁹¹ **Concílio Ecumênico de Trento**. Secção XXIV, Cap. X, 11 de novembro de 1563.

³⁹² SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: Uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008, pp. 50-51.

³⁹³ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano**. Roma: 1899, Título III, Cap. V, art. 642.

Por qual, o Concílio e Trento manda com palavras bastantes expressivas, a serem observadas no futuro, sob a mesma pena e ainda maiores, a critério do Ordinário, como os Sumos Pontífices e Conselhos, sábia e abundante decretaram sobre a vida, honestidade, cultura e doutrina dos clérigos e a sua obrigação em evitar o luxo, as festas, as danças, os jogos de azar e todos os crimes e negócios mundanos; e também ordena que, se por qualquer meio algo escapou a disciplina, ela deverá ser aplicada quanto antes pelos mesmos Ordinários, para que não sejam castigados pela justiça divina, por ter negligenciado a emenda de seus súditos.³⁹⁴

A temática da disciplina clerical é abordada nos escritos de Dom Antônio Brandão explicitamente desde a publicação de sua carta pastoral de saudação. Os assuntos como a exaltação da vocação sacerdotal, o elogio aos seminaristas e trabalhos desenvolvidos pelo clero, a utilização de metáforas e alegorias linguísticas que remetem à representação da importância e atuação que outrora sacerdotes católicos desenvolveram em todo o território alagoano, são retratados ao longo das páginas da documentação analisada. Temos, neste momento, de lembrar que o prelado foi um sacerdote forjado nos moldes e rigores das diretrizes tridentinas. Este mesmo rigor o influenciou na sua severidade e pulso forte, demonstrado em muitos ofícios, em relação ao modo de admoestar os seus párocos.

Entre as mensagens encaminhadas aos vigários diocesanos percebe-se o fato de o bispo repreender o destinatário por causa dos rumores sobre o seu comportamento e má conduta, quer seja entre na relação entre padres e os fiéis, ou ainda entre pároco. Na avaliação que o bispo expressa nas fontes consultadas, o mau comportamento do sacerdote não prejudicaria só a ele, mas a instituição eclesiástica, como o próprio prelado. Para ilustrar a situação menciona-se a correspondência enviada ao já conhecido padre Emilio Diverchy, vigário da cidade de Alagoas (Marechal Deodoro), no ano de 1902:

Ainda que V. Rv. quisesse não podia restaurar a irmandades[sic], entretanto autorizo-as a comparecerem com a cruz [ilegível] menos a vara de juiz. Logo resolverei acerca da restauração. Aqui chegam-me notícias de queixas, digo censuras que V. Rv. faz ao padre Alfredo até com relação ao Seminário. Não acredito o que me dizem por que o Pe. Alfredo, que conheço desde menino, não merece estas censuras e V. Rv. não as teria feito. Estou certo que não perturbará a boa harmonia. Antes concorrerá para que ele reine cada vez mais e produza bons resultados. V. Rv. não ouça enredos de seculares contra seus colegas e colegas tão bons e que eu muito prezo pelo que merecem. Eles nada disseram-me, sei pela voz de seculares e não acredito. Recomendo-lhe mais uma vez o ensino do cantochão que eu tenho a muito no[?] peito. Se V. Rv. se[sic] descuidar me desagradará. Agora mesmo considero que se V. Rv. cultivar a boa harmonia poderá fazer uma procissão esplendida. Cuidado, pois com os enredadores que tanto tem explorado nestes últimos tempos. Una-se com sinceridade a seus colegas e despreze os vis enredadores.

³⁹⁴ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano.** Roma: 1899, Título III, Cap. V, art. 642.

Sua carta primeira[sic], como eu mandei dizer-lhe, foi uma imprudência. Afetuosa e paternal benção que lhe[sic] envio lhe comunique que venturas, faz e cordialidade.³⁹⁵

Deste fragmento podem-se elencar alguns pontos para a discussão: primeiro, o texto pode ser considerado, também, no quesito de enquadramento das irmandades, pois nos relata que Dom Antônio Brandão admoesta o pároco por causa da restauração de uma confraria religiosa leiga sem a sua respectiva autorização, provavelmente a confraria de São Benedito mencionada nas páginas anteriores. Porém, se nota pela leitura das linhas seguintes, que o ofício, em sua essência, foi enviado com a intenção de repreender o mau comportamento do padre Emilio Diverchy e a sua contenda com o padre Alfredo, então reitor do seminário diocesano, que segundo a fonte é um indivíduo bastante estimado pelo bispo. Como se conseguiu averiguar, a autoridade episcopal recrimina o vigário por esta falha de conduta. O bispo tenta amenizar a situação, afirmando que o sacerdote foi influenciado por seculares. O que chama atenção também é o tom das palavras escritas por Dom Antônio Brandão ao declarar que se o padre permanecer com estes comportamentos desagradará ao seu superior episcopal, e que o mesmo "deve cultivar a harmonia", sugerindo que os sacerdotes deveriam compactuar com o sentimento de homogeneidade institucional.

No entanto, durante a verificação das correspondências nos anos posteriores, o padre Emilio Diverchy se revela um sacerdote bastante intransigente. O seu mau comportamento ocasionou outras "repreensões" por parte seu titular diocesano, principalmente por causa do seu péssimo hábito em falar demais, como pode ser observado na mensagem enviada em 28 de janeiro de 1909, por causa de uma publicação no periódico *Diário Popular*, a qual acusava o pároco Diverchey de ser um "padre desordeiro". O motivo foi uma conversa exaltada com o Coronel Pedro Mello, um político local, envolvendo os trabalhos desenvolvidos pelos sacerdotes de origem estrangeira na diocese:

Temos recebido sua carta de 21 de dezembro [de 1909] na qual narra [e explica] o fato de que se ocupa [?] uma correspondência publicada no Diário Popular contra V. Rv. chamando-o de "padre desordeiro".

Sentimos profundamente o grave incidente que deu o lugar a [manchado] explorações contra outros sacerdotes estrangeiros de exemplar conduta que conosco colaboram no serviço da vinha [?] do Senhor e esperamos que não se repita um fato semelhante e parece-nos que V. Rv. já terá se convencido de que houve [?] imprudência.

³⁹⁵ Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas, Maceió, s/d, 1902, fl. 2.

Nunca deveria [?] ter V. Rev. ido à porta do sr. coronel Pedro Mello, embora com intuítos pacíficos principalmente deixando-se guiar por delações criadas.³⁹⁶

Esta situação acaba por nos encaminhar a outro ponto que é a despolitização do clero e o apego aos dogmas e doutrinas, defendidos pelo pensamento ultramontano, que influenciou o episcopado nas elaborações de estratégias de reordenação interna e fortalecimento do corpo de funcionários católicos. Neste caso, as preocupações pela fundação dos seminários diocesanos, já indicadas, alinham-se com a ideia do melhoramento e enquadramento do clero, como instrumento de fortalecimento do discurso religioso, ou seja, a consolidação da doutrina católica, facilitando a sua circulação entre os diferentes níveis de grupos sociais. E como uma ferramenta para à sustentação da disciplina sacerdotal, Dom Antônio Brandão utilizou-se da prática de realização de retiros espirituais voltados ao clero³⁹⁷ periodicamente, que tinham como papel renovar e preservar o "espírito sacerdotal" tanto dos seminaristas, como também dos párocos da jurisdição eclesiástica.³⁹⁸

A relação harmoniosa entre as esferas políticas e religiosas, fixada pelo Concílio Plenário Latino-americano, e legitimada em Alagoas por Dom Antônio Brandão, durante o período de seu episcopado, se revela mais uma vez na sua escrita, em um ofício de 15 de janeiro de 1909, ao padre Durval Goes, pároco de Viçosa, a quem o bispo questiona a respeito da informação de que o sacerdote aceitou uma nomeação para o cargo de conselheiro municipal. O bispo indaga o vigário afirmando que não consta nos livros de provisões nenhuma autorização sua relativa a este fato³⁹⁹ e, de acordo com as palavras do titular diocesano, o padre Durval estava desobedecendo ao art. 652 do sínodo conciliar, que aborda a questão da nomeação de sacerdotes para cargos seculares.⁴⁰⁰

Em respeito aos aspectos morais do clero que deveriam ser praticados pelos sacerdotes católicos, a política ultramontana, que recebeu a influência do pensamento tridentino, destaca

³⁹⁶ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 28 de janeiro de 1909, fl.16.

³⁹⁷ As realizações dos retiros espirituais do clero foram uma prática comum aplicada pelos bispos empenhados com a política ultramontana no território brasileiro. Segundo Ferreira, “os retiros, além de se constituírem em momentos de reforço da unidade ideológica e doutrinária, eram também momentos para o controle e cobranças quanto ao andamento da administração paroquial, bem como para repreensões e conselhos por conta do comportamento de alguns padres”. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização: a implantação da diocese da Paraíba [1894-1910]**. João Pessoa: EDUFPB, 2016, p. 159.

³⁹⁸ VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão: primeiro bispo de Alagoas**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949, p. 18

³⁹⁹ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas**, Maceió, 15 de janeiro de 1909, fl.15.

⁴⁰⁰ “Não pode um clérigo aceitar o cargo de curador ou tutor, sem licença, ou a medicina praticando sem o indulto apostólico, ou exercício em empregos advogado tribunal civil, advogado, funcionário ou notário, ou ocupar cargos públicos, embora ser livre e meramente honorário, sem a licença do Bispo; nem mesmo um privado, se requer muito tempo e exige muita fadiga da alma ou do corpo”. **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano**. Roma: 1899, Título VIII, Secção VI, art. 652.

que entre as formas de combater o relaxamento do clero estava a insistência na observância do celibato. Por isso continuava a condenar o caso de padres amancebados ou até mesmo casados. No início do século XX, atas conciliares determinavam a separação entre os espaços destinados aos homens e às mulheres.⁴⁰¹ Traziam também restrições relacionadas ao convívio de sacerdotes com mulheres solteiras, proibindo a entrada delas nos quartos e cômodos pessoais do clero.⁴⁰² Um caso interessante para ser averiguado é o relato do ofício enviado pelo bispo diocesano ao padre Alfredo Guido del Piazza. A carta dirigida ao respectivo clérigo no dia 02 de abril de 1908 exigia que o sacerdote expulsasse de sua residência uma jovem, outrora grávida, sob da ameaça de suspensão de suas ordens sacerdotais:

Chegam ao nosso conhecimento que V. Rv. ao partir desta capital levará[sic] em sua companhia uma moça suspeita, que se dizia sua cozinheira e que quando se achou em estado adiantado de gravidez veio a esta capital e tendo dado à luz uma criança que se chama Gabriel, voltara para sua casa, acompanhado por patrício seu e de confiança. Constando-nos ainda, que compõe[?] aí comentários, graves e feios, acerca deste fato. Havemos por bem lhe determinar que dentro de 24 horas, depois de recebido e este ofício, expulse de sua casa esta mulher suspeita sob a pena de suspensão de suas ordens *ipso facto* [“pelo próprio fato”] e se ela permanecer aí ou nas paróquias vizinhas V. Rv. será exonerado da paróquia e privado do exercício de ordens nesta diocese e de tudo darei ciência ao seu excelentíssimo Prelado.⁴⁰³

Duas informações importantes são extraídas a partir do conteúdo deste texto. Primeiro, o padre Piazza não era um sacerdote vinculado a diocese de Alagoas (com efeito, ele pertencia a diocese de Pernambuco), mas seus serviços eram emprestados à jurisdição alagoana. O outro ponto é que o dito sacerdote, ao sair de Maceió, levou consigo uma jovem moça, que não era sua parenta; pelo relato do documento a moça tempos depois teria voltado para capital de Alagoas grávida. O ofício ainda aponta que a informação que “chegou aos ouvidos do bispo” e, por causa disso, ele encaminhou uma mensagem ao sacerdote em questão. Não se sabe quem era esta jovem e muito menos qual sua relação com o sacerdote, ou se de fato o acontecimento tem relação com a questão do concubinato.

A descrição da situação narrada pelo texto da carta gera inúmeros questionamentos em relação do grau de proximidade entre a jovem e o sacerdote. Contudo, o que chama atenção é que a repressão do bispo foi exclusivamente pela ocasião quando o padre Piazza ter acobertara uma mulher grávida em sua residência, contrariando as proibições do concílio plenário a respeito do convívio entre os padres e as mulheres. Esta separação tem a ver com a preservação

⁴⁰¹ **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano.** Roma: 1899, Título VIII, Secção V, art. 644.

⁴⁰² **Atas do Concílio Plenário Latino-Americano.** Roma: 1899, Título VIII, Secção V, art. 646.

⁴⁰³ **Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas,** Maceió, 02 de abril de 1908, fl.15.

do celibato e com o distanciamento do sacerdote frente aos prazeres mundanos. A decisão do bispo, incluindo a ameaça da suspensão das ordens de Piazza, foi tomada como meio para evitar futuras consequências que pudessem levar a aumentar o escândalo. Pelas fontes, se percebe receio quanto a atitudes de sacerdotes que pudessem desagradar e escandalizar a instituição eclesiástica parece permear a escrita de Dom Antônio Brandão. Estas variadas particularidades, que emergem da documentação eclesiástica, acabam por revelar não só os pensamentos e os discursos, mas as práticas que nortearam o governo do primeiro bispo diocesano de Alagoas e seu constante esforço e dedicação em aplicar as diretrizes e orientações tanto tridentinas, como as conciliares na jurisdição da qual era titular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transcorrer da escrita deste texto foi longo, muitas vezes difícil em relação à escassez documental. Ao longo de sua elaboração muitas das propostas iniciais acabaram sendo modificadas na medida em que nos deparamos com novas especificidades; um exemplo disso foi a abordagem relacionada à cultura escrita, com o intuito de entender a análise dos ofícios de Dom Antônio Brandão, não apenas de fonte históricas, mas como uma produção intelectual e material de uma época. A própria compreensão da "romanização" foi desvinculada de sua abordagem tradicional, e entendida não como um "processo", mas como um "projeto", um ideal a ser alcançado pelo episcopado vinculado modelo eclesiástico, que se costuma chamar ultramontanismo, que determinaria a "autocompreensão" da Igreja, uma visão de mundo que justificaria a atuação da instituição na sociedade.

No geral, em relação à dialética entre as conjunturas externa e interna, consegue-se perceber que o momento vivido pela sociedade alagoana, marcado pelo processo de modernização industrial e urbana, pelos conflitos políticos e pelas disputas no campo religioso reforçaria a ideia de que a instalação do bispado se encontrava ligada à um esforço por preservar uma ordem vigente. Isto é bem nítido ao lembrarmos os acordos para a instalação da jurisdição eclesiástica no estado. Esta atmosfera conseguiu preparar a estrutura institucional diocesana para a adaptação do projeto católico da "romanização", conforme a realidade local e como se consegue observar no âmbito interno.

Ainda relacionado ao contexto político e social, que antecedeu a criação da diocese, observa-se que o clima de instabilidade gerado pela proclamação da república e as tensões políticas entre as facções oligárquicas locais acabaram por gerar uma atmosfera de desordem social, o que marca a fragilidade das ideias republicanas em terras alagoanas. As estruturas social e de poder predominante no estado não sofreu nenhum tipo significativo de mudança ou alteração após instalação do regime republicano.

O jogo dos poderes, mais especificamente o da influência política dos grandes latifundiários, permaneceu o mesmo. Para dizer que não houve algum tipo de transformação, figuras ligadas à antiga monarquia tentaram jogar conforme as cartas, se adaptando ao novo sistema de governo, ampliando seus domínios em meio ao seu eleitorado. As mudanças sociais presentes no final do século XIX e início do XX destacam o esforço para inserir Alagoas no processo de modernização, no sentido de progresso, pelo o qual o país estava passando desde a segunda metade do oitocentos.

Outro ponto a ser destacado é o desenvolvimento dos diálogos iniciados em 1896 para a criação do bispado. Ficou clara a mobilização, tanto de categorias abastadas, como por exemplos os intelectuais, e como a participação de indivíduos de classes humildes, com intuito de levantar o montante necessário para instalação da diocese, conduzida pela Comissão Central do Patrimônio. Sobre este elemento ainda ficou em aberto a possibilidade de verificar mais a fundo a participação das elites políticas e intelectuais neste processo. A criação do bispado estava apenas ligada às ideias de "progresso", como os seus defensores apresentam nas páginas dos jornais *Gutenberg* e *O Orbe*? Pelo que se conseguiu verificar na pesquisa a questão perpassa os interesses políticos, na busca pela aprovação da população. Quem sabe, ao usarem a imagem de defensores da instituição católica, não teriam o objetivo de conquistar o eleitorado adepto desta religião?

É certo que as relações históricas entre política e igreja católica parece que não terem sofrido impactos mais profundos com o fim do sistema do padroado régio. Apesar do Estado se autodefinir como uma instituição laica, ele continuou a contar com o auxílio da Igreja Católica, como um aparelho institucional colaborador em prol da "ordem", penetrando em camadas sociais em que o poder temporal teria dificuldades de atuar, chegando a exercer, em certos casos o papel de apaziguamento de conflitos e tensões sociais. Sendo assim, a continuidade desta característica ressalta os meios como a instituição católica se encontrava estruturada na coletividade, muitas vezes mesclando os seus próprios interesses com os das classes privilegiadas. Como apontou Luiz Alberto Gómez de Souza:

A Igreja, como expressão organizada da atividade religiosa, está inserida na sociedade e seus membros fazem ao mesmo tempo parte da estrutura de classes dessa sociedade. Eles trazem então, para dentro da Igreja, os conflitos e alianças da própria sociedade. Assim como a ideologia dominante numa sociedade é a ideologia da classe dominante, a expressão religiosa principal também é aquela ligada a essa classe. Sabemos, entretanto, que há outras opções ideológicas que enfrentam a ideologia dominante. Da mesma maneira há outros comportamentos religiosos. E se não reduzimos a religião à crença e ao culto, descobrimos práticas sociais alternativas que são, ao mesmo tempo, práticas religiosas contraditórias entre si.⁴⁰⁴

Já durante o tempo posterior à criação do bispado, no papel desempenhado por Dom Antônio Brandão durante os nove anos do seu governo eclesiástico, percebeu-se que a autoridade episcopal em vários momentos tratava de preservar a coexistência harmoniosa entre os poderes temporais e religiosos. Se, em algum momento, chegaram a entrar em conflito, não foi possível. Contudo, em relação à organização das bases institucionais e pastorais do bispado,

⁴⁰⁴ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja e sociedade: elementos para um marco teórico. In: **Revista Síntese**, v. 5, nº 13, 1978, p. 25.

nota-se a articulação do bispo em alinhar as suas atividades com o projeto católico desenvolvido pelo episcopado, visando manter a predominância social, moral e doutrinal católica na coletividade.

Percebe-se esta perspectiva ao se refletir brevemente sobre a atuação da Igreja Católica no campo da educação, sobre os processos de habilitação sacerdotal e sobre a realização das visitas pastorais. De forma simples, o objetivo destes estabelecimentos e solenidades eram reafirmar a existência do bispado, legitimar o processo de organização burocrática e religiosa na qual a Igreja alagoana passou a ser inserida.

No que diz respeito à imprensa consegue-se observar que, apesar do prelado defender as relações harmoniosas entre os poderes temporal e religioso, ao dialogar com as elites oligárquicas da região, ao mesmo tempo em que executava a estratégia de distanciamento do clero da "esfera política", nas páginas do *A Fé Christã* ocorre a defesa de uma visão de mundo, que é também é uma visão política, atrelada, como não poderia deixar de ser, ao pensamento católico. Há críticas ao sistema de governo vigente, as crenças religiosas; as disputas que ocorrem na sociedade refletem-se nas páginas do periódico penedense. Uma visão de mundo que destaca os privilégios do catolicismo entre as outras formas de crenças é elemento a mais a ser destacado.

A pluralidade religiosa marca a conjuntura da fundação da diocese. Outras manifestações de fé existentes antes da criação da jurisdição alagoana disputavam junto a Igreja Católica pelo direito de realizarem os seus cultos e por adeptos. Contudo, a manutenção dos privilégios da instituição católica é nítida, já que suas práticas religiosas não eram vigiadas e perseguidas pelas legislações e os órgãos de repressão do estado.⁴⁰⁵ Este tema vim a ser explorado mais profundamente em pesquisa posteriores: a verificação mais detalhada nos jornais, no primeiro decênio do século XX, dos conflitos e discursivos em vista a desmoralizar credos como: o protestantismo, o espiritismo e os de matrizes africanas em continuidade de uma disputa pela hegemonia no campo religioso que se aprofundou após 1875, com o fim da mencionada “Questão dos Bispos”.

No âmbito das práticas episcopais consegue-se perceber que por meio da utilização das correspondências o prelado buscou aproximar-se dos vigários e, em alguns casos, corrigi-los. O que fica evidente, não só por meio dos ofícios, mas em suas cartas circulares e pastorais, é o

⁴⁰⁵ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Conflitos religiosos, visões de mundo e relações de poder na imprensa católica: “A Fé Christã” (Alagoas, 1902-1907). Porto Alegre: UFRGS, 2018, pp. 17-18. [no prelo]

esforço em cumprir, exatamente como determinado, as orientações do Concílio Plenário Latino-americano, como forma de respaldar suas ações ao longo do seu governo episcopal.

Contudo, é preciso salientar duas proposições para compreender a atuação do bispo diocesano na jurisdição alagoana. Primeiro, não há como dissociar o seu engajamento no projeto de reestruturação do catolicismo brasileiro, sem considerar a sua formação sacerdotal. Esta é praticamente a característica inicial do trabalho de pesquisa desenvolvido nas páginas anteriores. Dom Antônio Brandão teve sua formação eclesiástica influenciada pelo pensamento ultramontano; ao longo da sua trajetória na estrutura eclesiástica foram estes os ideais que nortearam suas ações como pároco, vigário-geral, bispo, primeiramente no Pará e, em seguida, de Alagoas.

Outro ponto a ser destacado é o curto espaço de tempo que corresponde do seu governo episcopal frente à diocese de Alagoas. Os nove anos de seu episcopado (1901-1910) são bem significativos. A criação do seminário diocesano, a fundação dos colégios confessionais, a vinda de congregações religiosas, o empenho para organizar os bens patrimoniais e práticas religiosas e o rigor da disciplina e doutrinação do clero são as características marcantes deste período. Só por eles se pode afirmar que Dom Antônio Brandão preparou o caminho, e mesmo as bases do catolicismo, para o projeto de reestruturação vigente. Os bispos posteriores: Dom Manuel Lopes, Dom Santino Coutinho e Dom Ranulfo Farias, foram herdeiros e defensores dos ideais ultramontanos assentados pelo primeiro governante apostólico da circunscrição alagoana e deram continuidade às articulações com a política centralizadora da cúria romana.

Vale ainda uma breve observação: a criação da Ação Católica, durante a década de 1940, por Dom Ranulfo Farias, é entendida como a consolidação dos processos de organização institucional do catolicismo iniciados por Dom Antônio Brandão. Contudo, a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 a 1965) trouxe modificações a configuração da Igreja Católica, no mundo e no território brasileiro, repercutindo na elaboração de seus arcabouços discursivos, devido as ocorrências de novas exigências e a necessidade do estabelecimento de um diálogo aproximando a instituição eclesiástica com o mundo contemporâneo. Atualmente, se pode observar a continuidade de traços dos ideais ultramontanos, ou romanizados, em setores mais conservadores do clero, por meio da permanência de falas e discursos que destacam a proeminência intrínseca do catolicismo na sociedade, por meio da realização de grandiosas solenidades públicas, como festejos a santos e procissões, e das relações com os poderes políticos.

Por fim, sabe-se que alguns pontos abordados ficaram em aberto a investigações mais detalhadas. Contudo, a proposta primordial do estudo foi trazer novas contribuições para as pesquisas relacionadas ao catolicismo alagoano, contemplando as suas relações com a sociedade, com os movimentos leigos, com práticas religiosas contrárias aos seus dogmas, bem como as relações entre a instituição religiosa e os seus fiéis. Logo, ficam sinalizadas possibilidades para a elaboração de novos estudos referentes a esta conjuntura que proporcione compressões da temática mais apuradas.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

a) *Arquivos da Cúria Metropolitana de Maceió* (ACMM):

Carta Pastoral de Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão, bispo de Alagoas, saudando aos seus diocesanos no dia de sua posse. Pará: Tipografia da Livraria Bittencourt, 1901.

Correspondências Oficiais do Episcopado de Alagoas (1900 a 1910);

Paróquia Nossa Senhora do Pilar, livro de Tombo vol.1, (1897 - 1935);

Processos de ordenação vocacionais (1900 – 1910);

Livros de Despachos do Bispado de Alagoas, vol. 1 (1901-1910);

Livro de Provisões do Bispado de Alagoas, vol. 1 (1902 - 1918).

b) *Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional / Arquivo Público de Alagoas* (APA)

A Fé Christã (1902-1907);

A Tribuna (1901);

Almanak da Província de Alagoas para o ano 1873. Maceió: Tipografia Social de Amintas e Soares, 1873.

Almanak da Província de Alagoas. Maceió: Typ. Social de Amintas e Soares, 1877.

Almanak do Estado de Alagoas. Maceió: Typ. Gutenberg, 1891.

Evolucionista (1905-1906);

Gutenberg (1890 a 1910);

Mensagem dirigida ao congresso alagoano pelo Dr. Manoel José Duarte, governador do Estado, por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 15 de abril de 1899. Maceió: Typ. Tribuna, 1899.

Mensagem dirigida pelo bacharel Euclides Vieira Malta ao Congresso Alagoano por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 15 de abril de 1901. Maceió: Typ. Tribuna, 1901.

O cruzeiro do Norte (1891-1893);

O Pará (1897-1900);

O Orbe (1889-1900).

c) *Outras documentações:*

CATECISMO DE SÃO PIO X, Roma, 1905.

Atas e decretos do Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). Roma, 1563. disponível: <http://agnusdei.50webs.com/trento.htm>.

Atas e decretos do Concílio Plenário Latino-americano. Roma: 1899. disponível: <https://mercaba.org/CELAM/conci-02.htm>.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). São Paulo: Typografia 2 de dezembro de 1853.

2. Bibliografia específica

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3ª ed. – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Eliana de. **Discurso religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Campinas: UNICAMP/UNEMAT, 2000.

ALMEIDA, Luiz Sávio (org.). **Traços e trocas: Literatura e mudanças sociais em Alagoas**. Estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8ª ed. – Maceió: EDUFAL, 1988.

ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Manoel. A escola católica, uma História de serviço ao povo e a nação brasileira. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 37-62, set./dez. 2002.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012.

ARANEDA, Carlos Salinas. El Concilio Plenario de América Latina y su proyección em la codificación Del derecho canónico de 1917. In: **Revista Española de Derecho Canónico**, vol. 70, nº 175, Salamanca, 2013.

ARAÚJO, Ana Cristina. A correspondência: regras e práticas de escrita. In: SOBRAL, Margarida Neto (Coord.) **As comunicações na Idade Média**. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: Um estudo de mentalidade ideológica.** São Paulo: Paulinas, 1986.

ARRIBAS, Célia da Graça. Espíritas e católicos: os "adversários cúmplices" na formação do campo religioso brasileiro. In: **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 10, nº 18, pp. 13-38, Jan/Jun, 2009.

AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil: Um campo para pesquisa social.** Salvador: Edufba, 2002.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira.** Aparecida: Santuário, 2007.

_____. **O altar unido ao trono: Um projeto conservador.** São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. **O Estado leigo e o projeto ultramontano.** São Paulo: Paulinas, 1994.

BAGOLIN, Darni Pillar. **O indígena na República Velha: As instituições de "proteção" do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: UPF, 2009.

BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano. In: **Locus**, Revista de História, v.1, nº1, Juiz de Fora, pp. 125-141, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas.** Brasília: Senado Federal, 2005. 2v.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens.** 9ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGER, Peter Ludwing. **O dossel Sagrado: elementos para uma teoria da sociologia da religião.** São Paulo: Paulus, 1985.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920).** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete; LEONARDI, Paula. **De documento religioso a fonte histórica: As atas do I Concílio Plenário da América Latina.** In: Revista Educação e Filosofia, v.30, n.59, p.135-158, jan./jun. 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1981.

BUARQUE, Virgínia A. Casto (org). **História e historiografia religiosa**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

BUENO, B. L. (org). **La epístola**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

BURKE, Peter. (org). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAES, André Luiz. **As Portas do Inferno não prevalecerão: A espiritualidade Católica como estratégica Política (1872-1916)**. Tese (Doutorado em História) – Campinas - UNICAMP, 2002.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. **A construção coletiva da imagem de Maceió: Cartões-postais 1903/1934**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Recife: UFPE, 2009.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O protestantismo de missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa. In: **Revista Educação & Linguagem**, v.17, nº 1, jan - jun, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2012.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: A elite política imperial. Teatro das Sombras: A política imperial**. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAVALCANTI, H.B. **O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista**. In: *Revista de Estudos da Religião* Nº 4 / 2001.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Forense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano, Vol. 1: artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **La debilidad de creer**. Buenos Aires: Katz, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

CODI, Cassiano. **O tradicionalismo na República Velha**. Tese (Doutorado em Filosofia) -Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1984.

COSTA, Craveiro. **História de Alagoas: Resumo Didático**. Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramentos/Sergasa, 1983 [1923].

_____; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador geral do estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

COSTA, Luiz Moreira Filho da. **A inserção do seminário episcopal de Fortaleza na romanização do Ceará (1864-1912)**. Dissertação (Mestrado em História Social, Cultura e Poder) – Fortaleza: UFC, 2004.

CORDEIRO, Eluzia Correia, SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Festa de padroeira: fenômenos dessa religiosidade popular nas cidades de Pilar e Marechal Deodoro**. Maceió: Catavento, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CRUZ, Breno de Paula Andrade; MARTINS, Paulo Emílio Matos. O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo Raízes do Brasil e Sobrados e mucambos. In: Cad. EBAPE.BR, vol.4 no.3 Rio de Janeiro, out. de 2006.

DALMOLIN, Aline Roes. Por uma história da imprensa católica brasileira. In: **Anais ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**. 4º Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia - São Borja, RS - 14 e 15 de maio de 2012

DIAS, Roberto Barros. **"Deus e a pátria": Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894-1930)**. Dissertação (Mestrado em História Regional) - João Pessoa: UFPB, 2008.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: UNESP, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: **Revista História das Ideias**, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

FARIAS, Altina Maria Rodrigues. O livro de correspondência oficial (1901-1922): Governo episcopal de D. Antônio Brandão. in: **Quæstionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Ano III, Nº 3, pp. 90-109, 2018.

FAUSTO, Boris (dir.) **O Brasil republicano, v.8:** estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização:** a implantação da diocese da Paraíba (1894-1910). João Pessoa: EDUFPB, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 5ª ed. - São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **A arqueologia do saber.** 7ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder.** 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** 3ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, Hugo. Nordeste do Segundo Império: O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares. In: **Revista de Ciência Sociais**, Fortaleza, v.16/17, Nº1/2, 1985/1986.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso.** São Paulo: Global Editora, 2004.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. In: **Rev. bras. Hist.** [online]. vol.17, n.34, pp.183-202, 1997.

GASTAUD, Carla Rodrigues. **De correspondências e correspondentes:** Cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 a 1950. Tese (Doutorado em Educação) - Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GARCIA, Valéria Eugenia. **Do Santo ou de quem ... Ribeirão Preto:** Gênese da cidade mercadoria. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** 1ª ed; 13ª reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O fio e os rastros:** Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODDY, Jack (org.). **Cultura escrita en sociedades tradicionales.** Barcelona: Gedisa, 1996.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, César Leandro Santos. Fé e sociedade: O discurso do episcopado brasileiro e alagoano nas cartas pastorais do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. In: **Revista Quæstionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Ano I, Nº 1, pp. 114-133, 2016.

_____. “Pelo direito de educar a juventude cristã”: A questão do ensino público no discurso do episcopado brasileiro (1890-1901). In: **Anais VIII Encontro Nacional de História. "Ensino, Metodologias e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea"**, Maceió: UFAL, 28 a 30 de setembro de 2016.

_____. “Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica”: Os elementos da presença do processo de romanização no bispado de Dom Antônio Castilho Brandão (1900-1910). In: **Anais do IX Encontro Nacional de História. "Emancipação, Conflitos Socioculturais & Construção Política nas Alagoas"**, Maceió: UFAL, 4 a 6 de setembro de 2017.

_____. “Deus guarde Vossa Excelência”: O clero católico, ultramontanismo e regalismo na província de Alagoas (1838 - 1861). In: **Quæstionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió Ano III, Nº 3, pp. 4-44, 2018.

GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012.

GÓMEZ, Antônio Castillo. **História de la cultura escrita: ideas para el debate**. In: *Revista brasileira de história da educação*, nº 5, jan./jun, 2003.

GURGEL, Eduardo Amaral. **Imprensa e Igreja católica no início do século XX: convergências e divergências**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2017.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: EDUSP, 2016.

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX**. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja Na América-Latina e no Caribe (1945-1995): Debates Metodológicos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. – (CEHILA).

JEDIN, Hubert (Org.). **Manual de historia de La Iglesia: La Iglesia entre La adaptación y la resistencia**. Vol.8, Barcelona, Editorial Herde, 1978.

JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular**. Tese (Doutorado em História) - Curitiba: UFPR, 2004.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. In: **Mneme – Revista de Humanidades**, 11(29), 2011 – JAN / JULHO.

KRASNIQI, FLORIE. El texto epistolar: Un punto de intersección entre los géneros discursivos y lo géneros literarios. In: **Tonos Digital - Revista de estudios filológicos**, nº 26, Murcia, Enero de 2014.

LABOA, JUAN MARÍA. **Historia de la iglesia - Vol. 4 - época contemporánea**. Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

LEÃO, Tharcila Maria Soares. **A história da paisagem da praça Dom Pedro II, em Maceió**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Recife: UFPE, 2010.

LEENHARD, Jacques. Caminhos teóricos para o estudo das religiões. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano V, n. 14, setembro 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIMA JUNIOR, Félix. **Maceió de outrora: obra póstuma**. Maceió: EDUFAL, 2001. v.2.

_____. **Igrejas e capelas de Maceió**. Maceió: EDUFAL, 1965

LIMA, Kleverson Teodoro de. Carta, história e linguagem. In: **Revista de Teoria da História**, Ano 1, nº 3, Goiás, junho/ 2010.

LONDOÑO, Fernando. As devoções populares: novas indicações de uma pesquisa das ciências sociais. In: **Cadernos do CEOM**, ano 14, nº 13, pp. 11-28, UNOESC-Chapecó - junho de 2001.

_____. Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro: notas de uma pesquisa. In: **Proj. História**, nº 21, pp. 247-263, São Paulo, nov. de 2000.

_____. Sob a autoridade do Pastor e a Sujeição da Escrita: os bispos do Sudeste do Brasil do século XVIII na documentação Pastoral. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. UFPR.

_____. Las cartas pastorales del Brasil del siglo XVIII. In.: **Anuario de historia de La iglesia**, n. 12, p. 225-232, 2003.

_____. Cotidiano paroquial e livros de tombo. In: **Revista de Cultura Teológica**, nº 07, pp. 95-103, São Paulo, 1994.

LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIRA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)**. Dissertação (Mestrado em História) – Recife: UFPE, 2004.

MAGUETA, Rita de Cássia de Matos. **Salve o dia entre todos o mais belo! Educação religiosa e fotografia de primeira comunhão na década de 1940 (Porto Alegre/RS)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, v.10, n. 18-19, p. 213, jun-dez, 1989.

_____. Pastoral coletiva do episcopado brasileiro - 1915: há cem anos a construção de uma Igreja. In: **Relegens Thréskeia: estudos e pesquisa em religião**, V. 05 – n. 01 – 2016.

_____. Religião e Igreja: a consolidação do poder institucional. In: **Revista História: Questões e Debates**, APAH – Associação Paranaense de História, Ano 14, n. 26/27, jan.-dez, 1997.

MARGALHÃES, Ana Cláudia; FERRARE, Josemary; SILVA, Maria Angélica da (org). **O convento franciscano de Marechal Deodoro-Santa Maria Madalena**. [Online]: IPHAN, 2012.

MARTINA, Giocomo. **História da Igreja: de Lutero aos nossos dias**. Vol. III: a era do Liberalismo. 2ª ed. - São Paulo: Ed. Loyola. 2005.

MARIN, Jéri Roberto. História e historiografia da romanização: Reflexões Provisórias. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, nº. 30, 2001, pp. 151-152.

MARIN, Jéri Roberto(org). **Questões de religiões: teorias e metodologias**. Dourados: UFGD, 2013.

MARTINS, Karla Denise. **O sol e lua em tempos de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na província do Grão-Pará (1863-1878)**. Dissertação (Mestrado em História) - Campinas: UNICAMP, 2001.

MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo: 3 - Período republicano e atualidade. 2ª ed. - São Paulo: Paulinas, 2011.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

MELO, Mônica Santos Souza(org). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Parochos imperfeitos: Justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial**. Tese (Doutorado em História) Niterói: UFF, 2011.

MERO, Ermani. **A evangelização em Alagoas: (400 anos)**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1995.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

NERIS, Wheriston Silva. **As bases sociais de recrutamento da elite eclesiástica no bispado do Maranhão (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luiz: UFMA, 2009.

NEVES, Frederico de Castro Neves. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). In: **Revistas Estudos Históricos**, vol. 27, Nº 53, Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, Marcio Manuel Machado. **Presença da igreja católica em Alagoas: o primeiro bispo e a nova diocese**. Maceió: EDUFAL, 2013.

_____. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brazil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Vozes, Petrópolis 1985.

ORLANDI, Eni Pulcinelli(org). **Palavra, fé e poder**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. In.: **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan. /mar. 1994.

OTTAVIANI, Edelcio Serafim. A caridade na História da Filosofia. In: **Revista Cultura Teológica**, nº 35, São Paulo, 2001.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ª ed. - Belo Horizonte: Autentica, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2ª ed. 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2008.

_____; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO, Francisco José. O processo de "romanização" na Igreja do Ceará. In: **Revista de C. Sociais, Fortaleza**, v. 16117, N° 1/2, 1985/1986.

PINTO, Jefferson de Almeida. "Uma esmola pelo Amor de Deus!": Caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930). In: **Revista Opsi** - Departamento de História e Ciências Sociais, vol. 8, n° 11, Goiás, 2008.

QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

_____. Considerações sobre a historiografia eclesiástica nas Alagoas. In: **Quæstionis Documenta** – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Ano I, N° 1, pp. 6-20, 2016.

_____. **Os carmelitas na história de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1994.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República**. São Cristóvão: EUFS/EDUFAL, 2012.

_____. "Mulheres de vida livre" e "feiticeiras" na imprensa alagoana: Representações acerca da participação feminina na vida social no começo do século XX. in: **Revista Crítica Histórica**, Ano III, n° 6, dezembro/2012.

RAVINA, Aurora. Archivos revisitados: la correspondência epistolar como fuente para la historia social. In: **Segundas Jornadas Nacionales de Historia Social**, de 13 a 15 de mayo de 2009, La Falda, Córdoba.

REIS, Edilberto Cavalcante. Diocese do Ceará como vitrine da Romanização (1853 - 1912). In: **Kairós** – Revista Acadêmica da Prainha, Ano I N° 1-2, janeiro/dezembro de 2004.

REIS, Marcus Vinicius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX. In: **Diversidade Religiosa**, v. 6, n° 1, João Pessoa, 2016.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Gétulio Varga, 1998.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e modernidade no Maranhão, 1889-1922**. Dissertação (Mestrado em História) – Recife: UFPE, 2003.

_____. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: práticas e estratégias intelectuais, 1889-1930**. Tese (Doutorado em História) – Recife: UFPE, 2009.

RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa**: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, bispo de Campinas, 1908-1920. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2006.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. In: **Revistas Fontes**, nº, 2014-2.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro as obrigações, depois as devoções**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. **Bens de Mão-Morta**. Monografia (Graduação em Direito). São João Del-Rei: Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, 2014.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

_____. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. In.: **Temporalidades** - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, agosto/dezembro de 2010.

SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia**: por um catolicismo romano (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2016.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos (Org). **Guia Geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió**. Maceió: Online, 2017.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **A caverna do diabo e outras histórias**: ensaios de história social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX). Maceió: EDUFAL, 2016.

_____. **Conflitos religiosos, visões de mundo e relações de poder na imprensa católica**: “A Fé Christã” (Alagoas, 1902-1907). Porto Alegre: UFRGS, 2018 [no prelo]

_____. **Catolicismo e política no A Fé Christã**: Disputas político-ideológicas na imprensa católica da Primeira República (Alagoas, 1902-1907). Porto Alegre: UFRGS, 2018 [no prelo]

_____. “Sangangú de caroço”: a diversidade religiosa e as relações de poder em Alagoas via imprensa local (1870-1912). In: REIS, M. V. **Expressões religiosas de um Brasil plural**: estudos contemporâneos. Belo Horizonte: Fonte Editorial, 2018 (no prelo).

SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do Sagrado**: Protestantismo e Cultura na Primeira República Brasileira. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 2004.

_____. O protestantismo no advento da República no Brasil: Discursos, estratégias e conflitos. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Aldemir Barros Júnior da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano**. Dissertação (Mestrado em História) - Salvador: UFBA, 2007.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado em História) – Recife - UFPE, 2003.

SOBRAL, Margarida Neto (Coord.) **As comunicações na Idade Média**. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

SOFFIATTI, Elza Silva Cardoso. A teoria da autocompreensão da Igreja. In: *Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades*. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, nº.9, jan/2011.

SOUZA, Cristina Ferreira Santos de. **Piedade e reforma católica na Bahia: A atuação dos Frades menores capuchinhos (1889-1924)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Salvador: UFBA, 2005.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja e sociedade: elementos para um marco teórico. In: **Revista Síntese**, v. 5, nº 13, 1978.

SOUZA, José Pereira Junior de. **Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890-1930)**. Tese (Doutorado em História) - Recife: UFPE, 2015.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal: IFRN, 2015.

_____. O catolicismo popular e a Igreja: Conflitos e interações. in: **História Unisinos**, vol. 12, nº 2, pp. 127-139, maio/agosto de 2008.

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara(Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil** - vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009.

_____; DANTAS, Cármen Lúcia. **Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas**. 2ª ed. - Maceió: Sebrae, 2010.

_____. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2ª ed.- Curitiba: HD Livros, 1996.

VASCONCELOS, Cícero Teixeira de. **Elogio histórico de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão**: primeiro bispo de Alagoas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949.

VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das correspondências. In: **Teresa**: Revista de Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n. 8/9, p. 372-389, 2008.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Missão de guerra**: capuchinhos no Belo Monte de Antônio Conselheiro. Maceió: EDUFAL, 2014.

VIEIRA, David. Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: EDUB, 1980.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 2007.

_____. **História do catolicismo no Brasil (1889-1945)**: Vol.2. Aparecida: Santuário, 2016.

VON DÖLLIGGER, Johan Joseph Ignaz. **O papa e o concílio**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877.

ZANON, Dalila. **A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços da igreja pelos bispos coloniais paulistas. In: **Revista História**, vol. 2, nº 28, São Paulo, 2009.

WEBER, MAX. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 1999.

_____. **Economia e sociedade**. 3ª ed. - Brasília: Unb, 1994, v.1.

ANEXOS



Imagem 1: Dom Antônio Manoel Castilho Brandão. Bispo do Pará entre anos de 1896 a 1900 e prelado de Alagoas de 1901 a 1910.

—
« BISPADO. — Vamos ter um bis-
pado em nossa cara Alagoas.
Nos informam que ao Vaticano
foi pelo nosso ministro do exte-
rior dada a necessaria licença
para o estabelecimento de um
bispado entre nós e que para o
fim o sr. Badaró, nosso repre-
sentante em Roma, empregara
todos os esforços, obtendo exito
Para a constituição do neces-
sario patrimonio, informam-nos
que o governo do Estado offere-
ce terras, etc. »
—

Imagem 2: Noticia do jornal GUTENBERG de 24 de maio de 1896 informando os inícios dos acordos em favor da criação da diocese de Alagoas. Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

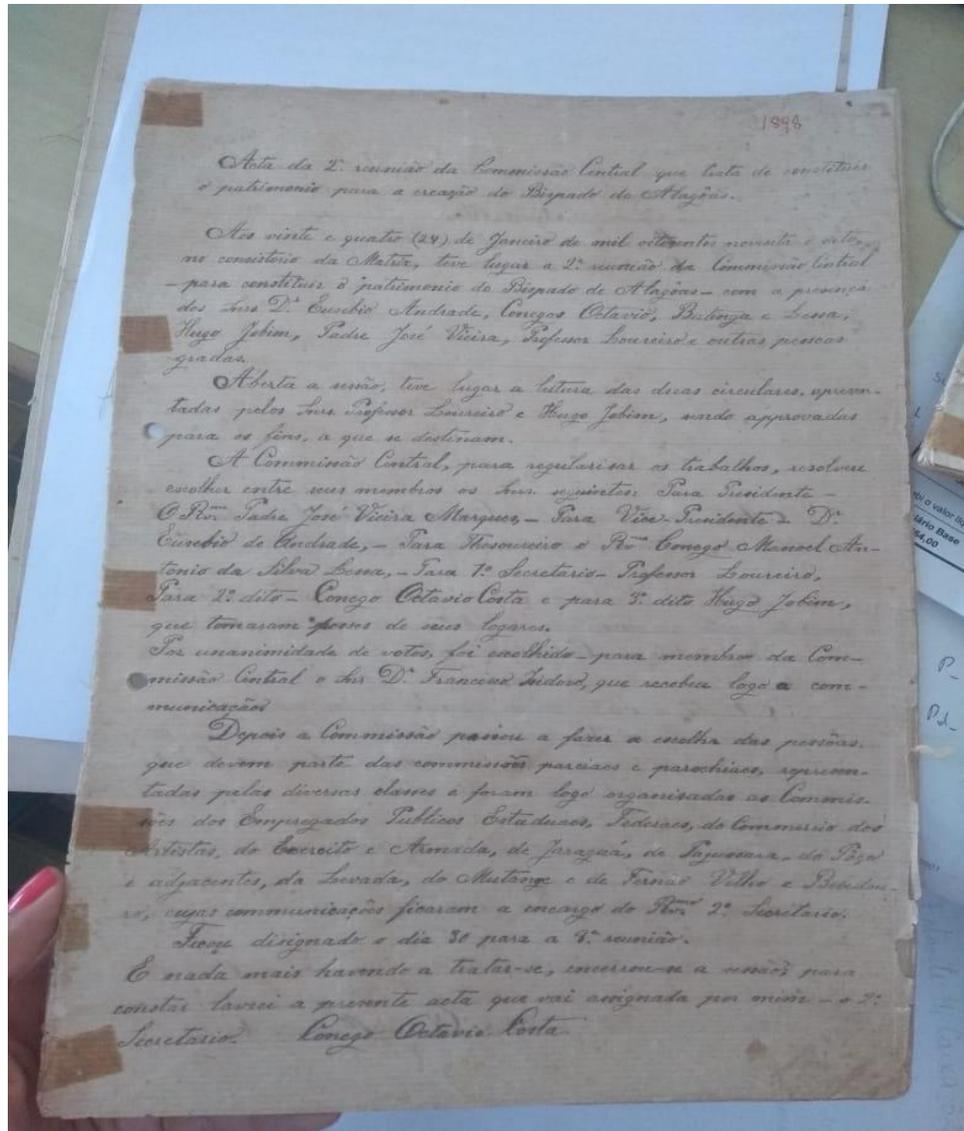


Imagem 3: Ata da reunião da Comissão Central do Patrimônio do bispado 24 de janeiro de 1898. Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

1900

Ofício sobre a criação da DIOCESE DE ALAGOAS, enviado
ao Dr. Euclides Vieira Malta, Governador do
Estado, pelo Internúncio Apostólico no Rio de Janeiro,
e publicado pelo jornal A TRIBUNA na edi-
ção de 2 de outubro de 1900

Petrópolis, 18 de setembro de 1900

Exmo. Snr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de S. Excia. que Sua Santidade, condescendendo aos desejos de V. Excia. e desse clero e povo, se tem dignado elevar à categoria de Diocese o Estado de Alagoas, com os mesmos limites geográficos e políticos, desmembrando-o da de Olinda, cujo Ordinário, porém, continuará a governá-la espiritualmente até a tomada de posse do Bispo próprio de Alagoas.

O Santo Padre, ao autorizar-me a dar execução à sua vontade, encarrega-me de recomendar calorosamente à benevolência e generosidade desse Exmo. Governo, e à caridade dos cidadãos todos, a nova instituição, a fim de que o Bispo, sacerdotes, Seminário e Obras Diocesanas não tenham de sofrer privações que tornariam menos tolerável a sua condição e afligiriam sobremaneira a S. S.

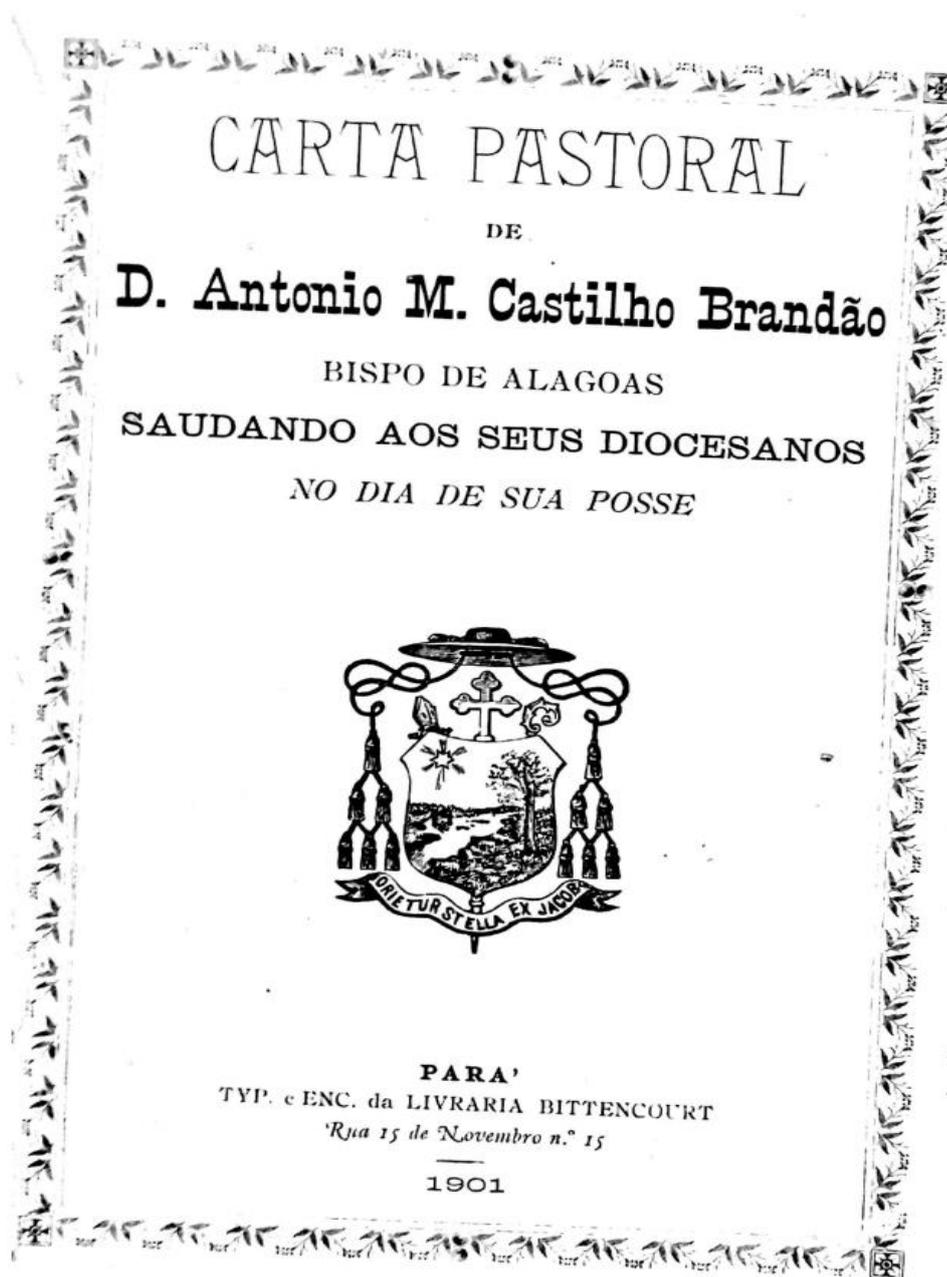
Na confiança antes de ser bem correspondida a Paternal solicitude do Sumo Pontífice para com essa ilustre porção de fiéis, rogo a V. Excia. de aceitar, juntamente com meus respeitosos cumprimentos, as minhas sinceras felicitações pelo bom êxito dos seus esforços.

De V. Excia. o servo
José, Arcebispo de Tessalônica
Internúncio Apostólico.

(Copiado do exemplar da A TRIBUNA
conservado no Arquivo Público)

Scanned by CamScanner

Imagem 4: Ofício enviado pelo Núncio Apostólico ao Governador Euclides Malta
Reproduzido no jornal *A Tribuna* de 2 de outubro de 1900.
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.



Scanned by CamScanner

Imagem 5: Capa da carta Pastoral de Saudação Dom Antônio Brandão aos seus Diocesanos
Em 23 de agosto de 1901.

Fonte: Acervo Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

ALAGOAS

Periodo, 11 de janeiro de 1902

BRAZIL

A FÉ CRISTÃ

Hebdomadario dedicado aos interesses da religião catholica

Adveniat regnum tuum, (Math. VI-10)

ANNO I

CORPO DE REDACÇÃO composto de diversos sacerdotes e seculares de reconhecida competência. Propriedade e direção de Achilles Mello.

NUM. 1

EXPEDIENTE

Memorandum

—São considerados agentes d'A Fé Christã todos os Revms. sacerdotes residentes nesta diocese.

—Aceitamos com especial acolhimento a colaboração do clero, assim como de seculares, nos limites do nosso programma.

—Toda a correspondência será dirigida á Achilles Mello, director e proprietario, no escriptorio da Typographia d'O Trabalho, á Travessa da Penha.

ASSIGNATURAS

Um anno	10\$000
Um semestre	5\$000
Um trimestre	2\$500
Número avulso	\$200
Anuncios por linha	\$200
Idem idem repetição	\$100

A Fé Christã, não tem secções destinadas a polemicas pessoais, de natureza estranha aos interesses da religião.

Nossa orientação

Ninguém contesta hoje a beneficial influencia da imprensa na sociedade, como um dos factores da civilização. É um livro aberto ao alcance de todos, illuminando como o sol, desde o tugurio ate o palacio, revigorando a intelligencia para os mais elevados commettimentos da vida social. Para apostolar principiaes concretizar um ideal e destruir o erro, com que se pretenda empannar a verdade na sua limpez crystalina, a imprensa tem hoje a sua directrix traçada na evolução civilizadora da humanidade.

É a sombra deste postulado, desta verdade irrefragavel, que surge hoje «A Fé Christã».

Nenhuma epocha tem tido mais necessidade da fundação do jornalismo religioso, tratando-se da defesa de sentimentos theocraticos, do que a que atravessamos.

Povo essencialmente christão,

quer debaixo do ponto de vista ethnographico, recebendo desde o berço de sua cultura civilizadora o influxo religioso da nação portugueza, quer debaixo do ponto de vista tradicional, evoluindo sempre sob auspicios de uma religião que lhe traçou a estrutura moral na sua vida autonoma e politica, elle precisa ainda assim de alguma que lhe ensine sempre o caminho da verdade religiosa, de modo a persistir na sua fé, sem se desviar iludido no meio dessa onda enorme que se levanta, impellido pelo erro das doutrinas anti catholicas. E esta necessidade é tão palpitante, que foi assumpto de elevada importancia para o primeiro congresso catholico brasileiro a fundação da imprensa religiosa no Brasil. A proposito, se extenuou um dos oradores daquello notavel congresso, dizendo:

«Precisamos preparar o povo, ainda os christãos fervorosos, para o que se chama *revista catholica*. Temos muitas almas contemplativas, mas não temos muitos membros activos no vasto campo da Igreja militante; todo christão é um soldado que deve combater pela Igreja.»

«Vós outros—dizia S. Paulo, dirigindo-se aos primeiros Reis—sois a nação santa, a raça eleita, o povo da adopção de Deus, afin de que annunciéis a todos a efficacia d'aquelle que vos tirou das trevas para vos conduzir á sua admiravel claridade.»

A santidade não se deve estreitar nos apertados limites do egoismo; a santidade é essencialmente communitativa, consoante ao divino modelo pelo qual é talhada, *Jesus Christo, Senhor nosso*.

Continuando, adiante diz ainda o mesmo orator:

«A imprensa, a imprensa religiosa e que é destinada esta obra momentosa e imprescindivel de regeneração social. O jornalismo, principalmente, é hoje o factor possante da opinião publica, quer em politica, quer em sciencia, quer em moral, quer em religião. A sua influencia é real sobre as classes populares.»

Hoje se gosta de ler e de ouvir ler o jornal; e em toda a parte encontramos, ainda nas mãos do menor instruido; na officina modesta do operario, como no gabinete de estudo do profundo pensador, no banneteo do proletario, como no

divan luxuoso do magnate. Ora, si é muito sabido, que no choque de opiniões a intelligencia humana propende quasi sempre mais para o erro, quando não comprehende logo os principios que levam-na ao caminho da verdade, o catholicismo tem necessidade de agir contra os ataques de religiões adversas no intuito de não ver pericillar a sua causa, que é a causa da salvação da humanidade pelo bem e pela virtude, erguido em toda coração um altar a caridade, ao amor, á paz social, e á felicidade eterna.

Dito isto, nada mais devemos adiantar sobre os fins d'«A Fé Christã», como organo catholico no Brasil.

O Catholicismo lançou a pedra onde se reconstruiu a sociedade, modelando-se em outros principios, sobre cujas influencias ella tem evoluindo na sua orbita moral. Estudando a nossa educação, ainda foi elle que implantou em o nosso meio a civilização, pondo nos sob a égide de uma Cruz que se levantava no continente, quando navegantes portuguezes aportaram em o nosso solo abençoado da patria.

Cumpro-nos, portanto, defendendo, mostrando que elle constitue a unica religião capaz de elevar a sociedade ao nivel moral que deseja.

O corpo redactorial, composto de illustres e devotos sacerdotes e seculares, terá sempre em vista as prescripções estabelecidas no congresso catholico, de modo a seguir os verdadeiros intuitos da imprensa catholica.

Convictos de que surgimos do meio de um povo de ideas religiosas bem accentuadas, as quaes foram como que o astro que primeiro lhe dardou no berço, esperamos a sua coadjvação para não desarmarmos nesta grande obra de propaganda catholica, procurando ser o fanal, por onde devem se dirigir os desviados do caminho da verdade religiosa.

SCIENCIA HYPOCRITA

Legouve, membro da academia franceza, conta o seguinte a respeito de Littré, o positivista. No dia do nascimento de sua filha, Littré disse á mãe: Minha querida amiga, es uma catholica fervorosa e pratica. Educa tua filha nes ha-

bitos de piedade, que são os teus. So pouho uma confissão. No dia em que ella completar quinze annos, não ha de trazer para que lhe exponha minhas ideas e ella escolheca.

A mãe accetou; passaram-se os annos; uma manhã ella entrou no gabinete do marido. Lembra-te de que me pediste uma coisa, que te prometti? Venho cumprir minha promessa. Ah! trouxe-te tua filha para que lhe falles e ella te ouca com todo respeito que lhe inspira um pae querido e venerado. Queres que ella entre? Oh! com certeza sim!

Mas para que? Para que lhe expozha minhas ideas? Não! Não! Mil vezes não! Pois que! Heeste de nossa filha uma estrutura boa, moça, simples, piolosa, insubmissa e feliz! feliz... essa palavra que n'um ser puro resume todas as virtudes! E pensas que vou amar minhas ideas atravez d'essa felicidade e d'essa pureza! Minhas ideas! Minhas ideas! Mas servem para mim. Quem me diz que servirão para ella?

Quem me diz que ellas não irão destruir ou abalar a tua obra?

Oh! sim, nossa filha pode entrar, querida mulher, mas para que te arruines diante d'ella, de tudo quanto tens feito por ella e para que ella te ame um pouco mais ainda do que d'antes!

E o sr. Legouve herescente: Eu tambem tive e tenho ainda em roda de mim almas crentes; e, como Littré, me consideraria ermitissimo se jamais fosse perturbado com as minhas duvidas, se fosse offender com as minhas zombarias e abalar com as minhas objeções as convicções religiosas d'onde esses entes queridos nunca tiraram senão alegrias, consolações e virtudes.

Que esmagadora confissão! Que exemplo para aquelles que não sabem respeitar as crengas de suas esposas, de seus parentes e que zombam das pessoas religiosas, muitas vezes na presença de seus proprios filhos, da familia, dando assim funestissimo exemplo a sociedade! Lição sabidissima para certos incredulos maniqueos que querem se celebrar, ostentando certa impiedade que elles são os primeiros a condemnar.

Não é uma anecdota que contamos; mas um facto veridico. Os sabios são sempre justos em suas

Imagem 6: Primeira edição do Jornal "A Fé Christã" de Penedo, de 11 de janeiro de 1902. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.